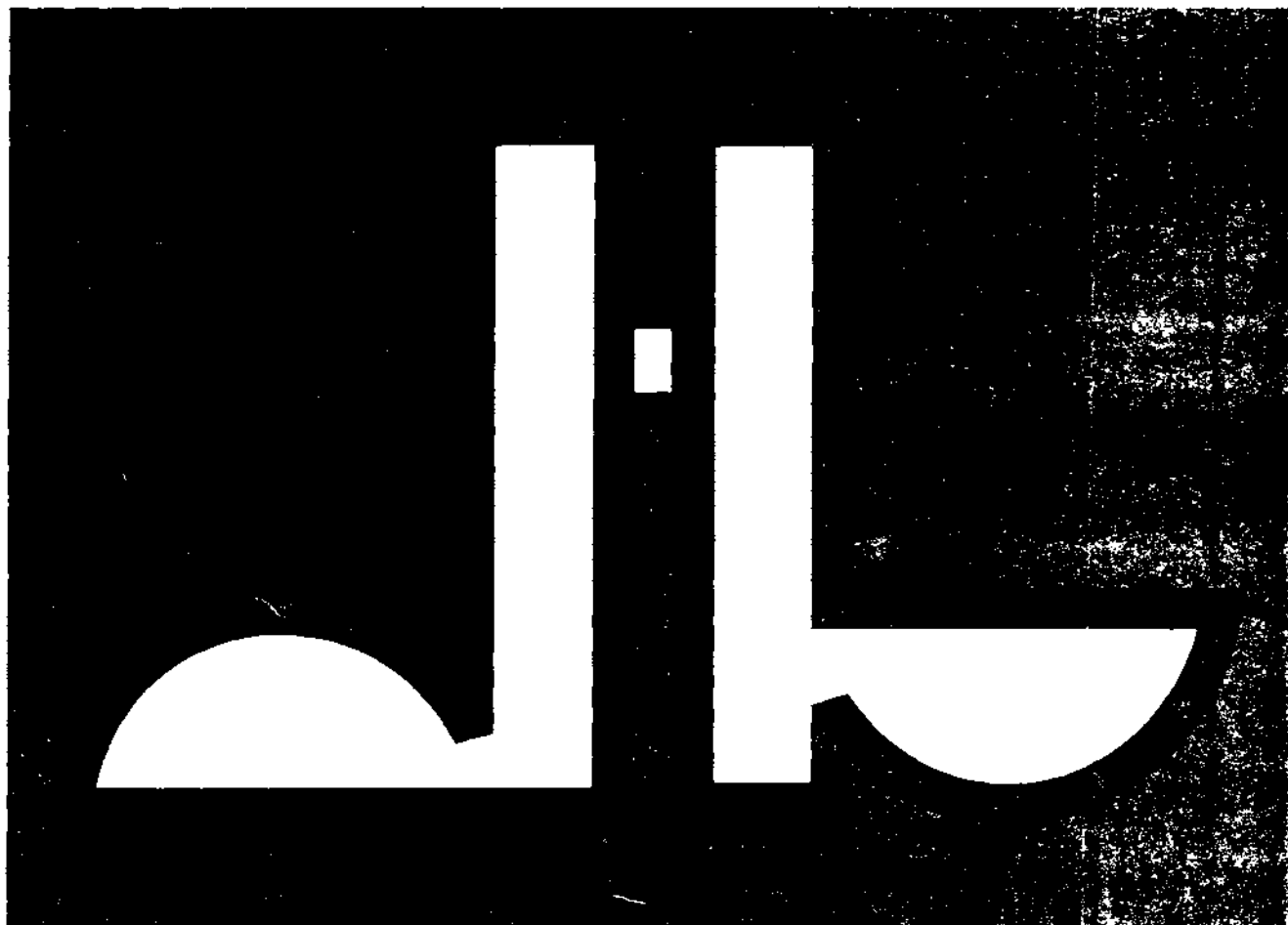




Republica Federativa do Brasil



**DIA DO CONGRESSO NACIONAL**

**SESSÃO CONJUNTA**

**ANO 1 - 1ª SÉRIE - DEZEMBRO DE 2000 - BRASÍLIA - DF**

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PRESIDENTE**

***Senador* ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

## **1º VICE-PRESIDENTE**

***Deputado* HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

## **2º VICE-PRESIDENTE**

***Senador* ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

## **1º SECRETÁRIO**

***Deputado* UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

## **2º SECRETÁRIO**

***Senador* CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

## **3º SECRETÁRIO**

***Deputado* JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

## **4º SECRETÁRIO**

***Senador* CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 – EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 31, de 2000, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza..... 28052

#### 2 – ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2000

##### 2.1 – ABERTURA

##### 2.2 – PROMULGAÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Promulgação da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999, no Senado Federal e nº 249, de 2000, na Câmara dos Deputados, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. .... 28066

##### 2.2.1 – Fala da Presidência

##### 2.3 – EXPEDIENTE

##### 2.3.1 – Veto Presidencial

Veto Parcial nº 37, de 2000 (Mensagem nº 1.178/2000 – CN, nº 1.794/2000, na origem), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1999 (nº 3.939/97, na Casa de origem), que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTEL, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 28066

##### 2.3.2 – Ofícios

Nº 617/2000, de 14 do corrente, do Líder do Bloco PMDB/PTN na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Alceste Almeida para integrar, como suplente, a referida Comissão. .... 28069

Nº 247/2000, de 18 do corrente, do Vice-Líder do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 28070

##### 2.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 97, de 2000 – CN, de autoria dos Srs. Alexandre Cardoso e Roberto Saturnino, solicitando a instalação de Comissão Mista Externa, composta de 3 deputados e 3 senadores para,

no prazo de 15 dias, relatar a grave crise institucional no Estado do Amapá e avaliar soluções legislativas pertinentes ao Congresso Nacional, visando ao restabelecimento da harmonia dos poderes. Aprovado. .... 28070

Nº 97-A, de 2000 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23, de 2000 – CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, solicitando a prorrogação dos seus trabalhos até o dia 15 de dezembro de 2001. À publicação. .... 28070

##### 2.4 – ORDEM DO DIA

Item 13 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Medida Provisória nº 2.054-4, de 2000, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$155.014.448,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ricardo Barros. À promulgação..... 28081

Item 15 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)

Medida Provisória nº 2.057-4, de 2000, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$162.000.000,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ricardo Barros. À promulgação..... 28089

Item 2 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)

Medida Provisória nº 1.935-21, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Defesa, créditos extraordinários no valor de R\$132.242.089,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário

proferidos pelo Sr. Ricardo Barros (Leitura do Recurso nº 2, de 2000 – CN). À promulgação. ....

28090

**Item 7 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.016-11, de 2000, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$182.200.000,00, para os fins que especifica, institui o Programa Especial de Financiamento, e dá outras providências. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ricardo Barros (Leitura do Recurso nº 3, de 2000 – CN). À promulgação. ....

28094

**Item 9 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.032-29, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ricardo Barros, tendo usado da palavra o Sr. Giovanni Queiroz (Leitura do Recurso nº 4, de 2000 – CN). À promulgação. ....

28097

**Item 3 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 1.967-14, de 2000, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$240.000.000,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ricardo Barros. À promulgação. ....

28099

**Item 11 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.047-6, de 2000, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$422.002.000,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Paulo Magalhães (Leitura do Recurso nº 5, de 2000 – CN). À promulgação. ....

28101

**Item 8 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.018-10, de 2000, que abre créditos extraordinários, em favor do Ministério do Meio Ambiente e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$303.050.000,00, para os fins que especifica. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos

pelo Sr. Ricardo Barros (Leitura do Recurso nº 6, de 2000 – CN). À promulgação. ....

28110

**Item 4 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 1.981-54, de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990 e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências. Apreciação suspensa momentaneamente, por solicitação do Relator, Sr. Walter Pinheiro. ....

28113

**Item 5 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 1.982-77, de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Aprovada, após pareceres de plenário proferidos pelo Sr. Ney Suassuna. À promulgação. ....

28114

**Item 6 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.010-38, de 2000, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997. (Utilização dos dividendos e do Superávit Financeiro de Fundos e Entidades da Administração Pública Federal Indireta). Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2000, apresentado como conclusão de parecer de plenário proferido pelo Sr. Mário Assad Júnior, tendo usado da palavra o Sr. Sérgio Miranda. À sanção. ...

28115

**Item 14 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.055-4, de 2000, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2000, apresentado como conclusão de parecer de plenário proferido pelo Sr. Múcio Sá. À sanção. ....

28117

**Item 4 (Continuação)**

Medida Provisória nº 1.981-54, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente;

e dá outras providências. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2000, apresentado como conclusão de parecer de plenário proferido pelo Sr. Walter Pinheiro. À sanção.....

28126

(Incluído na pauta, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 99, de 2000 – CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 131, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$39.604.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quatro mil reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Miro Teixeira, Virgílio Guimarães e José Carlos Aieluia. À sanção.

28157

**Item 1 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.035-27, de 2000, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000. À sanção. ....

28159

(Incluído na pauta, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 99, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)

Projeto de Lei nº 105, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$23.151.879,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. Aprovado o substitutivo. À sanção. ....

28166

(Incluído na pauta, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 100, de 2000 – CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei nº 84, de 2000 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$58.880.000,00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. Aprovado, após parecer de plenário proferido pelo Sr. Marçal Filho. À sanção. ....

28171

(Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 101, de 2000 – CN, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2000 – CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União

para 2000 no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA-Santarém, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no valor de R\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), e dá outras providências. Aprovado. À promulgação.

28173

**Item 10 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.033-38, de 2000, que altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências. Retirado da pauta. ....

28174

**Item 12 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 98, de 2000 – CN, lido e aprovado anteriormente)**

Medida Provisória nº 2.062-60, de 2000, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Retirado da pauta. ....

28174

**2.4.1 – Discursos encaminhados à publicação**

DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – Aspirações da população de Córrego Justo, distrito de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, para instalação de posto policial. ....

28174

DEPUTADO JOEL DE HOLLANDA – Homenagem ao centenário do Colégio Evangélico Quinze de Novembro, de Garanhuns, no Estado de Pernambuco. Expectativa com a duplicação da rodovia BR-232, no trecho entre os municípios de Recife, Caruaru e São Caetano/PE. ....

28175

DEPUTADO NELO RODOLFO – Preocupação com os problemas ocorridos nos automóveis Mercedes-Benz, suscitados pela reportagem publicada na revista *Veja*, dessa semana. ....

28177

**2.5 – ENCERRAMENTO**

**3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**

**5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31

**Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

IV – dotações orçamentárias;

V – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VI – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.

Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bi-

lhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União.

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o *caput*, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços— ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre Serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.

Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. – Brasília, 14 de dezembro de 2000.

#### **Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado **Michel Temer**  
Presidente

Deputado **Heráclito Fortes**  
1º Vice-Presidente

Deputado **Severino Cavalcanti**  
2º Vice-Presidente

Deputado **Ubiratan Aguiar**  
1º Secretário

Deputado **Nelson Trad**  
2º Secretário

Deputado **Jaques Wagner**  
3º Secretário

Deputado **Efraim Morais**  
4º Secretário

#### **Mesa do Senado Federal**

Senador **Antonio Carlos Magalhães**  
Presidente

Senador **Geraldo Melo**  
1º Vice-Presidente

Senador **Ademir Andrade**  
2º Vice-Presidente

Senador **Ronaldo Cunha Lima**  
1º Secretário

Senador **Carlos Patrocínio**  
2º Secretário

Senador **Nabor Júnior**  
3º Secretário

# Ata da 20ª Sessão Conjunta, em 14 de dezembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes

ÀS 15 HORAS 27 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Albino Boaventura – Álvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Djalma Bessa – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Henrique Loyola – Hugo Napoleão – Íris Rezende – Jefferson Peres –

João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Julio Eduardo – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amara – Wellington Roberto.

E os Srs. Deputados:

## RORAIMA

Airton Cascavel  
Alceste Almeida  
Almir Sá  
Francisco Rodrigues  
Luciano Castro  
Presentes de Roraima : 5

## AMAPÁ

Badu Picango  
Dr. Benedito Dias  
Eduardo Seabra  
Evandro Milhomen  
Jurandir Juarez  
Sérgio Barcellos  
Presentes de Amapá : 6

## PARÁ

Anivaldo Vale  
Babá  
Gerson Peres  
Giovanni Queiroz  
Jorge Costa  
José Priante  
Nilson Pinto  
Paulo Rocha  
Raimundo Santos  
Valdir Ganzer  
Vic Pires Franco  
Zenaldo Coutinho  
Presentes de Pará : 12

## Partido

## Bloco

PPS  
PMDB  
PPB  
PFL  
PFL

PMDB/PTN

PSDB  
PPB  
PTB  
PSB  
PMDB  
PFL

PSB/PCDOB  
PMDB/PTN

PSDB  
PT  
PPB  
PDT  
PMDB  
PMDB  
PSDB  
PT  
PFL  
PT  
PFL  
PSDB

PMDB/PTN  
PMDB/PTN



	Partido	Bloco
<b>AMAZONAS</b>		
Arthur Virgílio	PSDB	
Átila Lins	PFL	
Euler Ribeiro	PFL	
Francisco Garcia	PFL	
Luiz Fernando	PPB	
Pauderney Avelino	PFL	
Sílas Câmara	PTB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB
<b>Presentes de Amazonas : 8</b>		
<b>RONDONIA</b>		
Eurípedes Miranda	PDT	
Exedito Júnior	PFL	
Marinha Raupp	PSDB	
Nilton Capixaba	PTB	
Oscar Andrade	PFL	
Sérgio Carvalho	PSDB	
<b>Presentes de Rondonia : 6</b>		
<b>ACRE</b>		
Ildefonso Cordeiro	PFL	
João Tota	PPB	
José Aleksandro	PSL	PL/PSL
Márcio Bittar	PPS	
Marcos Afonso	PT	
Nilson Mourão	PT	
Sérgio Barros	PSDB	
Zila Bezerra	PFL	
<b>Presentes de Acre : 8</b>		
<b>TOCANTINS</b>		
Antônio Jorge	PTB	
Igor Avelino	PMDB	PMDB/PTN
João Ribeiro	PFL	
Osvaldo Reis	PMDB	PMDB/PTN
Pastor Amarildo	PPB	
Paulo Mourão	PSDB	
<b>Presentes de Tocantins : 6</b>		

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>MARANHÃO</b>		
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PTN
Antonio Joaquim Araújo	PPB	
Cesar Bandeira	PFL	
Costa Ferreira	PFL	
Eliseu Moura	PPB	PMDB/PTN
Francisco Coelho	PFL	
Gastão Vieira	PMDB	
João Castelo	PSDB	
Neiva Moreira	PDT	PMDB/PTN
Nice Lobão	PFL	
Pedro Fernandes	PFL	
Pedro Novais	PMDB	
Roberto Rocha	PSDB	
Sebastião Madeira	PSDB	
<b>Presentes de Maranhão : 14</b>		
<b>CEARÁ</b>		
Adolfo Marinho	PSDB	PMDB/PTN
Aníbal Gomes	PMDB	
Antonio Cambraia	PSDB	
Amon Bezerra	PSDB	
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PTN
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	
Manoel Salviano	PSDB	PMDB/PTN
Marcelo Teixeira	PMDB	
Mauro Benevides	PMDB	
Moroni Torgan	PFL	
Nelson Otoch	PSDB	PMDB/PTN
Pinheiro Landim	PMDB	
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Roberto Pessoa	PFL	
Rommel Feijó	PSDB	PSB/PCDOB
Sérgio Novais	PSB	
Ubiratan Aguiar	PSDB	
Vicente Arruda	PSDB	
<b>Presentes de Ceará : 20</b>		
<b>PIAUÍ</b>		
Átila Lira	PSDB	PMDB/PTN
B. Sá	PSDB	
Ciro Nogueira	PFL	
Gessivaldo Isaías	PMDB	
Heráclito Fortes	PFL	PMDB/PTN
João Henrique	PMDB	
Mussa Demes	PFL	
Paes Landim	PFL	
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PTN
Wellington Dias	PT	
<b>Presentes de Piauí : 10</b>		

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
Ana Catarina	PMDB	PMDB/PTN
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PTN
Iberê Ferreira	PPB	
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PTN
Ney Lopes	PFL	
<b>Presentes de Rio Grande do Norte : 5</b>		
<b>PARAÍBA</b>		
Adauto Pereira	PFL	
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PTN
Avenzoar Arruda	PT	
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PTN
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PTN
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PTN
Efraim Moraes	PFL	
Enivaldo Ribeiro	PPB	
Inaldo Leitão	PSDB	
Marcondes Gadelha	PFL	
Ricardo Rique	PSDB	
Wilson Braga	PFL	
<b>Presentes de Paraíba : 12</b>		
<b>PERNAMBUCO</b>		
Carlos Batata	PSDB	
Clementino Coelho	PPS	
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
Inocêncio Oliveira	PFL	
João Colaço	PMDB	PMDB/PTN
Joaquim Francisco	PFL	
Joel De Hollanda	PFL	
José Chaves	PMDB	PMDB/PTN
José Múcio Monteiro	PFL	
Luiz Piauhyllino	PSDB	
Osvaldo Coelho	PFL	
Pedro Corrêa	PPB	
Pedro Eugênio	PPS	
Ricardo Fiuza	PFL	
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PTN
Sérgio Guerra	PSDB	
Severino Cavalcanti	PPB	
<b>Presentes de Pernambuco : 18</b>		
<b>ALAGOAS</b>		
Augusto Farias	PPB	
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
Helenildo Ribeiro	PSDB	
João Caldas	PL	PL/PSL
José Thomaz Nonô	PFL	
Luiz Dantas	PST	
Olavo Calheiros	PMDB	PMDB/PTN
Regis Cavalcante	PPS	
<b>Presentes de Alagoas : 8</b>		

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>SERGIPE</b>		
Augusto Franco	PSDB	
Cleonânicio Fonseca	PPB	
Ivan Paixão	PPS	
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PTN
José Teles	PSDB	
Marcelo Déda	PT	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
Sérgio Reis	PSDB	
<b>Presentes de Sergipe : 8</b>		
<b>BAHIA</b>		
Benito Gama	PFL	
Claudio Cajado	PFL	
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PTN
Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	
Francistônio Pinto	PFL	
Geddel Vieira Lima	PMDB	PMDB/PTN
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jaime Fernandes	PFL	
Jaques Wagner	PT	
João Almeida	PSDB	
João Carlos Bacelar	PFL	
João Leão	PSDB	
Jonival Lucas Junior	PFL	PMDB/PTN
Jorge Khoury	PFL	
José Carlos Aleluia	PFL	
José Lourenço	PMDB	PMDB/PTN
José Rocha	PFL	
Jutahy Junior	PSDB	
Leur Lomanto	PMDB	PMDB/PTN
Luiz Moreira	PFL	
Mário Negromonte	PSDB	
Milton Barbosa	PFL	
Nelson Pellegrino	PT	
Nilo Coelho	PSDB	
Paulo Braga	PFL	
Paulo Magalhães	PFL	
Pedro Irujo	PFL	
Roland Lavigne	PMDB	PMDB/PTN
Saulo Pedrosa	PSDB	
Ursicino Queiroz	PFL	
Waldir Pires	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Yvonilton Gonçalves	PFL	
<b>Presentes de Bahia : 34</b>		

<b>MINAS GERAIS</b>	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
Ademir Lucas	PSDB	
Aécio Neves	PSDB	
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PTN
Aracely de Paula	PFL	
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Cabo Júlio	PL	PL/PSL
Carlos Mosconi	PSDB	
Cleuber Carneiro	PFL	
Custódio Mattos	PSDB	
Danilo de Castro	PSDB	
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PTN
Gilmar Machado	PT	
Glycon Terra Pinto	PMDB	PMDB/PTN
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PTN
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	
João Fassarella	PT	
João Magalhães	PMDB	PMDB/PTN
José Militão	PSDB	
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PTN
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PTN
Maria do Carmo Lara	PT	
Maria Elvira	PMDB	PMDB/PTN
Mário Assad Júnior	PFL	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PTN
Narcio Rodrigues	PSDB	
Nilmário Miranda	PT	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	
Osmânio Pereira	PSDB	
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Roberto Brant	PFL	
Romel Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PSDB	
Ronaldo Vasconcellos	PFL	
Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PTN
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PTN
Tilden Santiago	PT	
Virgílio Guimarães	PT	
Vittorio Mediolli	PSDB	
Walfrido Mares Gula	PTB	
Zalre Rezende	PMDB	PMDB/PTN

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>Presentes de Minas Gerais : 51</b>		
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
Aloízio Santos	PSDB	
Feu Rosa	PSDB	
João Coser	PT	
José Carlos Elias	PTB	
Marcus Vicente	PSDB	
Max Mauro	PTB	
Ricardo Ferraço	PSDB	
<b>Presentes de Espírito Santo : 7</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Aldir Cabral	PSDB	
Almerinda de Carvalho	PFL	
Ayrton Xerêz	PPS	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Carlos Santana	PT	
Cornélio Ribeiro	PDT	
Dino Fernandes	PSDB	
Dr. Heleno	PSDB	
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gonçalves	PTB	
Iédio Rosa	PMDB	PMDB/PTN
Itamar Serpa	PSDB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PMDB	PMDB/PTN
João Sampaio	PDT	
Jorge Bittar	PT	
Luisinho	PST	
Luiz Sérgio	PT	
Milton Temer	PT	
Miro Teixeira	PDT	
Pastor Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Paulo Feijó	PSDB	
Roberto Jefferson	PTB	
Rodrigo Maia	PTB	
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	
Simão Sessim	PPB	
Vivaldo Barbosa	PDT	
<b>Presentes de Rio de Janeiro : 27</b>		

<b>SÃO PAULO</b>	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
Alberto Goldman	PSDB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
Aloizio Mercadante	PT	
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Antonio Kandir	PSDB	
Antonio Palocci	PT	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Ary Kara	PPB	
Bispo Wandervael	PL	PL/PSL
Celso Giglio	PTB	
Chico Sardelli	PFL	
Clovis Volpi	PSDB	
Coraucci Sobrinho	PFL	
De Velasco	PSL	PL/PSL
Dr. Evilásio	PSB	PSB/PCDOB
Dr. Hélio	PDT	
Edinho Araújo	PPS	
Eduardo Jorge	PT	
Emerson Kapaz	PPS	
Fernando Zuppo	PDT	
Gilberto Kassab	PFL	
Iara Bernardi	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Paulo	PT	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PTN
José de Abreu	PTN	PMDB/PTN
José Genofino	PT	
José Índio	PMDB	PMDB/PTN
José Machado	PT	
José Roberto Batochio	PDT	
Julio Semeghini	PSDB	
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PTN
Luiz Antonio Fleury	PTB	
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PTN
Marcos Cintra	PL	PL/PSL
Medeiros	PFL	
Michel Temer	PMDB	PMDB/PTN
Milton Monti	PMDB	PMDB/PTN
Nelo Rodolfo	PMDB	PMDB/PTN
Neuton Lima	PFL	
Paulo Kobayashi	PSDB	
Paulo Lima	PMDB	PMDB/PTN
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PMDB	PMDB/PTN
Salvador Zimbaldi	PSDB	
Sampaio Dória	PSDB	
Silvio Torres	PSDB	

	Partido	Bloco	
<b>SÃO PAULO</b>			
Teima de Souza	PT	PL/PSL	
Vadão Gomes	PPB		
Valdemar Costa Neto	PL		
Wagner Salustiano	PPB		
Xico Graziano	PSDB		
Zulaíê Cobra	PSDB		
<b>Presentes de São Paulo : 57</b>			
<b>MATO GROSSO</b>			
Celcita Pinheiro	PFL	PMDB/PTN PMDB/PTN	
Murilo Domingos	PTB		
Pedro Henry	PSDB		
Ricarte de Freitas	PSDB		
Teté Bezerra	PMDB		
Wilson Santos	PMDB		
<b>Presentes de Mato Grosso : 6</b>			
<b>DISTRITO FEDERAL</b>			
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB PMDB/PTN PMDB/PTN	
Alberto Fraga	PMDB		
Jorge Pinheiro	PMDB		
Maria Abadia	PSDB		
Paulo Octávio	PFL		
Pedro Celso	PT		
<b>Presentes de Distrito Federal : 6</b>			
<b>GOIÁS</b>			
Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PTN PMDB/PTN PMDB/PTN	
Euler Moraes	PMDB		
Geovan Freitas	PMDB		
Jovair Arantes	PSDB	PMDB/PTN PMDB/PTN PMDB/PTN	
Juquinha	PSDB		
Lidia Quinan	PSDB		
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PTN PMDB/PTN PMDB/PTN	
Nair Xavier Lobo	PMDB		
Norberto Teixeira	PMDB		
Pedro Canedo	PSDB	PMDB/PTN	
Pedro Chaves	PMDB		
Pedro Wilson	PT		
Roberto Balestra	PPB	PMDB/PTN	
Ronaldo Caiado	PFL		
Vilmar Rocha	PFL		
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PTN	
<b>Presentes de Goiás : 16</b>			
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>			
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PTN	
João Grandão	PT		
Manoel Vitorio	PT		
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PTN	
Nelson Trad	PTB		
Pedro Pedrossian	PFL		
<b>Presentes de Mato Grosso do Sul : 6</b>			



	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>PARANÁ</b>		
Abelardo Lupion	PFL	
Afonso Camargo	PFL	
Airton Roveda	PSDB	
Alex Canziani	PSDB	
Basílio Villani	PSDB	
Chico da Princesa	PSDB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PTN
Hermes Parcianello	PMDB	PMDB/PTN
Iris Simões	PTB	
Ivanio Guerra	PFL	
José Borba	PMDB	PMDB/PTN
José Carlos Martinez	PTB	
Luciano Pizzatto	PFL	
Luiz Carlos Hauli	PSDB	
Márcio Matos	S.Part.	
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PTN
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	
Oliveira Filho	PSDB	
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PTN
Padre Roque	PT	
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	
Santos Filho	PFL	
<b>Presentes de Paraná : 26</b>		
<b>SANTA CATARINA</b>		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PTN
Fernando Coruja	PDT	
Gervásio Silva	PFL	
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	PMDB/PTN
João Pizzolatti	PPB	
Luci Choinacki	PT	
Paulo Gouvêa	PFL	
Raimundo Colombo	PFL	
Serafim Venzon	PDT	
Vicente Caropreso	PSDB	
<b>Presentes de Santa Catarina : 13</b>		

**RIO GRANDE DO SUL**

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
Airton Dipp	PDT	
Alceu Collares	PDT	
Augusto Nardes	PPB	
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PTN
Enio Bacci	PDT	
Esther Grossi	PT	
Fetter Júnior	PPB	
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PTN
Henrique Fontana	PT	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Marcos Rolim	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PTN
Nelson Marchezan	PSDB	
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PTN
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Roberto Argenta	PHS	
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PTN
Telmo Kirst	PPB	
Valdeci Oliveira	PT	
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PTN
Yeda Crusius	PSDB	

**Presentes de Rio Grande do Sul : 23**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – As listas de presença acusam o comparecimento de 70 Srs. Senadores e 418 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

A primeira parte desta sessão destina-se à promulgação da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999, do Senado Federal, e nº 249, de 2000, da Câmara dos Deputados, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da Emenda Constitucional.

Deles foram preparados cinco exemplares, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, fará a leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional, para, em seguida, proceder-se à sua assinatura.

É lida a seguinte:

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31**

**Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º A Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante in-

interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

Art. 80. Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

IV – dotações orçamentárias;

V – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VI – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§ 1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.

Art. 81. É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do

respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação de Pobreza.

§ 1º Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União.

§ 3º A constituição do Fundo a que se refere o **caput**, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos; não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

§ 2º Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do imposto sobre serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.

Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Assino com os demais Membros da Mesa a Emenda Constitucional nº 31, de 2000. (Pausa.)

Solicito aos nobres Parlamentares, Senadores e Deputados, que se coloquem de pé para a promulgação.

Nos termos do § 3º, do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 31, de 2000. (Palmas.)

Bem podem avaliar os Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, a minha alegria em participar do ato e da promulgação de uma Emenda Constitucional que é fruto não apenas do seu autor, mas do trabalho de toda a Câmara dos Deputados e do Senado. Muitos Parlamentares, já antes de mim, cuidavam deste assunto. Fizemos uma Comissão Mista, sob a inspiração da Senadora Marina Silva, e, graças a isso, obtivemos êxito nas duas Casas do Congresso.

Portanto, esta emenda, que deve servir de guia para o Governo Federal, e o Fundo por ela criado deve ter os seus recursos aumentados no próximo ano para que bem possa cumprir as suas finalidades. E que o Congresso Nacional possa também opinar sobre a destinação dos recursos, porque esse foi o espírito dessa emenda que foi aprovada.

Dai por que agradeço aos Srs. Parlamentares do Senado e da Câmara pelo apoio que deram a uma emenda tão importante para os interesses da Nação.

Declaro encerrada a primeira fase da sessão e passo à segunda fase.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, veto presidencial que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### VETO PRESIDENCIAL

#### VETO PARCIAL Nº 37, DE 2000

**Aposto ao**  
**Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1999**  
**(Nº 3.939/97, na Câmara dos Deputados)**  
**(Mensagem nº 1.178/00-CN**  
**– nº 1.794/00, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 47, de 1999 (nº 3.939/97 na Câmara dos Deputados), que “Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tele-

comunicações – FUNTTEL, e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda assim se pronunciou sobre o veto aos seguintes dispositivos:

#### Inciso II do art. 4º:

“Art. 4º .....

II – parcela a ser determinada pela lei orçamentária anual de, no mínimo, um por cento dos recursos a que se referem as alíneas c, d, e, f e j do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

.....”

#### Razões do veto

“Nesse dispositivo foi inserida como receita do Funttel parcela das taxas de fiscalização devidas à Anatel em função do exercício do poder de polícia, as quais não podem ser desviadas do seu fim precípuo para custear outras atividades. Note-se ainda que das outras receitas que compõem o Fustel no mesmo inciso, 50% delas passaram a fazer parte do FUST. Esta proliferação de fundos e de entrelaçamento de fontes de recursos, compromete a transparência e a gestão pública, contrariando o interesse público.”

#### § 5º do art. 6º.

“Art. 6º .....

§ 5º Os recursos do Funttel ficarão depositados nos agentes financeiros, que se encarregarão do recebimento e manutenção em depósito das receitas do Fundo, bem como dos repasses e aplicações determinados pelo Conselho Gestor.

.....”

#### Razões do veto

“O veto ao § 5º decorre do fato de o BNDES e o FINEP, agentes financeiros, não possuírem carteira comercial, nem agências para recolher e distribuir numerários, fazendo sua movimentação financeira através do Banco do Brasil (estas razões originaram inclusive o veto ao BNDES na sanção da lei que criou o FUST), além das suas atribuições contrariarem o disposto no art. 164 da Constituição Federal e outros dispositivos em vigor, contrariando o interesse público.”

Decidi vetar também o art. 5º a seguir transcrito:

**Art. 5º**

"Art 5º O art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Além das transferências para o Tesouro Nacional, para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, e para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL serão aplicados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL:" (NR)

**Razões do veto**

Em decorrência do veto oposto ao inciso II do art. 4º, este artigo fica prejudicado, pois não mais serão transferidos ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL parcela de recursos que constitui receita do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

O Ministério das Comunicações manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

**§ 7º do art. 6º.**

"Art. 6º .....

§ 7º As entidades receptoras de contas de serviços de telecomunicações deverão, na mesma data em que efetuarem crédito em favor das prestadoras de serviços, repassar os valores referentes à contribuição ao Funttel a seus agentes financeiros."

**Razões do veto**

"A adoção deste dispositivo acarreta a necessidade de controle sobre todas as instituições arrecadoras – incluindo as centenas de instituições bancárias com suas milhares de agências – e sobre cada transação – da ordem de milhões – grande parte das quais poderá ter o custo operacional superior ao valor arrecadado.

Soma-se a este fato que o dispositivo coloca em confronto o conceito de receita. O inciso III do art. 4º estabelece que constitui receita do Fundo a contribuição de meio por cento sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas

canceladas, os descontos concedidos, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação (ICMS), a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), decorrentes de serviço de telecomunicações.

Também o inciso IV do mesmo artigo estabelece a contribuição de um por cento devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.

O § 7º do art. 6º determina que as entidades receptoras de contas de serviços de telecomunicações deverão, na mesma data em que efetuarem crédito em favor das prestadoras de serviços, repassar os valores referentes à contribuição ao Funttel a seus agentes financeiros. Esta forma de tratar a arrecadação gera – sem que haja nenhuma razão para tal – a necessidade de controle da receita sobre os agentes financeiros.

Por estes motivos que caracterizam a inexecutabilidade da operacionalização da forma proposta, sugere-se seja vetado o referido parágrafo, pois contraria o interesse público."

Estas Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**(\*)PROJETO A QUE SE REFERE O VETO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1999**

(Nº 3.939/97, na Casa de origem)

**Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, de natureza contábil, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 2º O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações será administrado por um Conselho Gestor e terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

§ 1º O Conselho Gestor será constituído pelos seguintes membros:

I – um representante do Ministério das Comunicações;

II – um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;

III – um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV – um representante da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

V – um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

VI – um representante da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

§ 2º Cabe ao Poder Executivo nomear os membros do Conselho Gestor do Funttel, devendo a primeira investidura ocorrer no prazo de até noventa dias a partir da publicação desta lei.

§ 3º O Conselho Gestor será presidido pelo representante do Ministério das Comunicações e decidirá por maioria absoluta.

§ 4º O mandato e a forma de investidura dos conselheiros serão definidos em regulamento.

§ 5º Os agentes financeiros prestarão contas da execução orçamentária e financeira do Fundo ao Conselho Gestor.

§ 6º Será definida na regulamentação a forma de repasse dos recursos pelos agentes financeiros para a execução dos projetos aprovados.

§ 7º Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados pela atividade exercida no Conselho.

§ 8º O Ministério das Comunicações prestará ao Conselho todo o apoio técnico, administrativo e financeiro.

Art. 3º Compete ao Conselho Gestor:

I – aprovar as normas de aplicação de recursos do Fundo em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações, em consonância com o disposto no art. 16 desta lei;

II – aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Aplicação de Recursos submetido pelos agentes financeiros e pela Fundação CPQd;

III – submeter, anualmente, ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Funttel, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a

que se refere o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, observados os objetivos definidos no art. 1º desta lei, as políticas de desenvolvimento tecnológico fixadas pelos Poderes Executivo e Legislativo e a existência de linhas de crédito;

IV – prestar conta da execução orçamentária e financeira do Funttel;

V – propor a regulamentação dos dispositivos desta lei, no âmbito de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno;

VII – decidir sobre outros assuntos de interesse do Funttel.

Art. 4º Constituem receitas do Fundo:

I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;

II – parcela a ser determinada pela lei orçamentária anual de, no mínimo, um por cento dos recursos a que se referem as alíneas c, d, e, f e j do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

III – contribuição de meio por cento sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

IV – contribuição de um por cento devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas;

V – o produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo;

VI – o produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores;

VII – doações;

VIII – outras que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. O patrimônio inicial do Funttel será constituído mediante a transferência de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) oriundos do Fistel.

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Além das transferências para o Tesouro Nacional, para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, e para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, serão aplicados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL." (NR)

"....."

Art. 6º Os recursos do Fundo serão aplicados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações.

§ 1º A partir de 1º de agosto de 2001, vinte por cento dos recursos do Fundo serão alocados diretamente à Fundação CPQd.

§ 2º A partir de 1º de agosto de 2002, é facultado ao Conselho Gestor alterar o percentual definido no § 1º, levando em consideração a necessidade de recursos para preservação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação CPQd, nos termos do art. 190 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

§ 3º Os recursos referidos nos §§ 1º e 2º serão aplicados sob a forma não reembolsável.

§ 4º A Fundação CPQd apresentará, anualmente, para apreciação do Conselho Gestor, relatório de execução dos Planos de Aplicação de Recursos, na forma que dispuser a regulamentação.

§ 5º Os recursos do Funttel ficarão depositados nos agentes financeiros, que se encarregarão do recebimento e manutenção em depósito das receitas do Fundo, bem como dos repasses e aplicações determinados pelo Conselho Gestor.

§ 6º As contas dos usuários de serviços de telecomunicações deverão indicar, em separado, o valor da contribuição ao Funttel referente aos serviços faturados.

§ 7º As entidades receptoras de contas de serviços de telecomunicações deverão, na mesma data em que efetuarem crédito em favor das prestadoras de serviços, repassar os valores referentes à contribuição ao Funttel a seus agentes financeiros.

Art. 7º Os recursos destinados ao Funttel, não utilizados até o final do exercício, apurados no balan-

ço anual, serão transferidos como crédito do mesmo Fundo no exercício seguinte.

Art. 8º O Poder Executivo expedirá a regulamentação necessária ao pleno cumprimento desta lei no prazo de noventa dias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após a sua publicação.

(\*)em Destaque as Partes Vetadas

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o Veto:

**Veto Parcial nº 37, de 2000  
(PLC nº 47/1999)**

Senador	Deputados
Hugo Napoleão	Luiz Moreira
Wellington Roberto	Osmar Serraglio
Lauro Campos	Custódio Mattos

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o Veto até o dia 5 de março de 2001.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, o parecer da comissão que o apreciou e o relatório da comissão mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 15 de março de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF/GAB//Nº 617

Brasília, 14 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Alceste Almeida passa a integrar, na qualidade de suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PTN p/**Eunício Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência designa o Deputado Alceste Almeida, como suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF/A/PSB/Nº 247/00

Brasília, 18 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão já indicado.

Deputado **Djalma Paes**, Vice-Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 97, DE 2000-CN**

##### **Requer a instalação de Comissão Mista Externa do Congresso Nacional**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos das Decisões da Presidência, referentes à instituição de Comissões Mistas Especiais, Parte III, Legislação Conexa ao Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja constituída Comissão Mista Externa, composta por 6 membros – 3 deputados e 3 senadores – para, no prazo de 15 dias, relatar a grave crise institucional por que passa o Estado do Amapá, e avaliar soluções legislativas

pertinentes ao Congresso Nacional, visando ao restabelecimento da harmonia dos poderes.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder do Bloco PSB/PCdoB na Câmara dos Deputados; Senador **Roberto Saturnino**, Líder do PSB no Senado Federal

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário e constituída a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 97-A, DE 2000-CN**

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, com fundamento nos artigos 76, § 1º, item 2º e 152 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a prorrogação dos seus trabalhos por mais 1 (um) ano, ou seja, até o dia 15 de dezembro de 2001.

#### **Justificação**

Os trabalhos da CPMI – Roubo de Cargas, vem demonstrando que o assunto é inesgotável, no período que a Comissão vem funcionando foram detectadas várias denúncias de diversas partes do território brasileiro.

Assim, se faz mister a prorrogação da Comissão por mais um período legislativo, para que a mesma possa fazer um trabalho mais acurado dentro das perspectivas que surgiram durante os depoimentos já havidos, bem como diligências efetuadas ao longo deste funcionamento.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – **Romeu Tuma**.



ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	GERALDO ALTHOFF	95/RODRIGUES
	ALVARO DIAS	
	GILBERTO MESTRINA	
	MAGUITO VILELA	
	J. L. DUTRA	
	GERALDO CÂNDIDO	01/Quintanilha
	PAULO HARTUNG	
	SABURRO	
	JONAS PINHEIRO	TEOTÔNIO VILDA 23
	RICARDO SANCHES	13/A FONSECA
	PAULO SOUTO	
	LUDIO MARTINS	
	BELLO PARÇA	50 TUEVES
	NEY SUASSUN	6

	CARLOS BEZERRA	
	JOSÉ AGRIPINO	
	RAMÉZ TEBET	
	ERNIKA FERNANDES	
	LIMA	
	MARLUCE PINTO	
	IRIGORYEN	
	LEONAR QUINTANILHA	
	JOÃO ACOSTA	
	MARIA DO CARMO ABO	
	SÉRGIO MACHADO	
	DEQUIAO	

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	Cezário Noronha	573
	Sumo Casno	401
	João Calda	87
	RENATO VIANA	209
	EURÍDES MIRANDA	
	VALDECIR OLIVEIRA	379
	577 - EDUARDO MELO	
	EDUARDO SEABRA	385 FOR
	JOSE ZAVERI	
	NELSON	
	MARINHO	

	ALEX CARIZUM	
	GASPAR VIEIRA	882
	MENDES R.	912
	PAULO BRAGA	913
	GILVILDO CARIMBADO	
	ZINZER PONTELLA	
	JOSE BARBA	
	NELSON	
	NELSON FIGUEIREDO	523
	CELSO VAZ	824 Gust
	SILVA	

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	JOSÉ ALEXANDRE	
	WÁSQUE WÁGNER	
	MILTON FENER (PT-RJ)	232
	MAJÓR MATA	
	DÚLIO	940
	ATÍLIO LIMA	430
	SEBASTIÃO	(P.)
	VALÉRIO ZINALBOIS	
	FAUSTO ADAMS	
	JOÃO DE ROSADO	
	RAUL DE VASCONCELOS	
	HERMES PIMENTA	
	JOÃO NERY	

262  
469  
347  
940  
430  
(P.)  
345  
850  
650  
346  
234  
920

	JOSÉ BENEDITO	281
	PEDRO EUGÊNIO	914
	SALOMÃO ZIN BALELI	538
	PEDRO HENRIQUE	432
	ROBERTO ARAÚJO	
	VALÉRIO BANDEIRA	960
	PAULO ANTÔNIO	560
	MILTON DE ALMEIDA	950
	ADILSON LUCAS	586
	RUBENS BUENO	820
	VALÉRIO DE BARROS	578
	LAMARTINE GONTIJO	948
	CARLOS DURÃES	236
	LUCIANO CASTRO	901

281  
914  
538  
432  
547  
960  
560  
950  
586  
820  
578  
948  
236  
901

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	SILVANO TORRES	624
	EDUARDO CAMPOS	946
	ZÉ GOMES ROCHA	749
	JOÃO SANTANA	944
	ADALGIO MEVEDANTE	925
	ADALGIO SANTOS	532
	DEVED ACOZ	557
	OSMAR SENECHAL	841
	EBER SILVA	431
	LUIS FERNANDO	943
	CEZAR S. PERMA	726
	CONFÚCIO MENDES	573
	JOSÉ A. M. M.	337

	ANTONIO VADO	503
	NORILTON GONÇALVES	747
	B. A.	643
	JORGE COSTA	
	JOÃO PAULO	579
	FLAVIO AARS	850
	JOEL DE HOLLANDA	408
	ARIBERTO GOMES	732
	CONSUELO	626
	AITOR DEPP	546
	M. A.	315
	ESTER GROSSE	912
	PADRE ROQUE	564
	JOSÉ	276



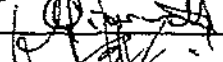

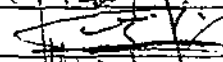
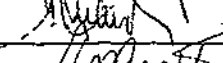
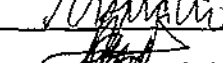

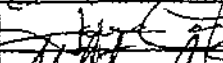

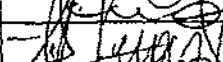
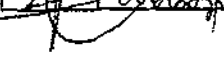

Machado

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	JULIO DELGADO	841
	SIRLAS CAMARÃ	532
	PROFESSOR	404
	GEOVANI FREITAS	580
	WLADIMIR GOMES	550
	JOÉ BRANDÃO	11A - C
	ARLINDO CHIRVA	706
	NORBERTO TEIXEIRA	645
	LUIS ANTONIO	945
	MARCOS DE FÁRIA	745
	ROMEU AZEVEDO	317
	BISPO RODRIGUES	523
	JOSÉ MENDONÇA	514
	FERNANDO DENIS	307




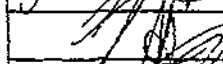
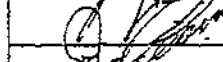
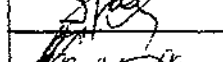
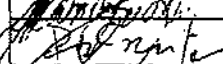
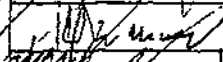
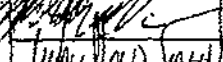





	JOSÉ ROBERTO	728
	OSVALDO SOLEDADE	524
	LINO ROSSI	C
	IGOR AZEVEDO	466
	NILSON MOURA	376
	LAILA BALSONARA	482
	EURÁQUIO FARIAS	454
	PAULO BALTAZAR	570
	PAULO GÓES	687
	ROBERTO	367
	REMA TRINTA	543

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	OSCAR ANDRADE	337
	PAULO F. DE A.	346
	J. DE A.	413
	J. DE A.	533
	J. DE A.	909
	SABADIM VENTURA	777
	Abner SA	238
	J. DE A.	315
	J. DE A.	10
	ATILA LINS	730
	HARLANDO LIMA	456
	J. DE A.	240
	J. DE A.	308

CABU		OSCAR ANDRADE	337
		AITA XAVIER ROBO	947
		EUGENIO MORAIS	803
		ELISEU AZEVEDO	204
		J. DE A.	607
J. de A.		J. DE A.	504
		DEMO VALADARES	338
		ANTONIO JAQUAR	202
		DARCISIO S. PERONE	6
		RAFAEL GERARDES	39
		Wilson Brazão	64
		Adão Ribeiro	994
EBASTIAO		J. DE A.	725

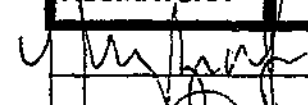
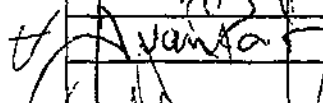
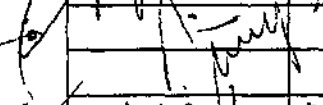
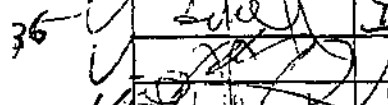
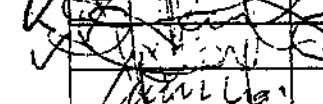
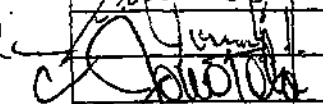
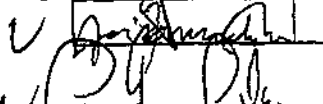


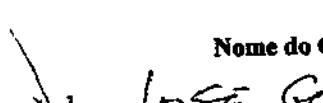
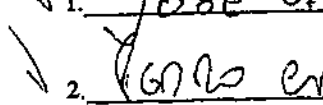
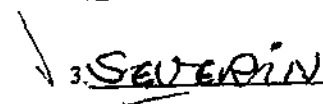
ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	CARMO SERRÃO	845
	BISPO RODRIGUES	673
	GIANNI AUGUSTO	534
	JOSÉ ALEXANDRO	
	COROLANO SALES	832
	ROBERTO MENDES	237
	CUSTÓDIO MATTOS	814
	AVENZOAR AMADEU	412
	FERNANDO FERRA	442
	LAURA CAMÊRO	967
	VILTON BUI	
	ERVO BACCI	
	PEDRO BITTENCOURT	354


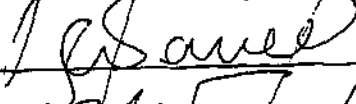



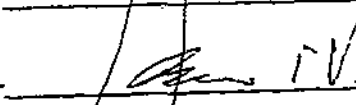

De Viloso


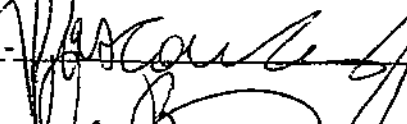
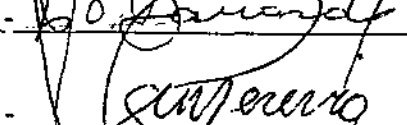
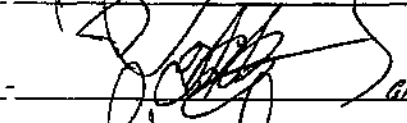
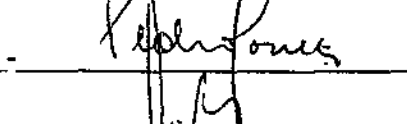
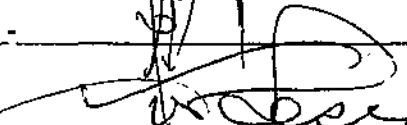
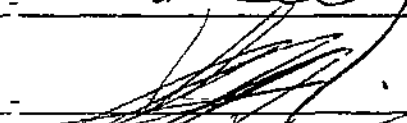


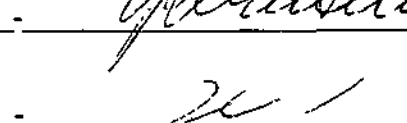
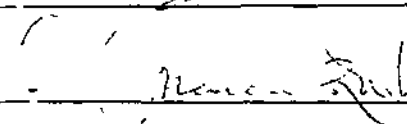


	ALZA, CAUTÃO	892
	ALBERTO MOCH	478
	CIRO SCHIMMLER	226
	CARLO JULIO	327
	RICARDO M. QUE	
	GERSON TREITOR	500
	LAINE REZENDE	
	MANOEL MENEQUELLI	378
	ANTÔNIO RIBEIRO	715
	SILVIO ESTREMAT	844
	ROBERTO PEREIRA	604
	VILSON GONÇALVES	741
	JORGE TONDERI PUNDOLM	555
	HAROLDO DOMINGOS	722





ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR	GABINETE Nº
	Wilson Braga	649C
	Ivan Pinheiro	216
	Placido Antônio	686
	IBRAHIM ABIACH	319
	RENATO REIS	954C
	RAIMUNDO SANTOS	509
	529 ROBERTO ROCHA	C
	João Gota	832
	SURUINA	244
	DEDO CELSO	335
	DEDO CELSO	572
	DEDO CELSO	C

Nome do Congressista	Assinatura
1. JOSE GENIVALDO	
2. GILSON CRANCO	
3. SEVERINO CAVALCANTI	
4. JOEL DE FLORENTINO	
5. EURILO MIRANDA	
6. JUANITO JUNEZ	
7. RILTON TORRES	

Nome do Congressista	Assinatura
1. EDUARDO CAMPOS	
2. RONALDO VASCONCELOS	
3. JOSÉ RIBEIRO	
4. GERALDO MAGELA	
5. JOSÉ BORBA	
6. PEDRO COMEÇA	
7. JAIME MARTINS	
8. SIMÃO SESSIM	
9. ALDO CARVALHO	
10. OLÍMPIO JÚNIOR	
11. PEDRO CURSUS	
12. BERGANTINI	
13. MARCIO REINALDO MOREIRA	

GAB 616.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo subsidiário do Regimento Comum.

Será publicado para que produza os seus efeitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 98, DE 2000-CN

Requeremos, nos termos do art. 34, parágrafo único, do Regimento Comum, a inversão da Ordem do Dia para apreciarmos, primeiramente, os seguintes itens da pauta: 13, 15, 2, 3, 7, 9, 11, 8, 4, 5, 6, 14, 10, 12, 1, nesta ordem.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – Deputado **Arthur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional – Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento, na Câmara.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 13:

Discussão, em turno único, da **Medida Provisória nº 2.054-4**, publicada no dia 8 de dezembro de 2000, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$155.014.448,00, para os fins que especifica". (Mensagem nº 1.182/2000-CN – nº 1.824/2000, na origem)

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À medida não foram apresentadas emendas.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros, para proferir parecer.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto à admissibilidade dessa medida provisória, somos pelo reconhecimento da urgência e relevância com que a matéria deve ser tratada.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, vale ressaltar que essa medida provisória não recebeu emenda e opinamos pela aprovação, na forma do seu texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável não só quanto à admissibilidade como também ao mérito.

Não há recurso sobre a mesa.

Em discussão a Medida Provisória nº 2.054-4. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.054-4, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000.**

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$ 155.014.448,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

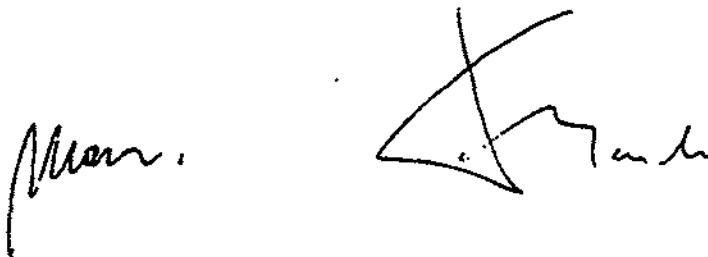
Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$ 155.014.448,00 (cento e cinquenta milhões, quatorze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do superávit financeiro do Tesouro Nacional, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 1999.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.054-3, de 9 de novembro de 2000.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.



ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26202 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS

## ANEXO

**CREDITO EXTRAORDINARIO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	EST	SND	MDD	IU	FTE	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								390.000
		PROJETOS						
12 353	0044 3209	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL						390.000
12 353	0044 3209 0025	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS AREA REFORMADA (M ) 2600	F F	3-ODC 4-INV	90 90	0 0	192 192	390.000 90.000
TOTAL - FISCAL								390.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								390.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE : 26215 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO

## ANEXO

**CREDITO EXTRAORDINARIO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	MOD	U	FTE	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL								418.000
		PROJETOS						
12 883	0044 3209	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL						418.000
12 883	0044 3209 0027	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO AREA REFORMADA (M ) 2775	F	3-ODC	90	O	192	418.000
TOTAL - FISCAL								418.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								418.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE : 26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**ANEXO**

**CREDITO EXTRAORDINARIO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES ~ R\$ 1,00

PUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO								281.000
		PROJETOS						
12 384	0041 3082	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						281.000
12 384	0041 3082 0035	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DE ALAGOAS AREA REFORMADA (M ) 1875	F F	3-ODC 4-INV	80 80	0 0	182 182	288.000 12.000
TOTAL - FISCAL								281.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								281.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**ANEXO**

**CREDITO EXTRAORDINARIO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	ESF	END	MOD	U	FTE	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO								1.857.029
		PROJETOS						
12 364	0041 3082	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						1.857.029
12 364	0041 3082 0037	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DE PERNAMBUCO AREA REFORMA (M ) 12380	F	2-00C	90	0	192	1.857.029
TOTAL - FISCAL								1.857.029
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.857.029









ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

**ANEXG**

CREDITO EXTRAORDINARIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0667 DEFESA CIVIL								119.400.000
		ATIVIDADES						
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL.						119.400.000
06 182	0667 4580 0009	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. - NA REGIAO NORDESTE						119.400.000
			S	3-000	30	0	192	32.840.000
			S	3-000	40	0	192	5.180.000
			S	3-000	80	0	192	3.000.000
			S	4-INV	30	0	192	77.400.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								119.400.000
TOTAL - GERAL								119.400.000

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 53203 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

## ANEXO

**CREDIT EXTRAORDINAIRE**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESPA	END	MOD	U	FTE	VALOR
0667	DEFESA CIVIL							7.000.000
		PROJETOS						
06 182	0667 1291	ACOES EMERGENCIAIS PARA COMBATER DANOS CAUSADOS POR SECAS, ENCHENTES E INUNDACOES						7.000.000
06 182	0667 1291 0001	ACOES EMERGENCIAIS PARA COMBATER DANOS CAUSADOS POR SECAS, ENCHENTES E INUNDACOES - NA REGIAO NORDESTE						7.000.000
		MUNICIPIO ATENDIDO (UNIDADE) 25	5	8-DEC	90	0	192	7.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								7.000.000
TOTAL - GERAL								7.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 15:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.057-4,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da **Medida Provisória nº 2057-4**, publicada em 8 de dezembro, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 162.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 1.185/2000-CN – nº 1.827/2000, na origem)

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À matéria não foram oferecidas emendas.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros para emitir parecer.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, o parecer é pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é pela admissibilidade; e, no mérito, pela aprovação.

Não há recurso sobre a mesa.

Em discussão a Medida Provisória. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.057-4, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000.**

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 162.000.000,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto, em favor do Ministério da Defesa, crédito extraordinário no valor de R\$ 162.000.000,00 (cento e sessenta e dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.057-3, de 9 de novembro de 2000.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

ORÇÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52511 - FUNDO AERONÁUTICO  
ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	C N D	M O D	I U	P T E	VALOR
0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO								162.000.000
ATIVIDADES								
05 151	0623 2923	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCAS						52.000.000
05 151	0623 2923 0001	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCAS - NACIONAL						52.000.000
PROJETOS								
05 781	0623 3133	REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCAS						110.000.000
05 781	0623 3133 0001	REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCAS - NACIONAL						110.000.000
		SISTEMA REVITALIZADO (6 DE EXECUÇÃO FÍSICA) 14	P	4-INV	90	0	230	110.000.000
TOTAL - FISCAL								162.000.000
TOTAL - SEGURANÇA								0
TOTAL - GERAL								162.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 2:

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.935-21,  
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1935-21, publicada em 17 de dezembro de 2000, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Defesa, créditos extraordinários no valor de R\$132.242.089,00.

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 16 da Resolução nº 1/89-CN.

À medida foi apresentada uma emenda.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, para proferir parecer.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somos também pela admissibilidade da matéria e pela aprovação do texto original. Portanto, contra a emenda apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável à admissibilidade; e, no mérito, contra a emenda que foi apresentada.

Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**RECURSO Nº 2, DE 2000-CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso, para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 1.935-21.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Deputado retira o recurso?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Estamos mantendo a posição que temos assumido aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o recurso, na Câmara. (Pausa.)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado. Não vai ao Senado.

Em discussão a Medida Provisória e a emenda, que tem parecer contrário. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados, vai ao Senado.

Em votação a Medida Provisória, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.935-21, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000.

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Defesa, créditos extraordinários no valor de R\$ 132.242.089,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de R\$ 120.142.089,00 (cento e vinte milhões, cento e quarenta e dois mil, oitenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de acordo com o Anexo II desta Medida Provisória.

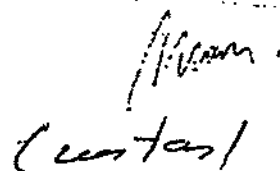
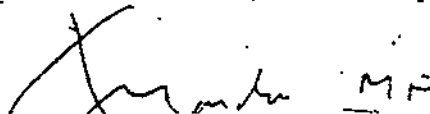
Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Defesa, crédito extraordinário no valor de R\$ 12.100.000,00 (doze milhões e cem mil reais), para atender à programação constante do Anexo III desta Medida Provisória.

Art. 5º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.935-20, de 19 de outubro de 2000.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de novembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.



(Contas)

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20803 - SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

R\$ 1,00

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	MOD	USO	FUN	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVENIÇÃO					120 142 089			120 142 089				
ASSISTENCIA					120 142 089			120 142 089				
ASSISTENCIA FIMATITARIA					120 142 089			120 142 089				
14 084 0487 3814					120 142 089			120 142 089				
PROGRAMA EMERGENCIAL EM FRENTE PROJEATIVAS												
DESENVOLVER AÇÕES DE ASSISTENCIA A POPULAÇÃO DAS REGIÕES AFETADAS PELA SECA, EM SITUAÇÃO DE EMERGENCIA OU DE CRAMIDADE PUBLICA RECONHECIDA PELO GOVERNO CENTRAL DO SISTEMA NACIONAL DE CRISE CIVIL												
15 081 0487 3510 0001					120 142 089			120 142 089				
PROGRAMA EMERGENCIAL EM FRENTE PROJEATIVAS					120 142 089			120 142 089				
					120 142 089			120 142 089				
TOTAL SEGURIDADE					120 142 089			120 142 089				

ANEXO 11

ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
20803 - SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	SEG			120.142.089
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	SEG		120.142.089	
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	SEG		120.142.089	
1210.01.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	SEG	120.142.089		
TOTAL SEGURIDADE				120.142.089

ANEXO III

52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
52101 - MINISTERIO DA DEFESA

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D U	U O	FV	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA					12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
ADMINISTRAÇÃO					12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
ADMINISTRAÇÃO GERAL					12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
05 007 0021.4887 PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ					12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
PROPORCIONAR APOIO AS NAÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS EM FORÇA MULTINACIONAL APROVADA PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - PELOTO MANTIDO (UNIDADE) - I											
05 007 0021.4887.0001 MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O LÍBANO LESTE-UNAMET - PELOTO MANTIDO (UNIDADE) - I	F	7915		0	12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
				100	12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		
TOTAL FISCAL					12.100.000	2.304.164		9.029.161	766.675		

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 7:

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.016-11,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2016-11, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$182.200.000,00, para os fins que especifica, institui o Programa Especial de Financiamento, e dá outras providências". (Defesa Civil – enchentes) (Mensagem nº 1.149/2000-CN – nº 1.739/2000, na origem). Relator: Deputado Ricardo Barros.

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À matéria foram apresentadas duas emendas.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros para proferir parecer.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela admissibilidade pela relevância e urgência e também contrário às emendas apresentadas e favorável à medida provisória na forma original como ela foi apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável à admissibilidade e ao mérito e contra as emendas.

Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**RECURSO Nº 3, DE 2000-CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso, para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.016/11.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o recurso, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria não vai ao Senado.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, a Medida Provisória nos termos do parecer na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, a Medida Provisória no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.016-11,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$182.200.000,00, para os fins que especifica, institui o Programa Especial de Financiamento, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$182.200.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e duzentos mil reais), para atender à progra-



mação constante do Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Fica instituído o Programa Especial de Financiamento às atividades econômicas atingidas pelas inundações nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

§ 1º O Programa Especial de Financiamento será operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e contará com recursos de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

§ 2º São beneficiários do Programa Especial de Financiamento os mini e pequenos produtores rurais, as microempresas e demais setores enquadáveis nas condições do Programa, que:

I – tiveram suas atividades prejudicadas nos meses de julho e agosto de 2000 em decorrência das inundações a que se refere o **caput** deste artigo;

II – estejam localizados em municípios que foram reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Para fins de enquadramento no Programa Especial de Financiamento, serão observados os seguintes parâmetros:

I – no setor rural:

a) miniprodutor: aquele cuja renda agropecuária bruta anual prevista for igual ou inferior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais), e representar, no mínimo, oitenta por cento de suas receitas totais;

b) pequeno produtor: aquele cuja renda agropecuária bruta anual prevista for superior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), e representar, no mínimo, setenta por cento de suas receitas totais;

II – nos demais setores: pessoas físicas e jurídicas com faturamento anual previsto de até R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 4º Os financiamentos contratados ao amparo do Programa Especial de Financiamento terão as seguintes condições:

I – juros: 8,75% ao ano;

II – prazos:

a) de até três anos, inclusive um ano de carência, nas operações de custeio e capital de giro;

b) de até seis anos, inclusive dois anos de carência, quando se tratar de créditos para investimento;

III – riscos: cinquenta por cento para a instituição financeira e cinquenta por cento para o FNE;

IV – limite de financiamento: até R\$15.000,00 (quinze mil reais) por empreendimento beneficiado.

§ 1º Os financiamentos com base no Programa Especial de Financiamento terão bônus de adimplência de vinte e cinco por cento sobre a taxa de juros de cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento.

§ 2º O mutuário perderá o direito ao bônus de adimplência em caso de desvio do crédito ou aplicação irregular dos recursos liberados, sujeitando-se às penalidades aplicáveis pela legislação em vigor.

§ 3º É estabelecido o prazo de até 31 de outubro de 2000 para contratação dos financiamentos de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.016-10, de 24 de outubro de 2000.

Art. 6º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Martus Tavares**.

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

## **ANEXO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA		PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	RE TOS	GN D	MO D	U	FE E	VALOR
0667 DEFESA CIVIL								54.200.000
		ATIVIDADES						
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL.						54.200.000
06 182	0667 4580 0005	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. - NA REGIAO SUDESTE						38.100.000
			S	3-ODC	30	0	100	250.000
			S	3-ODC	40	0	100	1.202.800
			S	4-INV	30	0	100	30.647.200
			S	4-INV	40	0	100	4.000.000
06 182	0667 4580 0007	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. - NA REGIAO SUL						12.100.000
			S	3-ODC	30	0	100	170.000
			S	3-ODC	40	0	100	5.350.000
			S	4-INV	30	0	100	1.530.000
			S	4-INV	40	0	100	5.050.000
06 182	0667 4580 0009	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. - NA REGIAO NORDESTE						1.000.000
			S	3-ODC	40	0	100	1.000.000
06 182	0667 4580 0011	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. - NA REGIAO CENTRO-OESTE						5.000.000
			S	3-ODC	40	0	100	350.000
			S	4-INV	40	0	100	4.650.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								54.200.000
TOTAL - GERAL								54.200.000

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 53203 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

## ANEXO

**CREDIT EXTRAORDINARIO**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA		PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	R E S U M O	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
<b>0667 DEFESA CIVIL</b>								<b>128.000.000</b>
		ATIVIDADES .						
06 182	0667 600:	Acoes EMERGENCIAS DE COMBATE A SECA						125.000.000
06 182	0667 6001 000:	Acoes EMERGENCIAS DE COMBATE A SECA - NA REGIAO NORDESTE	S S	3-00C 3-00C	30 90	0 0	100 100	125.000.000 13.000.000 115.000.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								125.000.000
TOTAL - GERAL								125.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 9:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.032-29,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.032-29, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento". (Mensagem nº 1.156/2000-12-14 CN – nº 1.741/2000, na origem)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em Plenário.

À medida não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, o parecer é pela admissibilidade e, no mérito, pelo acatamento da forma original, como foi apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer do Deputado Ricardo Barros conclui pela admissibilidade e pelo mérito.

Em discussão a medida provisória. (Pausa.)

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para discutir, ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, serei breve, até porque sobre essa matéria já me manifestei algumas outras vezes aqui, para dizer e lembrar aos companheiros do Congresso Nacional, aos Parlamentares que, na verdade, o que se pede aqui são mais R\$68 bilhões. O Governo pede autorização para emitir mais R\$68 bilhões de títulos para a rolagem da dívida brasileira. Salimos de R\$68 bilhões, em 1995, para uma dívida que atinge este ano, em dezembro, R\$665 bilhões. Se considerarmos R\$70 bilhões que entraram das privatizações, estamos crescendo em dívida para o Brasil R\$560 bilhões. Significa dizer que estamos acrescentando, em dívida interna, ao País, à população, em torno de R\$120 bilhões por ano. Estou dizendo R\$120 bilhões, suficientes para se construir quase um Brasil novo a cada ano. Essa sangria não pára.

Agora mesmo, o Governo pede mais R\$68 bilhões para acrescentar aquilo que já foi autorizado no Orçamento. E aonde vamos parar, meu prezado Ministro Waldir Pires? Aonde vai parar o Brasil, que já entrega o seu patrimônio para os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. E mais do que isso, transfere para o sistema financeiro toda a poupança nacional de 20 anos futuros, porque não teremos condições de resgatar essa dívida toda.

Mas, enquanto a dívida aumenta, diminui-se a capacidade de investimento do Estado brasileiro. Diminui-se a capacidade de investimento do setor social, do estrutural para que possamos avançar como país que pretende, um dia, chegar – não sei quando? Com esse tipo de Governo? Nunca! – a ser respeitado minimamente por outras nações. Mas quando seremos um país com capacidade de competir, se não temos dinheiro para investir na tecnologia, na pesquisa, na tecnologia de ponta? Quando seremos um País respeitado, se não temos dinheiro para diminuir as desigualdades regionais e as desigualdades entre cidadãos que nos qualificam entre os países mais desiguais do mundo? Quando, Sr. Presidente, seremos um País respeitado, se o Congresso aceita a cada momento, de joelhos, as imposições do Governo Federal? Quando seremos um País livre, quando, na realidade, manda aqui um superministro, que é o Ministro Malan, com o Senhor Presidente, em detrimento dos demais Ministros, que passam a ser Ministros de segunda classe, que não têm condições nem mesmo de realizar o Orçamento previsto? Quando deixaremos de ser um País onde fica dinheiro no caixa entesourado, porque é a vontade do Sr. Malan, em detrimento dos Parlamentares, das emendas de Bancada, das emendas que levam recursos, efetivamente, aos cidadãos, lá na ponta? Quando teremos os programas de Governo que, apesar de serem sérios – alguns deles o são – não conseguem ser realizados, porque não há interesse da área econômica em liberar recursos para tais programas?

Nós, do PDT, Sr. Presidente, estamos votando favoravelmente, até para que, neste momento, possa o Governo minimamente se equilibrar, pois já gastou além do que deveria. Mas fica aqui o protesto veemente contra essa política desequilibrada do Governo e da sua área econômica.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**RECURSO Nº 4, DE 2000-CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente re-

curso, para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.032-29.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000 –  
Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação o recurso, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**Rejeitado. Não vai ao Senado.**

Em discussão a Medida Provisória nº 2.032-29.  
(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**Em votação, a Medida Provisória na Câmara.**

As Srs e os Srs. Deputados que a aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**Aprovada.**

**Em votação, no Senado.**

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam  
queiram permanecer sentados.(Pausa.)

**Aprovada.**

**A matéria vai à promulgação.**

**É a seguinte a matéria aprovada:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.032-29, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000.

**Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997), crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00 (sessenta e oito bilhões, trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil reais), em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2.<sup>o</sup> Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no montante especificado.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.032-28, de 24 de outubro de 2000.

**Art. 4.<sup>o</sup>** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

75000 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL  
75101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

75101 - RECURSOS SEM SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAR)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 3:

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.967-14,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.967-14, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$240.000.000,00, para os fins que especifica". (Mensagem nº 1.130/2000-CN – nº 1.735/2000, na origem)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, para proferir parecer.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Nosso parecer é pela admissibilidade e também pelo mérito na

forma como a Medida Provisória foi apresentada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer conclui pela admissibilidade e, no mérito, pela forma como foi apresentada a Medida Provisória.

Não há recurso sobre a mesa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, a Medida Provisória, na Câmara.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.967-14, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000.**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 240.000.000,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de excesso de arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, fica alterada a receita da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de acordo com o Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.967-13, de 24 de outubro de 2000.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53203 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

R\$ 1,00

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M D	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA					240.000.000			240.000.000			
ASSISTENCIA					240.000.000			240.000.000			
ASSISTENCIA COMUNITARIA					240.000.000			240.000.000			
18.061.0487.9729 PROGRAMA EMERGENCIAL DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA					240.000.000			240.000.000			
PRESTAR ASSISTENCIA A POPULAÇÃO DAS REGIÕES AFETADAS PELA ESTIAGEM PROLONGADA											
18.061.0487.9729.0001 PROGRAMA EMERGENCIAL DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA	2	96	0	153	240.000.000			240.000.000			
					240.000.000			240.000.000			
					240.000.000			240.000.000			
					240.000.000			240.000.000			
TOTAL SEGURIDADE					240.000.000			240.000.000			

ANEXO 11

ACRESCIMO

53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
53205 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS			(R\$ 1,00)
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	SEG			240.000.000
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	SEG		240.000.000	
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	SEG		240.000.000	
1210.01.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	SEG	240.000.000		
TOTAL SEGURIDADE					240.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 11:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.047-6,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.047-6, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$422.002.000,00, para os fins que especifica". (Mensagem nº 1.171/2000-CN – nº 1.773/2000, na origem)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À matéria não foram apresentadas emendas.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães, para proferir parecer.

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – "Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo, do Ministério da Defesa no valor global de R\$422.000.000,00, para os fins que especifica".

Quanto à admissibilidade desta Medida Provisória, somos pelo reconhecimento da urgência e relevância com que a matéria deve ser tratada, conforme determina o art. 62 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, vale ressaltar que esta Medida Provisória não recebeu emendas.

Portanto, opinamos pela sua aprovação na forma do seu texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é pela admissibilidade e, no mérito, é favorável.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, estamos com problema ainda de som. Eu, por exemplo, não ouvi o Relatório do Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – S. Ex.<sup>a</sup> concluiu pela admissibilidade, e, no mérito, também favorável.

Há recurso de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a mesa.

Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**RECURSO Nº 5, Nº 2000 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso, para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2047-6.

Sala das Sessões, 14-12-2000. – Deputado **Walter Pinheiro** (PT).

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o recurso, na Câmara.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara não irá ao Senado.

Em discussão a Medida Provisória nº 2.047-6. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, a Medida Provisória na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.047-6,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

**Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$422.002.000.00, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa crédito extraordinário no valor global de R\$422.002.000.00 (quatrocentos e vinte e dois milhões e dois mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão:

I – da incorporação parcial do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 1999, no valor de R\$417.500.000.00 (quatrocentos e dezessete milhões e quinhentos mil reais); e

II – do cancelamento de dotações orçamentárias, conforme o Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, as receitas do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto e do Fundo Nacional de Segurança Pública estão demonstradas no Anexo III desta Medida Provisória.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.047-5, de 26 de outubro de 2000.

Art. 5º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2000 – 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Martus Tavares**.



**Dezembro de 2000**

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

**Sexta-feira 15 28103**



**Dezembro de 2000**

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP

ANEXO : CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G L C	M C D	L I J	P I R	VALOR
0666	SEGURANCA DO CIDADAO							330.000.000
		PROJETOS						
06 181	0666 7795	TREINAMENTO DE INSTRUTORES, EM ESPECIAL NAS AREAS DE POLICIAMENTO COMUNITARIO E DE TRATAMENTO DE MANIFESTACOES						12.000.000
26 181	0666 7795 0001	TREINAMENTO DE INSTRUTORES, EM ESPECIAL NAS AREAS DE POLICIAMENTO COMUNITARIO E DE TRATAMENTO DE MANIFESTACOES - NACIONAL INSTRUTOR TREINADO (UNIDADE) 13780	F F F F	3-ODC 3-ODC 4-INV 4-INV	30 40 30 40	O C O O	192 192 192 192	12.000.000 10.280.000 1.140.000 540.000 60.000
06 181	0666 7797	REAPARELHAMENTO DAS POLICIAS ESTADUAIS						90.000.000
26 181	0666 7797 0001	REAPARELHAMENTO DAS POLICIAS ESTADUAIS - NACIONAL POLICIA ESTADUAL REAPARELHADA (UNIDADE) 27	R	4-INV	30	O	192	90.000.000 90.000.000
06 181	0666 7799	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLICIAS						3.000.000
26 181	0666 7799 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE POLICIAS - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 23	F F	3-ODC 4-INV	30 30	O O	192 192	3.000.000 2.100.000 900.000
06 181	0666 7805	INTENSIFICACAO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO EM AREAS CRITICAS						160.000.000
06 181	0666 7805 0001	INTENSIFICACAO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO EM AREAS CRITICAS - NACIONAL AREA CRITICA ATENDIDA (UNIDADE) 5	F F	3-ODC 4-INV	30 30	O O	192 192	160.000.000 18.000.000 144.000.000
06 181	0666 7807	IMPLANTACAO DA POLICIA COMUNITARIA						65.000.000
26 181	0666 7807 0001	IMPLANTACAO DA POLICIA COMUNITARIA - NACIONAL POLICIA COMUNITARIA IMPLANTADA (UNIDADE) 5	F F	3-ODC 4-INV	30 30	O O	192 192	65.000.000 6.500.000 58.500.000
		TOTAL - FISCAL						330.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						330.000.000

ORÇAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	REG.	CL.	MOD.	PROJ.	VALOR
0664 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL							4.502.000
PROJETOS							
06 181	0664 1900	REAPARELHAMENTO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA					4.502.000
06 181	0664 1900 0001	REAPARELHAMENTO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - NACIONAL EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) 189	F	4-INV	90	0 150	4.502.000
TOTAL - FISCAL							4.502.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							4.502.000

ANEXO III

ACRESCIMO

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA

30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R\$ 1,00)

ESPECIFICACAO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			41.500.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		41.500.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		41.500.000	
1990.00.02 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DO TESOURO *	FIS	41.500.000		
TOTAL FISCAL				41.500.000

## ANEXOS III

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		ANEXO 2.000
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	QUOTE	DETERMINADA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			330.000.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		330.000.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		330.000.000	
1990.05.02 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DO TESOURO *	FIS	330.000.000		
TOTAL				330.000.000

ORGÃO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO  
UNIDADE : 51202 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - INDESP

**ANEXO :**

### STANDARD INFORMATION

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

REDUCED IN PRICE AS FOLLOWS - PG 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	U.S.M.	S	N	C	E	T	A	P	O	R	T	O
0180	ESPORTE SOLIDARIO													20.000.000
PROJETOS														
27 B12	0180 7808	APOIO A PROJETOS PREVENTIVOS DE CARATER SOCIAL VOLTADOS AO ESPORTE E A INTEGRACAO COMUNITARIA												20.000.000
27 B12	0180 7809 0001	APOIO A PROJETOS PREVENTIVOS DE CARATER SOCIAL VOLTADOS AO ESPORTE E A INTEGRACAO COMUNITARIA - NACIONAL												20.000.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) : 00												8.000.000
														12.000.000
TOTAL - FISCAL														20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE														0
TOTAL - GERAL														20.000.000

## ANEXOS III

ACRESCING

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO  
51702 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO FISICA

51000 - MINISTERIO DO ESPORTE E TURISMO  
51202 - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - INDESP

**RECETA**

ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES (R\$ 1,00)		
	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			20.000.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		20.000.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		20.000.000	
1990.05.02 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DO TESOURO *	FIS	20.000.000		
			TOTAL FISCAL	20.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

**ANEXO 1**

CREDITO EXTRAORDINARIO

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	MODAL	ANEXO	DOE	CC	IN	VALOR
0619		ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES CONJUNTAS						15.000.000
		ATIVIDADES						
OS 153	0619 5499	INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA						15.000.000
OS 153	0619 5499 0001	INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA - NACIONAL						15.000.000
		ACAO REALIZADA (UNIDADE) 3	3-000	90	0	192		10.000.000
			4-INV	50	0	192		5.000.000
		TOTAL - FISCAL						15.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						15.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Item 8:

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.018-10,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.018-10, publicada em 24 de novembro de 2000, que "Abre créditos extraordinários em favor do Ministério do Meio Ambiente e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$303.050.000,00, para os fins que especifica." (Despoluição da Baía da Guanabara) (Mensagem nº 1.150/2000-CN – nº 1.784/2000, na origem)

— Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

A Medida não foram apresentadas emendas.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — O parecer é pela admissibilidade, Sr. Presidente. No mérito, somos pela aprovação na forma como a Medida Provisória foi apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — O Parecer é pela admissibilidade. E, no mérito, favorável.

Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.018-10, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000.**

Abre créditos extraordinários, em favor do Ministério do Meio Ambiente e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 303.050.000,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Art. 1º** Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 51.050.000,00 (cinquenta e um milhões e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - receitas não-financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 35.735.000,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais); e

II - convênio celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no valor de R\$ 15.315.000,00 (quinze milhões, trezentos e quinze mil reais).

**Art. 3º** Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 252.000.000,00 (duzentos e cinquenta e dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II desta Medida Provisória.

**Art. 4º** Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de Recursos das Operações Oficiais de Crédito, no montante especificado.

**RECURSO Nº 6, DE 2000 – CN**

Senhor Presidente,

Apresentamos, nos termos do artigo 5º § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN, o presente recurso, para que o Plenário do Congresso Nacional delibere sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2018-10.

Sala das Sessões, 14-12-2000. – Deputado **Walter Pinheiro** (PT).

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação o recurso, na Câmara.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, o recurso não irá ao Senado.

Em discussão a medida provisória. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:





## ANEXO II

ORGÃO: 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGÃO 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

20 AGRICULTURA 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0351 AGRICULTURA FAMILIAR 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

74101 OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 - RECURSOS ORDINÁRIOS 252.000.000

INVERSÕES FINANCEIRAS 252.000.000

TOTAL 252.000.000  
INVERSÕES FINANCEIRAS

OBSERVAÇÕES: ESF (ESFERA) = FISCAL; S (SEGURIDADE); GND (GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA) = 1 (PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS); 2 (JÚROS E ENCARGOS DA DÍVIDA); 3 (OUTRAS DESPESAS CORRENTES); 4 (INVESTIMENTOS); 5 (INVERSÕES FINANCEIRAS); 6 (AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA); MOD (MODALIDADE DE APLICAÇÃO) = 30 (GOVERNO ESTADUAL); 40 (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL); 60 (ENTIDADE PRIVADA); 90 (APLICAÇÃO DIRETA); 99 (A DEFINIR); UJ (IDENTIFICADOR DE USO - CONTRAPARTIDA) = 0 (NÃO DEST. A CONTR.); 1 (CONTR. BIRD); 2 (CONTR. BID); 3 (OUTRAS CONTR.); FTE (FONTE DE RECURSOS)

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

UNIDADE: 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

20 AGRICULTURA 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0351 AGRICULTURA FAMILIAR 252.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 - RECURSOS ORDINÁRIOS 252.000.000

INVERSÕES FINANCEIRAS 252.000.000

TOTAL 252.000.000  
INVERSÕES FINANCEIRAS

ÓRGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

UNIDADE: 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1 00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO	E S F	G N D	M O D	ID. USO	FTE	VALOR
0351		AGRICULTURA FAMILIAR						252.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
20.846	0351.0281.0000	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						252.000.000
20.846	0351.0281.0001	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF - NACIONAL	F	5 - IFI	90	0	160	252.000.000
		TOTAL - FISCAL						252.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						252.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4:

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.981-54,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000.**

Discussão, em turno único da Medida Provisória nº 1.981-54, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Lei nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente, e dá outras providências". (Sistema Financeiro da Habitação) (Mensagem nº 1.142/2000-CN – nº 1.755/2000, na origem)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À Medida foram apresentadas trinta e cinco emendas.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória de nº 1.981-54, sobre a qual acordamos. É uma medida importante, porque resolve substancialmente a vida de milhares de mutuários no País. Mas fizemos, ontem à noite, com o Governo um acordo, principalmente em relação a dois pontos: um deles, trata da inclusão, no âmbito da medida provisória, de mutuários que fizeram contrato com instituições financeiras privadas; e o outro trata da mudança do prazo de vencimento para obtenção do benefício.

Em decorrência da modificação ora relatada por mim, portanto, carecendo de aprimoramento no que diz respeito à redação, eu pediria a V. Exª que sobressasse esta medida provisória e passasse à discussão da Medida Provisória nº 1.982, enquanto aguardamos o desfecho da redação desses dois itens que devem ser incluídos na medida provisória. Acredito que não há nenhum problema em prosseguirmos com as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª será atendido, porque V. Exª é o relator desta matéria. Só quando V. Exª se julgar em condições de relatar, é que a colocaremos em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 5:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.982-77,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.982-77, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências". (Abertura do comércio aos domingos). Mensagem nº 1.143/2000-CN (nº 1.756/2000, na origem.)

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À medida foram apresentadas trinta e seis emendas.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para proferir parecer.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, somos pela admissibilidade e constitucionalidade e também pelo mérito. É uma medida provisória meritória.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em relação às emendas...

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Em relação às emendas, recusamos todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª rejeita as emendas.

Sobre a mesa, recurso ..... Não está assinado.

Em discussão a medida provisória, e as emendas em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Medida Provisória no Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.982-77,  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

**Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição.

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações Pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

§ 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Medida Provisória:

I – a pessoa física;

II – a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:

a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;

b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;

c) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades;

d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

Art. 3º A participação de que trata o art. 2º não substitui ou complementa a remuneração **devida** ■

qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados, nos termos da presente Medida Provisória, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

§ 3º Todos os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados, mantidos espontaneamente pela empresa, poderão ser compensados com as obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4º A periodicidade semestral mínima referida no § 2º poderá ser alterada pelo Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2000, em função de eventuais impactos nas receitas tributárias.

§ 5º As participações de que trata este artigo serão tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto de renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

Art. 4º Caso a negociação visando à participação nos lucros ou resultados da empresa resulte em impasse, as partes poderão utilizar-se dos seguintes mecanismos de solução do litígio:

I – mediação;

II – arbitragem de ofertas finais.

§ 1º Considera-se arbitragem de ofertas finais aquela em que o árbitro deve restringir-se a optar pela proposta apresentada, em caráter definitivo, por uma das partes.

§ 2º O mediador ou o árbitro será escolhido de comum acordo entre as partes.

§ 3º Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência unilateral de qualquer das partes.

§ 4º O laudo arbitral terá força normativa, independentemente de homologação judicial.

Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta Medida Provisória, relativamente aos trabalhadores

em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 6º Fica autorizado, a partir de 9 de novembro de 1997, o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, observado o art. 30, inciso I, da Constituição.

Parágrafo único. O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de quatro semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras previstas em acordo ou convenção coletiva.

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.982-76, de 26 de outubro de 2000.

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.010-38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.010-38, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997". (Utilização dos dividendos e do Superávit Financeiro de Fundos e Entidades da Administração Pública Federal Indireta) (Mensagem nº1.147/2000 CN – nº1.737/2000, na origem)

Dependendo de pareceres a serem proferidos em Plenário.

À matéria foram apresentadas quatro emendas.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª prefere falar antes ou depois dos pareceres?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre a questão anterior, Sr. Presidente. Tínhamos um destaque para a MP 1.982, supressão do art. 6º, que não foi lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Perdoe-me, mas o que havia aqui como recurso não estava sequer assinado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – O destaque é assinado pelo Deputado Miro Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Não está assinado. Perdão. [Comentários longe do microfone.]

Esse foi mudado, porque o Relator pediu para ser votado ao final.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Não, a 1.982.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A 1.982. (Pausa.)

Só chegou agora, e a Medida já tinha sido votada. Eu lamento.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Tínhamos entregue antes na mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Não estava no processo. Posso até, por exceção, conceder a palavra para V. Exª dar o seu ponto de vista, mas o assunto já foi votado. Mas V. Exª tem a palavra para expor o seu ponto de vista.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Sr. Presidente, não consegui escutar, porque está havendo muito barulho aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O assunto foi concluído porque foi votado. Como sei que V. Exª quer externar um ponto de vista, mais até do que impedir a votação, V. Exª teria a palavra para colocar o seu ponto de vista perante o Congresso.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós apresentamos um destaque que tinha por finalidade retirar o art. 6º da medida provisória, que, de maneira geral, quer impor a possibilidade de trabalho aos domingos aos comerciários.

Como houve um certo imbróglio, que vamos deixar para esclarecer depois, vamos apresentar esse dispositivo numa matéria em separado e acaresaremos a decisão em função do ocorrido.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exª a sua compreensão.

**O SR. MILTON TEMER** (PT – RJ) – Sr. Presidente, não é uma questão de ordem, mas peço a V. Exª a palavra para uma comunicação formal.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. MILTON TEMER** (PT – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vivemos um regime onde o Poder Legislativo é constantemente esmagado pelas medidas provisórias. Nesse contexto, quero fazer um agradecimento pessoal à Mesa do Senado pela urgência com que tratou um projeto de um Deputado, não porque seja um projeto meu, colocando em votação, em regime de urgência, hoje no Senado. Trata-se de um projeto que beneficia principalmente aqueles que têm mais de 65 anos de idade e que, pela iniciativa da Mesa do Senado, pôde ainda ser deliberado e depende apenas de sanção presidencial, nesta Sessão Legislativa.

Não posso deixar de registrar aqui o meu agradecimento, porque esta iniciativa vem em benefício do fortalecimento dos parlamentares como legisladores do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exª, e pode estar certo de que esse é o sistema no Senado, sobretudo quando vem uma proposição de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 6, da pauta (continuação).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Assad Júnior, para proferir parecer.

**O SR. MÁRIO ASSAD JÚNIOR** (PFL – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, somos pela constitucionalidade e admissibilidade da matéria. Voto pela aprovação da Medida Provisória nº 2.010, na forma do nosso projeto de lei de conversão, rejeitadas as Emendas 1, 2, 3 e 4.

Quanto ao mérito, rapidamente, apenas para esclarecimento do Plenário, com a aprovação deste projeto de conversão, a partir de 2000, o Tesouro Nacional não poderá mais apropriar-se do superávit dos fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2000.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (Bloco/PCdoB – MG) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, quero louvar a iniciativa do Deputado Mário Assad que aprovou um PLV que, na prática, revoga a pior parte da Lei nº 9.530. Desde a aprovação dessa lei, temos tido uma batalha constante, porque ela trata o superávit fi-

nanceiro dos fundos, autarquias e fundações e o reverte, todo ano, para um fundo de amortização da dívida, criando, assim, uma profunda distorção na prática orçamentária dessas autarquias e fundações.

Dessa forma, superar a Lei nº 9.530 reflete um grande mérito de todo um processo de denúncia feito de forma constante desde a aprovação daquela medida provisória convertida em projeto de lei ainda nos idos de 98, para tentar dar uma resposta à crise que vinha da Ásia naquele período.

Consideramos muito positivo o PLV apresentado pelo Deputado Mário Assad, que conta com a nossa aprovação. Supera-se uma etapa profundamente danosa às instituições públicas. Todo fim de ano, o caixa dessas fundações, autarquias e fundos era esvaziado para o financiamento da dívida.

Quero, então, mostrar que o voto do Bloco PSB/PCdoB é pela aprovação do PLV.

**O SR. MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PFL – MG) – Sr. Presidente,** pela ordem.

Apenas para agradecer ao nobre Deputado Sérgio Miranda pelas generosas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão o Projeto de Lei de Conversão a Medida Provisória e as emendas que tiveram parecer contrário. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto de lei de conversão no Senado.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2000**

**Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
....."

II – o superávit financeiro dos fundos, das autarquias e das fundações, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1997, 1998 e 1999, nos termos do art. 43, § 22, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ressalvados: (NR)

a) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Fundo Nacional da Cultura – FNC, e do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira – FUNCAFÉ, além dos recursos provenientes de contribuições diretas dos servidores públicos com finalidade específica;

b) o superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM e do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC a partir do exercício financeiro de 1998;

c) o superávit financeiro do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o do Fundo da Marinha Mercante – FMM, a partir do exercício financeiro de 1999.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.010-38, de 23 de novembro de 2000, e nas edições que a precederam.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 14:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.055-4, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.055-4, publicada no dia 8 de dezembro de 2000, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências".

À Medida foram apresentadas quatro emendas.

Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

Quem vai emitir parecer? (Pausa.)

Peço à Liderança do Governo que informe quem dará o parecer.

**O SR. RICARDO BARROS (PPB PR)** – Vou relatar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS (PPB PR)** Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Medida Provisória nº 2.055.

Sr. Presidente, V. Exª anunciou 2.054, mas é 2.055.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Pergunto se o Deputado Múcio Sá está presente. (Pausa.) Então S. Exª será o Relator.

**O SR. MÚCIO SÁ (PMDB RN)** Para proferir parecer.) – Confirmando, relato a Medida Provisória nº 2.055.

Sr. Presidente, ante a relevância e urgência do assunto, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – E o mérito?

**O SR. MÚCIO SÁ (PMDB RN)** – Sr. Presidente, quanto ao mérito, a medida provisória em tela só merece encômios, uma vez que vem no sentido de tornar mais efetiva a ação dos órgãos encarregados de defender a ordem econômica inscrita no art. 170 e seguintes da Constituição Federal.

Para aperfeiçoá-la, estamos apresentando emenda de Relator, acrescentando o art. 35-C à Lei nº 8.884, nos termos seguintes:

“Art. 35 – (...)

C – Nos crimes contra a ordem econômica tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de novembro de 1990, a celebração de acordo de leniência, nos termos dessa lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia.

Parágrafo único – Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes a que se refere o **caput** deste artigo.”

A emenda que ora apresentamos tem o objetivo de estender o chamado acordo de leniência, hoje só possível na esfera administrativa, também à esfera penal, para dar maior efetividade a esse instrumento que permite acordo com os infratores que

ajudem a identificar co-autores e apontam provas concretas de ilícitos praticados.

Registre-se, a propósito, que este instrumento é tão efetivo nos Estados Unidos, onde é conhecido como **Leniency Program**, que o número de cartéis descobertos aumentou cinco vezes desde a sua adoção.

Quanto às emendas apresentadas, não obstante a intenção dos seus ilustres autores no sentido do aperfeiçoamento dos assuntos de que tratam, votamos pela sua rejeição.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro, nos termos do seguinte projeto de lei de conversão que ora entrego à Mesa.

São os seguintes os pareceres na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2000**

**Sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências”.**

Relator: Deputado Múcio Sá

#### **I – Relatório**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000.

Trata-se da quarta reedição da Medida Provisória nº 2.055, de 11 de agosto de 2000, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências.”

Nesse sentido a MP em questão, pelos seus arts. 1º e 2º, altera os seguintes artigos da lei referida: art. 2º, que trata da territorialidade das empresas a que se aplicam as suas normas; art. 26, que dispõe sobre as multas por recusa ou sonegação de informações aos órgãos de defesa da economia de que trata a Lei nº 8.884/94, passa vigorar acrescido de parágrafos, sendo também criado o art. 26-A, que trata também das multas; art. 35, que trata dos procedimentos



referentes aos processos administrativos, recebe nova redação, sendo também acrescentados os arts. 35-A e 35-B, esse último dispondo sobre acordo de leniência, que podem ser celebrados entre a União e pessoas físicas e jurídicas autoras de infrações à ordem econômica, sob certas condições; art. 53, para estabelecer que o compromisso de cessação de processo administrativo não se aplica em caso de práticas de monopólio ou cartel relacionadas no art. 21; art. 54, que trata dos atos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência.

Já o art. 3º da medida provisória em pauta reajusta a taxa processual sobre os processos de competência do Cade e reparte esses produtos entre os órgãos que relaciona.

Por fim, o art. 4º convalida os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.055-3 e o art. 5º fixa a cláusula de vigência.

E o relatório.

## II – Voto

Cabe a esta relatoria, de acordo com o art. 62 da Constituição e da Resolução nº 1, de 1989-CN, opinar sobre os pressupostos constitucionais para a admissibilidade da medida provisória em apreço.

Ante a relevância e urgência do assunto, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000.

## PARECER Nº, DE 2000

**Sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências."**

Relator: Deputado Múcio Sá

## I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000.

Trata-se da quarta reedição da Medida Provisória nº 2.055, de 11 de agosto de 2000, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe

sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências."

Nesse sentido a MP em questão, pelos seus arts. 1º e 2º, altera os seguintes artigos da Lei referida: art. 2º, que trata da territorialidade das empresas a que se aplicam as suas normas; art. 26, que dispõe sobre as multas por recusa ou sonegação de informações aos órgãos de defesa da economia de que trata a Lei nº 8.884/94, passa vigorar acrescido de parágrafos, sendo também criado o art. 26-A, que trata também das multas; art. 35, que trata dos procedimentos referentes aos processos administrativos, recebe nova redação, sendo também acrescentados os arts. 35-A e 35-B, esse último dispondo sobre acordo de leniência, que podem ser celebrados entre a União e pessoas físicas e jurídicas autoras de infrações à ordem econômica, sob certas condições; art. 53, para estabelecer que o compromisso de cessação de processo administrativo não se aplica em caso de práticas de monopólio ou cartel relacionadas no art. 21; art. 54, que trata dos atos que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência.

Já o art. 3º da medida provisória em pauta reajusta a taxa processual sobre os processos de competência do Cade e reparte esses produtos entre os órgãos que relaciona.

Por fim, o art. 4º convalida os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.055-3 e o art. 5º fixa a cláusula de vigência.

É o relatório.

## II – Voto

Cabe a esta relatoria, de acordo com o art. 62 da Constituição e da Resolução nº 1, de 1989-CN, opinar sobre a constitucionalidade e o mérito da medida provisória de que se cuida.

No que diz respeito à constitucionalidade da matéria não enxergamos óbice à sua livre tramitação.

Quanto ao mérito, a medida provisória em tela só merece encômios uma vez que vem no sentido de tornar mais efetiva a ação dos órgãos encarregados de defender ordem econômica inscrita no art. 170 e seguintes da Constituição Federal.

Apenas com o fim do seu aperfeiçoamento, estamos apresentando Emenda de relator acrescentando o art. 35-C à Lei nº 8.884, nos termos seguintes:

"Art. 35-C. Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de novembro de 1990, a celebração de acordo de leniência, nos termos desta lei, determina a suspensão do curso do prazo

prescricional e impede o oferecimento da denúncia.

Parágrafo único. Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes a que se refere o **caput** deste artigo."

A emenda que ora apresentamos tem o objetivo de estender o chamado acordo de leniência, hoje só possível na esfera administrativa, também à esfera penal, para dar mais efetividade a esse instrumento que permite acordo com infratores que ajudam a identificar co-autores e apontam provas concretas dos ilícitos praticados.

Registre-se, a propósito, que esse instrumento é tão efetivo nos Estados Unidos, onde é conhecido como Leniency Program, que o número de cartéis descobertos aumentou cinco vezes desde a sua adoção.

Quanto às emendas apresentadas, não obstante a intenção dos seus ilustres autores no sentido do aperfeiçoamento dos assuntos de que tratam, votamos pela sua rejeição.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Medida provisória nº 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000, nos termos do seguinte Projeto de Lei de Conversão:

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº, DE 2000**

**"Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências."**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 26, 30, 35, 53 e 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 1º Reputa-se domiciliada no Território Nacional a empresa estrangeira que opere ou tenha no Brasil filial, agência, sucursal, escritório, estabelecimento, agente ou representante.

§ 2º A empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil." (NR)

"Art. 26. ....

§ 1º O montante fixado para a multa diária de que trata o **caput** deste artigo constará do documento que contiver a requisição da autoridade competente.

§ 2º A multa prevista neste artigo será computada diariamente até o limite de noventa dias contados a partir da data fixada no documento a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Compete à autoridade requisitante a aplicação da multa prevista no **caput** deste artigo.

§ 4º Responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata este artigo, a filial, sucursal, escritório ou estabelecimento, no País, de empresa estrangeira.

§ 5º A falta injustificada do representado ou de terceiros, quando intimados para prestar esclarecimentos orais, no curso de procedimento, de averiguações preliminares ou de processo administrativo, sujeitará o faltante à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), conforme sua situação econômica, que será aplicada mediante auto de infração pela autoridade requisitante." (NR)

"Art. 30. A SDE promoverá averiguações preliminares, de ofício ou à vista de representação escrita e fundamentada de qualquer interessado, quando os indícios de infração à ordem econômica não forem suficientes para a instauração de processo administrativo.

§ 1º Nas averiguações preliminares, o Secretário da SDE poderá adotar quaisquer das providências previstas nos arts. 35, 35-A e 35-B, inclusive requerer esclarecimentos do representado ou de terceiros, por escrito ou pessoalmente.

§ 3º As averiguações preliminares poderão correr sob sigilo, no interesse das investigações, a critério do Secretário da SDE."

(NR)

"Art. 35. Decorrido o prazo de apresentação da defesa, a SDE determinará a realização de diligências e a produção de provas de interesse da Secretaria, a serem apresentadas no prazo de quinze dias, sen-

do-lhe facultado exercer os poderes de instrução previstos nesta Lei, mantendo-se o sigilo legal quando for o caso.

§ 1º As diligências e provas determinadas pelo Secretário da SDE, inclusive inquirição de testemunhas, serão concluídas no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período em caso de justificada necessidade.

§ 2º Respeitado o objeto de averiguação preliminar, de procedimento ou de processo administrativo, compete ao Secretário da SDE autorizar, mediante despacho fundamentado, a realização de inspeção na sede social, estabelecimento, escritório, filial ou sucursal de empresa investigada, notificando-se a inspecionada com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, não podendo a diligência ter início antes das seis ou após às dezoito horas.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, poderão ser inspecionados estoques, objetos, papéis de qualquer natureza, assim como livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos, podendo-se extrair ou requisitar cópias de quaisquer documentos ou dados eletrônicos."(NR)

"Art. 53 .....

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica às infrações à ordem econômica relacionadas ou decorrentes das condutas previstas nos incisos I, II, III e VIII do Art. 21 desta Lei."(NR)

"Art. 54. ....

§ 3º Incluem-se nos atos de que trata o caput aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultante em vinte por cento de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)."(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.884, de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 26-A. Impedir, obstruir ou de qualquer outra forma dificultar a realização de inspeção autorizada pela SDE ou SEAE no âmbito de averiguação preliminar, procedimento ou processo administrativo sujeitará o inspecionado ao pagamento de multa de R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais) a R\$ 425.700,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e setecentos reais), conforme a situação econômica do infrator, mediante a lavratura de auto de infração pela Secretaria competente."(NR)

"Art. 35-A. A Advocacia-Geral da União, por solicitação da SDE, poderá requerer ao Poder Judiciário mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, assim como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos de empresa ou pessoa física, no interesse da instrução do procedimento, das averiguações preliminares ou do processo administrativo, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 839 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo inexigível a propositura de ação principal.

§ 1º No curso de procedimento administrativo destinado a instruir representação a ser encaminhada à SDE, poderá a SEAE exercer, no que couber, as competências previstas no caput deste artigo e no art. 35 desta Lei

§ 2º O procedimento administrativo de que trata o parágrafo anterior poderá correr sob sigilo, no interesse das investigações, a critério da SEAE."(NR)

"Art. 35-B. A União, por intermédio da SDE, poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de um a dois terços da penalidade aplicável, nos termos deste artigo, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte:

I – a identificação dos demais co-autores da infração; e

II – a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às empresas ou pessoas físicas que

tenham estado à frente da conduta tida como infracionária.

§ 2º O acordo de que trata o **caput** deste artigo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – a empresa ou pessoa física seja a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação;

II – a empresa ou pessoa física cesse completamente seu envolvimento na infração noticiada ou sob investigação a partir da data de propositura do acordo;

III – a SDE não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação da empresa ou pessoa física quando da propositura do acordo; e

IV – a empresa ou pessoa física confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 3º O acordo de leniência firmado com a União, por intermédio da SDE, estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 4º A celebração de acordo de leniência não se sujeita à aprovação do CADE, competindo-lhe, no entanto, quando do julgamento do processo administrativo, verificado o cumprimento do acordo:

I – decretar a extinção da ação punitiva da administração pública em favor do infrator, nas hipóteses em que a proposta de acordo tiver sido apresentada à SDE sem que essa tivesse conhecimento prévio da infração noticiada; ou

II – nas demais hipóteses, reduzir de um a dois terços as penas aplicáveis, observado o disposto no art. 27 desta Lei, devendo ainda considerar na gradação da pena a efetividade da colaboração prestada e a boa-fé do infrator no cumprimento do acordo de leniência.

§ 5º Na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a pena sobre a qual incidirá o fator redutor não será superior à menor das penas aplicadas aos demais co-autores da infração, relativamente aos percentuais fixa-

dos para a aplicação das multas de que trata o art 23 desta Lei

§ 6º Serão estendidos os efeitos do acordo de leniência aos dirigentes e administradores da empresa habilitada, envolvidos na infração, desde que firmem o respectivo instrumento em conjunto com a empresa, respeitadas as condições impostas nos incisos II a IV do § 2º deste artigo.

§ 7º A empresa ou pessoa física que não obtiver, no curso de investigação ou processo administrativo, habilitação para a celebração do acordo de que trata este artigo, poderá celebrar com a SDE, até a remessa do processo para julgamento, acordo de leniência relacionado a uma outra infração, da qual não tenha qualquer conhecimento prévio a Secretaria.

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o infrator se beneficiará da redução de um terço da pena que lhe for aplicável naquele processo, sem prejuízo da obtenção dos benefícios de que trata o inciso I do § 4º deste artigo em relação à nova infração denunciada.

§ 9º Considera-se sigilosa a proposta de acordo de que trata este artigo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 10. Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de acordo de leniência rejeitada pelo Secretário da SDE, da qual não se fará qualquer divulgação.

§ 11. A aplicação do disposto neste artigo observará a regulamentação a ser editada pelo Ministro de Estado da Justiça." (NR)

"Art. 35-C. Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei nº 8.137, de 27 de novembro de 1990, a celebração de acordo de leniência, nos termos desta Lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia.

Parágrafo único. Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes a que se refere o **caput** deste artigo."

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2001, a Taxa Processual de que trata o inciso I do art. 5º da Lei nº

9.781, de 19 de janeiro de 1999, será devida no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), repartindo-se o produto de sua arrecadação na base de um terço para cada um dos seguintes órgãos:

I – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

II – Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

III – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.055-3, de 9 de novembro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2000.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto de lei de conversão no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2000**

**Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 26, 30, 35, 53 e 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 1º Reputa-se domiciliada no Território Nacional a estrangeira que opere ou tenha no Brasil filial, agência, escritório, estabelecimento, agente ou representante.

§ 2º A empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil.”

(NR)

“Art. 26. ....

§ 1º O montante fixado para a multa diária de que trata o caput deste artigo constará do documento que contiver a requisição da autoridade competente.

§ 2º A multa prevista neste artigo será computada diariamente até o limite de noventa dias contados a partir da data fixada no documento a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º Compete à autoridade requisitante a aplicação da multa prevista no caput deste artigo.

§ 4º Responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata este artigo, a filial, sucursal, escritório ou estabelecimento, no País, de empresa estrangeira.

§ 5º A falta injustificada do representado ou de terceiros, quando intimados para prestar esclarecimentos orais, no curso de procedimento, de averiguações preliminares ou de processo administrativo, sujeitará o faltante à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), conforme sua situação econômica, que será aplicada mediante auto de infração pela autoridade requisitante.” (NR)

“Art. 30. A SDE promoverá averiguações preliminares, de ofício ou à vista de representação escrita e fundamentada de qualquer interessado, quando os indícios de infração à ordem econômica não forem suficientes para a instauração de processo administrativo.

§ 1º Nas averiguações preliminares, o Secretário da SDE poderá adotar quaisquer das providências previstas nos arts. 35, 35-A e 35-B, inclusive requerer esclarecimentos do representado ou de terceiros, por escrito ou pessoalmente.

.....  
§ 3º As averiguações preliminares poderão correr sob sigilo, no interesse das investigações, a critério do Secretário da SDE."(NR)

"Art. 35. Decorrido o prazo de apresentação da defesa, a SDE determinará a realização de diligências e a produção de provas de interesse da Secretaria, a serem apresentadas no prazo de quinze dias, sendo-lhe facultado exercer os poderes de instrução previstos nesta Lei, mantendo-se o sigilo legal quando for o caso.

§ 1º As diligências e provas determinadas pelo Secretário da SDE, inclusive inquirição de testemunhas, serão concluídas no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período em caso de justificada necessidade.

§ 2º Respeitado o objeto de averiguação preliminar, de procedimento ou de processo administrativo, compete ao Secretário da SDE autorizar, mediante despacho fundamentado, a realização de inspeção na sede social, estabelecimento, escritório, filial ou sucursal de empresa investigada, notificando-se a inspecionada com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, não podendo a diligência ter início antes das seis ou após às dezoito horas.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, poderão ser inspecionados estoques, objetos, papéis de qualquer natureza, assim como livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos, podendo-se extrair ou requisitar cópias de quaisquer documentos ou dados eletrônicos."(NR)

"Art. 53. ....

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica às infrações à ordem econômica relacionadas ou decorrentes das condutas previstas nos incisos I, II, III e VIII do art. 21 desta Lei."(NR)

"Art. 54. ....

§ 3º Incluem-se nos atos de que trata o caput aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique parti-

cipação de empresa ou grupo de empresas resultante em vinte por cento de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

....."(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.884, de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 26-A. Impedir, obstruir ou de qualquer outra forma dificultar a realização de inspeção autorizada pela SDE ou SEAE no âmbito de averiguação preliminar, procedimento ou processo administrativo sujeitará o inspecionado ao pagamento de multa de R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais) a R\$ 425.700,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e setecentos reais), conforme a situação econômica do infrator, mediante a lavratura de auto de infração pela Secretaria competente."(NR)

"Art. 35-A. A Advocacia-Geral da União, por solicitação da SOE, poderá requerer ao Poder Judiciário mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, assim como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos de empresa ou pessoa física, no interesse da instrução do procedimento, das averiguações preliminares ou do processo administrativo, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 839 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo inexistente a propositura de ação principal.

§ 1º No curso de procedimento administrativo destinado a instruir representação a ser encaminhada à SDB, poderá a SEAE exercer, no que couber, as competências previstas no caput deste artigo e no art. 35 desta Lei.

§ 2º O procedimento administrativo de que trata o parágrafo anterior poderá correr sob sigilo, no interesse das investigações, a critério da SEAE."(NR)

"Art. 35-B. A União, por intermédio da SDE, poderá celebrar acordo de leniência, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de um a dois terços da penalidade aplicável, nos termos deste artigo, com pessoas físicas e jurídicas

que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte:

I – a identificação dos demais co-autores da infração; e

II – a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às empresas ou pessoas físicas que tenham estado à frente da conduta tida como infracionária.

§ 2º O acordo de que trata o caput deste artigo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – a empresa ou pessoa física seja a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação;

II – a empresa ou pessoa física cesse completamente seu envolvimento na infração noticiada ou sob investigação a partir da data de propositura do acordo;

III – a SOE não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação da empresa ou pessoa física quando da propositura do acordo; e

IV – a empresa ou pessoa física confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparando, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 3º O acordo de leniência firmado com a União, por intermédio da SOE, estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 4º A celebração de acordo de leniência não se sujeita à aprovação do CADE, competindo-lhe, no entanto, quando do julgamento do processo administrativo, verificado o cumprimento do acordo:

I – decretar a extinção da ação punitiva da administração pública em favor do infrator, nas hipóteses em que a proposta de acordo tiver sido apresentada à SDE sem que essa tivesse conhecimento prévio da infração noticiada; ou

II – nas demais hipóteses, reduzir de um a dois terços as penas aplicáveis, observado o disposto no art. 27 desta Lei, devendo ainda considerar na gradação da pena a efetividade da colaboração prestada e a boa-fé do infrator no cumprimento do acordo de leniência.

§ 5º Na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a pena sobre a qual incidirá o fator redutor não será superior à menor das penas aplicadas aos demais co-autores da infração, relativamente aos percentuais fixados para a aplicação das multas de que trata o art. 23 desta Lei.

§ 6º Serão estendidos os efeitos do acordo de leniência aos dirigentes e administradores da empresa habilitada, envolvidos na infração, desde que firmem o respectivo instrumento em conjunto com a empresa, respeitadas as condições impostas nos incisos II a IV do § 2º deste artigo.

§ 7º A empresa ou pessoa física que não obtiver, no curso de investigação ou processo administrativo, habilitação para a celebração do acordo de que trata este artigo, poderá celebrar com a SOE, até a remessa do processo para julgamento, acordo de leniência relacionado a uma outra infração, da qual não tenha qualquer conhecimento prévio a Secretaria.

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o infrator se beneficiará da redução de um terço da pena que lhe for aplicável naquele processo, sem prejuízo da obtenção dos benefícios de que trata o inciso I do § 4º deste artigo em relação à nova infração denunciada.

§ 9º Considera-se sigilosa a proposta de acordo de que trata este artigo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 10. Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, a proposta de acordo de leniência rejeitada pelo Secretário da SOE, da qual não se fará qualquer divulgação.

§ 11. A aplicação do disposto neste artigo observará a regulamentação a ser editada pelo Ministro de Estado da Justiça." (NR)

"Art. 35-C. Nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei n.º 8.137, de 27 de novembro de 1990, a celebração de acordo de leniência, nos termos desta Lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia. Parágrafo único. Cumprido o acordo de leniência pelo agente, extingue-se automaticamente a punibilidade dos crimes a que se refere o caput deste artigo."

Art. 3º A partir de 12 de janeiro de 2001, a Taxa Processual de que trata o inciso I do art. 5º da Lei n.º 9.781, de 19 de janeiro de 1999, será devida no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), repartindo-se o produto de sua arrecadação na base de um terço para cada um dos seguintes órgãos:

I – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

II – Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

III – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória n.º 2.055-4, de 7 de dezembro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Há um acordo. Tanto houve acordo, que designaram o Deputado Walter Pinheiro como Relator. Entretanto, a Liderança do Governo informa que não tem acordo. Nesse caso, não faço a votação. Só faço a votação com a concordância da Liderança do PT.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, há um problema. Pulamos um item – estamos resolvendo ainda –, que é a MP n.º 1981.

Podemos votar, Sr. Presidente, a MP n.º 1981.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer de V. Ex.ª é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4, continuação:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA n.º 1.981-54, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n.º 1.981-54, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-lei n.º 2.406,

de 5 de janeiro de 1988, e as Leis n.ºs 8.004 e 8.692, de 14 de março de 1990, de 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências". (Sistema Financeiro de Habitação). (Mensagem n.º 1.142/2000-CN-n.º 1.755/2000, na origem)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À matéria foram apresentadas trinta e cinco emendas.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, quero dar o parecer sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra V. Ex.ª.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ªs e Srs. Senadores, esta matéria, que já foi objeto de sucessivas reedições, via medidas provisórias, é de suma importância. No texto original, eu diria, cometeu-se uma injustiça contra milhares de mutuários País afora, porque o Sistema Financeiro da Habitação, mesmo praticado pela iniciativa privada, tem o aval do Governo.

Primeiro, com o fim do BNH, parte expressiva do Sistema Financeiro foi concentrada na Caixa Econômica, mas também foi autorizada essa iniciativa por parte de bancos privados. Há casos singulares, como o do Econômico, da Bahia, como o de instituições financeiras que faliram, e o Sistema Financeiro da Habitação absorveu esses financiamentos. No particular, a discriminação a que me referi aqui é o fato de que esses mutuários – que tinham contrato direto com instituições financeiras privadas – estavam colocados à margem.

Há longo tempo, vem-se debatendo esta matéria, com sugestões de vários Parlamentares da Oposição, com emendas apresentadas ao texto, no sentido de superar esse problema, de estender o benefício à iniciativa privada – houve um acordo nesse sentido –, e estamos partindo desse princípio. Quero, inclusive, chamar a atenção da Liderança do Governo, porque, Sr. Presidente, até o momento, não nos foi apresentado pelo Governo o texto. No entanto, em confiança ao que acordamos, estamos admitindo que o Governo acatou o acordo e a proposta feita com todos os Partidos, na noite de ontem, de que se incluiriam, nesta medida provisória, as condições necessárias para que todos os mutuários – não só aqueles que têm relação com o banco estatal – que se enquadram



nessa situação prevista pela medida provisória possam gozar do benefício.

Outra proposta acrescida à medida provisória foi a de alterar o prazo, que até então era até 31 de dezembro de 2000. Propusemos que passasse a ser até junho de 2001, mas o Governo nos comunicou agora que não aceita 2001. E fizemos um acordo até 20 de fevereiro.

Por que consideramos importante dilatar o prazo? É impossível que uma medida provisória como esta votada hoje, Sr. Presidente, num período pré-natal, permita que alguém se prepare ou que as próprias instituições financeiras tenham as condições necessárias para divulgação, preparação e atendimento de um número expressivo de mutuários. Assim, correríamos o risco de propiciar o benefício, mas sem que houvesse a possibilidade de seu gozo, pela questão temporal. Seria uma armadilha: faz-se de conta que se está mudando, mas o tempo é insuficiente para operacionalizar as condições.

Por isso, é importante que o Governo se posicione por suas Lideranças, pois estamos entendendo que essas partes foram acordadas, acertadas e que serão cumpridas, permitindo o gozo do benefício para todos os mutuários do sistema. Em segundo lugar, segundo esse acordo, o prazo deverá estender-se até 20 de fevereiro de 2001.

Feitas essas duas correções, agregados ao texto esses dois itens, ou seja, acatando desse jeito as emendas aqui apresentadas, relatamos a matéria de forma favorável, permitindo que, de uma vez por todas, resolva-se o velho pesadelo dos mutuários deste País e o drama daqueles cujo saldo devedor é extremamente elevado, às vezes muito mais alto do que o valor de mercado do imóvel. Essas pessoas têm perdido noites de sono sem saber como quitar seus imóveis, impedidos de realizar o velho e antigo sonho da casa própria.

Espero que haja compreensão nesse sentido. Até pelo espírito natalino, que nós possamos dar aos mutuários do País inteiro esse presente importante, assegurando-lhes, de forma tranqüila e segura, que haverá o mês de janeiro e vinte dias do mês de fevereiro para tentarmos atender a todos esses mutuários brasileiros.

Sr. Presidente, somos favoráveis à matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Se eu bem entendo, V. Exª conclui por um projeto de conversão.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – E, quanto a esse projeto de lei de conversão, V. Exª deseja a palavra do Governo, se admite nos termos em que V. Exª apresenta?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Exatamente, porque foram os termos negociados na noite de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Liderança do Governo deve falar sobre o assunto, para que a votação seja esclarecida.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo concorda com a extensão do prazo de adesão até o dia 20 de fevereiro, conforme solicita o nosso companheiro Walter Pinheiro.

Quanto à inclusão dos mutuários financiados pelos bancos privados, o Deputado Walter Pinheiro está dizendo que isso estava no acordo costurado ontem. Vamos nos posicionar sobre esse assunto. Gostaria de confirmar aqui o acordo, e votamos, então, a medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Este projeto será votado ao final. Não temos condições de votar agora, porque não há sobre a mesa o projeto de lei de conversão. Então, convido o Sr. Relator a fazer a redação, para que seja votada ao final da sessão.

Dessa forma, V. Exª fará a redação, e essa votação fica adiada.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Então, poderíamos discutir as outras três matérias sobre as quais havíamos acordado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos discutir e, enquanto isso, alguém redigirá.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Apresentaremos à Mesa a redação da matéria.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR) – Sr. Presidente, há requerimento sobre a mesa para a inclusão de créditos – os PL nºs 84, 105 e 131. Então, sugiro que iniciemos a votação desses créditos enquanto fazemos acordo sobre as outras matérias e redigimos o projeto de conversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Se houver acordo de Lideranças, faremos; se não houver, não podemos fazer, porque a matéria só entra em votação quando existe acordo.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Não há acordo sobre o 131, que deve ficar fora. Votamos o 84 e o 105.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O 131 está fora do acordo. Não será votado.

*O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo perfeitamente a dificuldade do Líder Giovanni Queiroz e dos outros Líderes de aceitarem a inclusão dos créditos do DNER, sobretudo o 131.

Trata-se de mais uma das inúmeras obras irregulares do DNER junto ao Tribunal de Contas da União. É evidente que a Oposição e até a Base do Governo, todos nós já estamos cansados de ver aqui o desfile de obras irregulares do DNER

No entanto, Sr. Presidente, o PFL está disposto a aceitar a votação desse crédito, em confiança ao Líder Arnaldo Madeira e fazendo um apeio ao Governador Mário Covas para que fiscalize esse empreendimento, que é fundamental para São Paulo. São Paulo não pode parar só porque o DNER não é capaz de fazer obras sem cometer irregularidades.

Por isso, faço um apeio ao Deputado Giovanni Queiroz: não sufoquemos São Paulo, sufoquemos o DNER! O DNER é que deve ser sufocado, e não São Paulo. Quem transita naquela rodovia sabe os prejuízos que a paralisação de vários trechos dela está trazendo à economia nacional, à economia daquela região, daquele Estado.

Então, Deputado Giovanni Queiroz, faço um apeio a V. Exª para que votemos com um crédito de confiança ao Líder Arnaldo Madeira e com a solicitação ao Governador Mário Covas para que fiscalize a aplicação de recursos pelo DNER nessa obra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Giovanni Queiroz me delegou aqui o direito de falar por S. Exª. Não temos nenhum obstáculo a esse crédito que está sendo defendido pela Bancada que bem representa aqui o Estado de São Paulo e, em especial, o Governador Mário Covas, que merece toda a nossa consideração e respeito

Existe uma forma de chegarmos a votar logo em seguida esse crédito: por acordo. Uns poderão votar contra, outros a favor, sem pedido de verificação, desde que sigamos a ordem e votemos o projeto de lei de conversão que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento.

Não há acordo quanto à sanção do projeto de lei de conversão que fique claro. E nós, da Oposição, reservamo-nos o direito, juntamente com parlamentares que integram até partidos da base do Governo, de, havendo veto, mobilizarmos todos os mecanismos regimentais possíveis, inclusive com obstruções de todas as matérias, para trazer esse veto a plenário rapidamente e derrubá-lo.

Se V. Exª colocar em votação agora a Medida Provisória nº 2.035, na 27ª edição, o projeto lei de conversão será aprovado por acordo – repito – sem qualquer compromisso de sanção, nos termos integrais. Em seguida, votaremos os créditos com as manifestações e sem pedido de verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, em relação ao crédito pleiteado, o de nº 131, nós do Partido dos Trabalhadores – inclusive comunicamos isso ao Líder Arnaldo Madeira –, por conta dos problemas, já citados, que vêm ocorrendo, tínhamos sérias restrições não só a apoiar como votar a matéria.

V. Exª pode verificar que está sobre a mesa um requerimento que tem nossa assinatura. Fizemos isso em respeito e consideração ao compromisso assumido pelo Líder Arnaldo Madeira, que nos revelou ter conhecimento, por parte dos tribunais, de não ter sido encontrada nenhuma irregularidade quanto a essa obra.

Entendemos que, dessa forma, é possível e correto inclusive, que apoiemos a iniciativa. Senão, teremos aqui uma situação preocupante: todas as vezes que houver pedido de crédito ou aprovação de qualquer obra com denominação já estigmatizada, não teremos condições de analisar absolutamente nada.

No entanto, é preciso que se entenda que essa postura tem um caráter extremamente correto, tanto do ponto de vista da justiça quanto da segurança, porque aqui, em vários momentos – e não quero relatar de novo o caso do TRT de São Paulo, 1991, orçamento ou coisa parecida –, em nome dessa confiança, terminou-se aprovando coisas extremamente absurdas.

Nesse particular – até para não haver discriminação, como alguns levantaram, em relação a São Paulo –, nós do Partido dos Trabalhadores estamos hipotecando apoio, confiando, atendendo ao pleito e ao compromisso assumido pelo Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira, aquele que nos solicitou esse tipo de apoio.

Votaremos a matéria, mas quero deixar muito claro outro assunto muito importante.

Ontem à noite, durante a discussão do acordo que iremos cumprir neste plenário, declaramos que só votaríamos até a Medida Provisória nº 2.055. Não votaremos as Medidas Provisórias nºs 2.033, 2.062 e 2.035, conforme dissemos ontem. Pleiteamos um acordo no que diz respeito aos fundos constitucionais, mas parece que isso não foi possível.

Sr. Presidente, votaremos as matérias, mas deixamos claro que pediremos verificação de **quorum** quando da votação das duas matérias referentes a Imposto de Renda, sobre as quais não há concordância. Já tínhamos avisado, desde ontem, que usaríamos a prerrogativa do pedido de verificação e, por isso, propusemos que elas fossem colocadas ao final.

No caso específico do Fundo Constitucional, mesmo não havendo acordo, acreditamos que deve ir a voto, porque, de nossa parte, todo o esforço foi e continua sendo feito para que o votemos ainda na sessão de hoje. Se não houver acordo por parte do Governo, que opte pela questão da votação.

Repito: as matérias citadas por nós, as medidas provisórias, não só votaremos contra como usaremos a prerrogativa do pedido de verificação de **quorum** nesta sessão.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes)** – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas e tão-somente para fazer um apelo no sentido de que possamos chegar a um acordo para aprovação de recursos para o término da duplicação da rodovia Fernão Dias.

Sr. Presidente, os recursos para essa obra foram obtidos no meu governo junto ao Banco Mundial e há contrapartida que precisa ser liberada por parte da União. A economia feita nessa obra possibilitou que o recurso oriundo do Banco Mundial, que se destinava apenas a uma parte da rodovia, fosse utilizado para levá-la até a divisa de Minas Gerais.

Agora, falemos de vidas humanas. Estive em Atibaia esta semana. As várias obras nesta rodovia estão causando acidentes sérios diariamente, celfando vidas e não me parece justo que não se atenda a esse pedido de crédito, mediante um acordo. Vamos terminar as obras dessa rodovia, que é importante não apenas para São Paulo, mas para o Brasil, principalmente para salvar vidas que estão sendo perdidas diariamente. Estudantes que saem de suas escolas à noite para ir a Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã, em razão dessas obras inacabadas, acabam sofrendo acidentes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, V. Ex<sup>as</sup> sabem que sou adversário político do Governador Mário Covas, mas essa obra não é para o Governo de São Paulo, mas para São Paulo e para o País. Portanto, tenho certeza de que chegaremos a um acordo para que todos sejam devidamente atendidos.

Era o apelo que queria fazer, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes)** – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que, enquanto se constrói o entendimento sobre o PL nº 131, os Fundos Constitucionais e as duas outras medidas provisórias em torno das quais ainda falta acordo, votássemos o PL nº 84.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes)** – Vamos votar agora a Medida Provisória nº 2033.

**O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR)** – Sr. Presidente, há acordo para a votação do PL nº 84 e do nº 105. Em seguida, iríamos para o acordo que se refere aos Fundos Constitucionais e ao PL nº 131.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes)** – Vamos votar no momento a Medida Provisória.

**O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ)** – Sr. Presidente, sejamos claro. Se votarmos a 2033 ou a 2062, a sessão será cair.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes)** – Será suspensão. Não há acordo com relação às duas?

**O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ)** – Sr. Presidente, devo dizer até que examinaria, mas percebo aqui que haverá pedido de verificação.

Sr. Presidente, estou fazendo um relatório. Realisticamente, cairá a sessão. Se querem que ela caia, insistam nessa ordem. Se não querem, vamos votar conforme discutido há pouco aqui. Talvez porque eu estivesse falando baixo, não fui ouvido e os assentimentos foram dados sem que eu fosse ouvido. Con-

cordou-se em votar o Projeto de Lei de Conversão relativo aos Fundos sem compromisso de sanção integral. Em seguida, o crédito da rodovia Fernão Dias. Logo depois, os outros créditos.

Esse foi o acordo possível aqui. No entanto, lamento que não tenham protestado na hora. Então, que seja mantida a postura intransigente e vamos para a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Deputado Miro Teixeira, quero apenas informar que estamos aguardando o texto da Medida Provisória 1.981.

Indagamos do Sr. Relator se já tem o texto pronto.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa vai suspender a sessão por cinco minutos, esperando que neste tempo o Sr. Líder do Governo se entenda com seus companheiros de Bancada e chegue a um consenso com relação à pauta.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 30 minutos e reaberta às 16 horas e 46 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nós, do PDT, queremos votar os Fundos. Imagino que tenha havido aqui um acordo, que, de repente, foi desfeito por algum telefonema. Havia o acordo e, de repente, deixou de haver. Então, há algo nessa área econômica que precisamos prestar mais atenção. Como é que pode esse conjunto de Deputados e Senadores, diante de um projeto de lei de conversão, que nasce da maioria, que é do Governo, de repente não poder votar esse projeto porque afeta a vontade de um assessor?

Estamos diante de um fato grave para o Parlamento, grave para os mandatos que aqui estão. Os Líderes, não do Governo, mas dos Partidos que apóiam o Governo nesta Casa devem vir ao microfone para dizer se apóiam ou não a retirada de pauta dessa Medida Provisória dos Fundos.

Que se ouça o Líder do PFL, que se ouça o Líder do PMDB, do PSDB, do PPB, do PTB, que se ouça toda a base de sustentação do Governo, para que esses Líderes partidários se manifestem. Porque penso que está havendo um fato muito grave.

Os Líderes do Governo, com todo o respeito, estão no dever até de representar o pensamento do Governo, mas, nesse caso, parece-me que não é o mesmo pensamento dos Partidos da base, aqui no

Parlamento. E chegou a hora de definir o que cada um acha do próprio mandato – se vale o mandato dado pelo povo ou se vale a ordem que chega telefonicamente, dada por um assessor. Esse não é um problema da Oposição; é um problema da base do Governo.

Com relação à estrada Fernão Dias, não há indicação de irregularidades administrativas. Então, quanto a esse crédito, não temos nada contra, mas temos muito a favor, porque ele é defendido pelo Governador Mário Covas, que teve aqui a sua mensagem transmitida pelo Líder Arnaldo Madeira. Então, da nossa parte, do PDT, pelo respeito que Mário Covas merece do nosso Partido, votaremos a favor. Imagino que haja também um crédito relativo à Polícia Rodoviária Federal e à BR 163. Também não provocaremos embaraço, porque não queremos criar dificuldade aos trabalhadores ou aos cidadãos deste País.

Mas, a partir disso, V. Ex<sup>a</sup> terá do PDT, sempre, nas sessões do Congresso, a manifestação contra essa intransigência, que se dará aqui por sucessivos pedidos de verificação para que as matérias sejam votadas exclusivamente com **quorum** constitucional e regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Deputado José Pimentel, já havia pedido a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

Antes, quero comunicar ao Plenário que estou determinando à Assessoria da Mesa que separe as matérias em que exista consenso para que se faça a votação. Vamos torcer para que nesse período haja um entendimento sobre a matéria restante.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (PFL – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria, como muito bem salientou o Deputado Miro Teixeira, já vem sendo discutida há 27 meses. A Comissão Mista foi criada, reuniu-se, foi presidida pelos Senadores Ramez Tebet e Jonas Pinheiro, teve como Relator o Deputado Federal Francisco Garcia. Depois de toda a discussão sobre essa matéria, de exaustivas reuniões, de audiências públicas, Sr. Presidente, chegou-se à redação final de um projeto de lei de conversão, aprovado por unanimidade na Comissão Mista – frise-se: por unanimidade.

Depois de chegarmos a esse entendimento e depois de acordado com todos os Líderes que a matéria seria colocada como prioritária na pauta de dis-

cussão e votação da primeira reunião do Congresso Nacional, como de fato consta hoje do Item nº 15, gostaríamos, então, que ela fosse votada.

É inaceitável, conforme aqui colocado pelo Deputado Miro Teixeira, que dezenas de Deputados Federais e Senadores, reunidos numa Comissão Mista, deliberem sobre uma matéria de extrema relevância e importância, como essa dos Fundos constitucionais, e venha um funcionário, não se sabe de que escalão do Ministério da Fazenda, e vete um acordo entre Deputados e Senadores! A que ponto chegamos, Sr. Presidente: dependermos do humor, da vontade, da decisão de um funcionário do Ministério da Fazenda para colocarmos em votação uma medida provisória e um projeto de lei de conversão? É inaceitável que esta Casa se ajoelhe perante outros órgãos que não têm poder para determinar o que deve ou não ser aqui pautado!

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é hora de resgatarmos os milhares e milhares de agricultores do meu Estado de Goiás, bem como do Norte e do Nordeste deste País, que estão impedidos de terem acesso ao crédito rural por serem tachados de inadimplentes numa medida provisória que só procrastina a decisão mas não decide sobre os fundos constitucionais.

É inaceitável, Sr. Presidente, que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que deveriam ser atendidas com uma taxa menor de juros, estejam sujeitas às maiores taxas de juros praticadas neste País. Qualquer cidadão do Rio Grande do Sul, do Paraná tem taxa de juros de 8,75%, enquanto o agricultor do Norte e Nordeste tem de pagar juros de 14% a 16% quando toma recursos dos Fundos constitucionais. É inaceitável a situação a que chegamos hoje pela omissão desta Casa para com os produtores rurais, que não têm como sobreviver na atividade. É inaceitável, Sr. Presidente, não darmos condições para que eles continuem na atividade agrícola por não terem acesso ao custeio agrícola, ao crédito rural, por não terem qualquer condição de continuarem no campo.

Contudo, Sr. Presidente, milhares e milhares de agricultores de todos os quadrantes deste País terão amanhã condições de se mobilizarem e virem aqui à Esplanada dos Ministérios para, em alto e bom som, sensibilizar esses tecnocratas de plantão, esses economistas, vestidos conhecidos da economia brasileira, para a situação caótica que vive o setor rural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo oferecer também o meu testemunho a exemplo do que acaba de fazer o nobre Deputado Ronaldo Caiado, membros que somos da Comissão Mista presidida pelo nobre Senador Jonas Pinheiro.

Todas as alternativas foram buscadas, Sr. Presidente, inclusive quando recebemos um apelo instantâneo, patético mesmo, do Líder Arthur Virgílio para que suspendêssemos em junho deste ano as reuniões da nossa Comissão a fim de que S. Ex<sup>a</sup> articulasse, em tempo hábil, uma solução que permitisse a votação do projeto de conversão sobre os Fundos constitucionais. Todas essas gestões foram processadas sem que, chegando agora ao termo da presente Sessão Legislativa, tivéssemos chegado àquela solução por todos desejada.

E ainda mais, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, que é muito mais antigo nesta Casa do que eu, que tenho talvez uns 10 ou 12 anos de vida parlamentar, entendeu de fazer a inclusão, como última matéria da pauta, exatamente a medida provisória de que se originou o projeto de conversão.

Ora, Sr. Presidente, estava muito evidente, clara, patente a intenção de subverter aquilo que foi a vontade de todas as bancadas, qual seja, a de, por meio de um projeto de lei de conversão, oferecer um redirecionamento operacional aos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Eu me permito, Sr. Presidente – eu que já tive o privilégio de tomar assento nessa cadeira que V. Ex<sup>a</sup> ocupa neste instante, enfrentando dificuldades, às vezes, bem maiores do que aquela com que nos defrontamos agora –, fazer um apelo ao nobre Líder Arthur Virgílio, que carrega consigo, além do seu prestígio de Líder do Governo, a tradição do seu inolvidável pai, o grande Senador Arthur Virgílio. É exatamente em nome dessa tradição que apelamos para que o Deputado Arthur Virgílio Neto, examinando essas proposições que aqui cheguem – se houver discrepância do Poder Executivo, como se espera, que o Presidente da República exercite a sua prerrogativa constitucional, fazendo incidir o veto sobre esse ou aquele dispositivo –, jamais permita que se retire do Congresso Nacional a prerrogativa de deliberar soberanamente sobre o tema.

Fica aqui, nesta manifestação até patética, Sr. Presidente, um apelo à nobre Liderança do Governo, a cujas deliberações até hoje estive sempre filiado nas minhas manifestações neste Plenário, no sentido

de que encontremos afinal aquilo que é o desejo de todos: votar a Ordem do Dia, votar os créditos que aí estão e votar também os Fundos constitucionais, permitindo ao BNB, ao BASA e ao Banco do Brasil aplicarem R\$3 bilhões, que estão entesourados à espera de tomadores, para, assim, acelerarmos o crescimento nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esse projeto de lei de conversão da MP nº 2.035, referente aos Fundos constitucionais, foi aprovado à unanimidade na Comissão Mista do Congresso Nacional, onde todos os Partidos, da Situação e da Oposição, depois de sucessivas análises, chegaram à conclusão de que é inadmissível a taxa de juros hoje praticada pelo Governo Federal junto às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com o agravante de que o Banco do Brasil, que administra o FCO, tendo recebido um crédito de R\$913,2 milhões para o ano 2000, aplicou apenas R\$146.073,00 até 31 de agosto último, ficando em caixa com R\$767.137.000,00 para investir nos Estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. O Banco, porém, não emprestará esses recursos, porque os juros aqui cobrados são, em média, duas vezes superiores à taxa de juros praticada pelo mercado.

O BASA, que administra o FNO, recebeu de crédito R\$1.066.485.000,00 para aplicar durante o ano 2000; investiu apenas R\$305.060.000,00, tendo em caixa R\$761.425.000,00. O BASA não encontrará tomadores para esses recursos na Região Norte porque os juros ali praticados são, em média, duas vezes o valor dos juros cobrados no resto do País.

A região Nordeste, o norte de Minas e parte do Espírito Santo tinham de crédito R\$1.231.371.000,00 para o ano de 2000. Até 31 de agosto, haviam sido emprestados apenas R\$175.913.000,00, ficando em caixa R\$1.055.458.000,00.

Ao todo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os três Fundos receberam do Tesouro Nacional R\$2.584.020.000,00, sem que este valor seja emprestado à agricultura, à indústria, ao turismo, já que a taxa de juros é inaceitável.

Esta Casa não pode aceitar a tese de que o superávit primário com recursos constitucionais é muito maior do que a indústria, o comércio, os serviços e a agricultura das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Passamos o ano de 2000 assistindo a todo esse debate. Em agosto de 2000, realizamos uma série de

audiências neste Congresso Nacional com as áreas de Governo, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil, o Ministério da Integração Nacional. Não podemos agora aceitar que, por um capricho, o Governo liquide as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, não tem acordo, vamos votar pela ordem a pauta. Primeiro, a medida provisória que trata dos Fundos de Compensação de Variação Salarial, cuja votação foi suspensa para se fechar um acordo. Em seguida, os fundos constitucionais e a MP 2.035. Por último, os créditos, cumprindo a pauta e fazendo justiça com as Regiões mais pobres do País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É preciso registrar que essas três Regiões têm a maior Bancada da Câmara Federal e do Congresso Nacional. Não podemos aceitar que um burocrata, a qualquer custo, venha liquidar a nossa economia e dizer que somos pedintes, somos pobres. Não podemos aceitar isso. Queremos justiça, que se cumpra a Constituição e a pauta do dia!

Se porventura quiserem derrubar a sessão, que se impute ao Governo essa responsabilidade e não a nós. E que, no dia de amanhã, não venham dizer que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste continuam pobres, porque o Congresso Nacional não quer cumprir sequer o que a Constituição manda.

Por isso, em nome da maioria do Congresso Nacional, vamos votar os fundos constitucionais. Primeiro, a vida e não a arrogância do Ministério da Fazenda. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Eu gostaria de indagar do nobre Deputado Walter Pinheiro, que desde o começo vem, em nome do PT, liderando as reivindicações, se deixa de valer o entendimento de primeiro colocar o crédito para a estrada de São Paulo – conhecida como a estrada do Governador Mário Covas, pelo entendimento dos senhores – os dois créditos e a matéria cuja redação depende de V. Exª?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou Relator da Medida Provisória nº 1.981, que trata do FCVS, que ficou suspensa por problema de redação, e temos que votá-la agora, pois já a corrigimos.

Depois dessa matéria, tínhamos uma sequência natural que eram as medidas provisórias listadas no acordo de ontem. Destas MPs, comunicamos ao Governo que não houve acordo com relação às duas Medidas Provisórias nºs 2.033 e 2.062, e que teríamos optado por derrubar a sessão. Em decorrência dessa posição, propusemos bem antes que a Medida Provisória que trata dos fundos constitucionais, fosse

colocada antes dessas duas medidas que somos contrários. Votaríamos, então, o fundo constitucional e, posteriormente, as duas matérias que necessariamente vão derrubar a sessão. Feito isso, entre a votação dos fundos constitucionais e as duas MPs que não temos acordo, votaríamos os três créditos apresentados pelo Deputado Ricardo Barros. Depois disso, as duas medidas provisórias. Pode ser assim, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira.

**O SR. ARNALDO MADEIRA** (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, não vou discutir aqui o procedimento a ser adotado na sessão, mas me sinto na obrigação, pelos pronunciamentos feitos anteriormente, de falar sobre essa questão da obra da Fernão Dias.

Na verdade, a sessão ficou um tanto quanto tumultuada, misturando assuntos diversos. Tivemos oportunidade, na última sessão do Congresso Nacional, de votar cerca de 80 créditos, beneficiando diferentes áreas do País. O crédito da estrada Fernão Dias, em São Paulo, ficou de fora. Não tinha o parecer da Comissão. Portanto, estava no bojo de uma outra negociação.

Ora, a estrada Fernão Dias, Sr. Presidente, é uma estrada que está à beira de terminar, após anos e anos de obra. É uma estrada que tem uma demanda muito grande da população de Municípios como Atibaia, Bragança Paulista, Mairiporã. Provocam-se ali congestionamentos monstruosos por causa daquela obra, que, repito, está prestes a terminar. Esse crédito destina-se ao término da obra, que é realizada pelo DR de São Paulo em convênio com o DNER e com recursos do Bird. Trata-se de recursos internacionais.

Levantam-se aqui suspeitas que não têm o embasamento do Tribunal de Contas da União. Este Tribunal fez a ressalva de dois dos contratos daquela obra, os Contratos nºs 9.642-8 e 156-96. Apenas esses dois contratos estão sob averiguação. Não vou me estender para explicá-los aqui, mas não podemos ser mais realistas que o Tribunal de Contas.

Portanto, Sr. Presidente, será lamentável que não aprovemos uma matéria de sumo interesse para São Paulo e Minas Gerais, pois trata-se da duplicação da Fernão Dias no trecho de São Paulo até a divisa com Minas Gerais. Não podemos admitir que, pela entrada de outros assuntos fora da questão de crédito votadas na última sessão do Congresso, corramos o

risco de não aprovar essa matéria que, repito, foi a única solicitação feita pelo Governador Mário Covas para esses créditos aprovados aqui ao final deste ano de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Vamos voltar ao item 4, depois da inversão.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – É sobre a matéria?

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PSDB – GO) – Sobre a questão dos fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Eu faria um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que, quando chegarmos ao item concernente à questão dos Fundos, darei, com o maior prazer, a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOVAIR ARANTES** (PSDB – GO) – Logo após a votação, solicitarei a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – **Item 4, (continuação)**

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro, para concluir o parecer sobre a Medida Provisória nº 1.981-54, de 2000.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é o parecer à Medida Provisória nº 1.981-54. Quanto às duas inclusões feitas no relatório – portanto, com mudança de redação –, uma se aplica ao art. 1º, §7º, que trata exatamente da questão da alteração em relação ao prazo, que é fruto de acordo. Portanto, a redação da medida provisória, em vez de 31 de dezembro de 2000, muda para 20 de fevereiro de 2001.

O outro acréscimo é no art. 2º, §7º, também, que trata da questão da novação entre o agente financeiro, portanto, a questão da eficácia. Está aqui inserida a redação, e que passa, dessa forma, na realidade, a remeter para o Conselho Curador do FGTS a decisão sobre, principalmente, a questão dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação dos chamados bancos privados.

É este o relatório que passo a V. Ex<sup>a</sup>, pedindo a aprovação da matéria.

São os seguintes os pareceres na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2000**

**Da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000, que “Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensa-**



**ção de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100, e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências”.**

RELATOR: Deputado Walter Pinheiro.

### **I – Relatório**

O Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000, que “Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100, e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências”.

A presente medida provisória versa sobre dois pontos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação: a novação das dívidas e responsabilidades do FCVS e a transferência de contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

A medida provisória estabelece que as dívidas do FCVS junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser objeto de novação a ser celebrada entre cada credor e a União. A novação far-se-á mediante condições específicas, entre as quais se destacam a prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS, o prévio pagamento das dívidas vencidas e a declaração do credor quanto ao correto recolhimento das contribuições trimestrais ao FCVS, incidentes sobre o saldo dos financiamentos imobiliários concedidos aos mutuários finais do SFH.

Dispõe, ainda, a medida provisória, que os créditos correspondentes às dívidas novadas são livremente negociáveis, na forma que estabelece, sendo que os créditos relativos a contratos de financiamento com recursos originários do FGTS e dos demais fundos geridos ou administrados pelo extinto Banco Nacional da Habitação – BNH ficarão caucionados ao agente operador até a liquidação dos saldos devedores das correspondentes dívidas.

O art. 13 da medida provisória determina que o saldo de recursos existentes no Fundo de Assistência Habitacional – FUNDHAB será transferido ao FCVS e o art. 14 extingue as contribuições àquele fundo.

Seu art. 19 altera a Lei nº 8.004, de 1990; que “Dispõe sobre transferências de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências”. Modifica-se a questão da formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH, que passa a dar-se “concomitantemente à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora”.

Outras alterações da referida lei estabelecem as condições para transferência, tanto de contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, como daqueles que não tenham cobertura por esse fundo.

São estabelecidas novas condições para liquidação antecipada de dívidas para os mutuários que tenham firmado, até 31 de março de 1990, contrato com cláusula de cobertura de saldos devedores residuais pelo FCVS.

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 01, de 1989, do Congresso Nacional, cabe a esta Comissão emitir parecer, preliminarmente, sobre a admissibilidade total ou parcial da medida provisória em foco, examinando o atendimento aos pressupostos de urgência e relevância expressos no art. 62 da Constituição Federal.

### **II – Voto**

Todos os temas tratados na Medida Provisória nº 1.981-54/00, objeto deste parecer, apresentam-se, seguramente, como solução para o equacionamento da questão da dívida do FCVS, que já atinge um déficit de proporções alarmantes. O acúmulo de débitos não pagos, que acarreta um contínuo comprometimento de parcelas crescentes de receita da União, e o conseqüente risco por ele imposto à própria saúde financeira do Tesouro Nacional justificam a urgência e a importância da medida provisória.

Em face do exposto, julgamos que a Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000, atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, o que nos faz emitir, com base no art. 5º da Resolução nº 1/1989, do Congresso Nacional, parecer favorável à sua admissibilidade.

Sala da Comissão, Deputado **Valter Pinheiro**, PT/BA.

### **PARECER Nº , DE 2000**

Da Comissão Mista incumbida de apreciar a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000, que “Dispõe sobre a nova-



ção de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100, e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado Walter Pinheiro

### I – Relatório

O Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.981-54, de 23 de novembro de 2000, que “Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100, e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências”.

A medida provisória foi encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.142/2000-CN (Mensagem nº 1.755, de 23 de novembro de 2000, na origem), sendo uma reedição, nos estritos termos, da Medida Provisória nº 1.981-53, de 26 de outubro de 2000.

A medida provisória, ora relatada, versa sobre dois pontos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação: a novação das dívidas e responsabilidades do FCVS e a transferência de contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

A medida provisória estabelece que as dívidas do FCVS junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser objeto de novação a ser celebrada entre cada credor e a União. A novação far-se-á mediante condições específicas, entre as quais se destacam a prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS, o prévio pagamento das dívidas vencidas e a declaração do credor quanto ao correto recolhimento das contribuições trimestrais ao FCVS, incidentes sobre o saldo dos financiamentos imobiliários concedidos aos mutuários finais do SFH.

Dispõe, ainda, a medida provisória, que os créditos correspondentes às dívidas novadas são livremente negociáveis, na forma que estabeleça, sendo que os créditos relativos a contratos de financiamento

com recursos originários do FGTS e dos demais fundos geridos ou administrados pelo extinto Banco Nacional da Habitação – BNH ficarão caucionados ao agente operador até a liquidação dos saldos devedores das correspondentes dívidas.

O art. 13 da medida provisória determina que o saldo de recursos existentes no Fundo de Assistência Habitacional – FUNDHAB será transferido ao FCVS e o art. 14 extingue as contribuições àquele fundo.

Seu art. 19 altera a Lei nº.004, de 1990, que “Dispõe sobre transferências de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências”. Modifica-se a questão da formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SEM, que passa a dar-se concomitantemente à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora”.

Outras alterações da referida lei estabelecem as condições para transferência, tanto de contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, como daqueles que não tenham cobertura por esse fundo.

São estabelecidas novas condições para liquidação antecipada de dívidas para os mutuários que tenham firmado, até 31 de março de 1990, contrato com cláusula de cobertura de saldos devedores residuais pelo FCVS.

Foram apresentadas trinta e cinco emendas à presente medida provisória, que serão analisadas em bloco.

É o relatório.

### II – Voto

A edição da Medida Provisória nº 1.981-54, de 2000, fundamenta-se no disposto no art. 62 da Constituição Federal, que habilita o Presidente da República a, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias com força de lei, combinado com o art. 48, II, da mesma Constituição, que confere ao Congresso Nacional competência para dispor, entre outras matérias, sobre operações de crédito e dívida pública.

A fim de aprimorar a legislação proposta, apresento alterações nos seguintes artigos 3º, 12 e 15.

A alteração do § 8º do art. 3º possibilitará a quitação de débitos perante o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SFH exatamente por parte de COHABs e demais agentes públicos assemelhados, alcançando os maiores devedores, constituindo-se em condição prévia para a novação dos seus créditos perante o FCVS. A superação de

mais este obstáculo estimulará a adesão desses agentes às condições da novação previstas na medida provisória em comento.

Por sua vez, a alteração proposta no art 12 de manutenção da alíquota de 0,025% de contribuição trimestral a vigorar no período de 19 de setembro de 1984 a 31 de dezembro de 2000, e a isenção da citada contribuição a partir de 10 de janeiro de 2001, para os agentes não captadores de poupança, modificará a perspectiva dos referidos agentes operarem com **spread** negativo nos financiamentos com mutuários finais do SFH, minimizando, destarte, perdas patrimoniais pela redução de seus ativos. Tais agentes operam praticamente com operações de repasse, nas quais recebem 1% para fazer face aos seus custos administrativos.

Já a alteração proposta do art. 15 tem caráter emergencial ao permitir eliminar dúvidas de interpretação que vinham dificultando o início do ressarcimento das parcelas do **pro rata**, previsto no Decreto nº 97.222/88, relativamente às operações lastreadas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, valores estes de responsabilidade da União.

Os temas tratados na medida provisória objetivam, em especial, equacionar o problema do déficit do FCVS, que já atinge proporções alarmantes.

O acúmulo de débitos não pagos acarreta o comprometimento de parcelas crescentes de receita da União e o conseqüente risco à própria saúde financeira do Tesouro Nacional, o que justifica plenamente o mérito da medida provisória.

Rejeito, por outro lado, em bloco, todas as emendas apresentadas, por considerar que elas atentam contra os objetivos que ensejaram a edição da medida provisória.

Em face do exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação da Medida Provisória nº 1.981, de 2000, nos termos do seguinte Projeto de Lei de Conversão:

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2000**

*"Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nº 8.004, 8.100, e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências".*

Art. 1º As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, poderão ser objeto de novação, a ser celebrada entre cada credor e a União, nos termos desta Medida Provisória.

§ 1º Para os efeitos desta Medida Provisória consideram-se:

I – dívida caracterizada vencida, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, estando a responsabilidade do Fundo definida e expirado o prazo para quitação de parcelas mensais ou do saldo;

II – dívida caracterizada vincenda, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, nos quais a responsabilidade do Fundo está definida, mas o prazo para quitação das parcelas mensais ainda não chegou a seu termo;

III – dívida não caracterizada, a originária de contratos de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, em relação aos quais ainda não foi definida a responsabilidade do Fundo.

§ 2º A novação objeto deste artigo obedecerá às seguintes condições:

I – prazo máximo de trinta anos, contados a partir de 1º de janeiro de 1997, com carência de oito anos para os juros e de doze anos para o principal;

II – remuneração equivalente à Taxa Referencial – TR ou ao índice que a suceder na atualização dos saldos dos depósitos de poupança, acrescida:

a) de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano para as operações realizadas com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

b) de juros de seis vírgula dezessete por cento ao ano, correspondente à taxa efetiva de juros aplicada aos depósitos de poupança, para as demais operações;

III – registro sob a forma escritural em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

§ 3º As dívidas do FCVS referidas neste artigo são as derivadas de contratos de financiamentos habitacionais que tenham cobertura do FCVS e em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao Fundo.

§ 4º As dívidas referidas no parágrafo anterior poderão ser objeto de novação ainda que os respectivos créditos tenham sido transferidos a terceiros.

§ 5º Independentemente da data em que for realizada a novação, a partir de 1º de janeiro de 1997, a remuneração de todos os saldos residuais de responsabilidade do FCVS será realizada observando-se os critérios estabelecidos no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 6º A novação das dívidas do FCVS de que trata esta Medida Provisória far-se-á, anual ou semestralmente, a partir de 1º de janeiro de 1997, de acordo com cronograma a ser estabelecido em portaria do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 7º As instituições financiadoras que optarem pela novação prevista nesta Medida Provisória deverão, até 20 de fevereiro de 2001, manifestar à Caixa Econômica Federal – CEF a sua adesão às condições de novação estabelecidas neste artigo.

§ 8º A adesão a que se refere o § 7º deste artigo incluirá, obrigatoriamente, os créditos não caracterizados, que serão objeto de novação, à medida em que se tornarem caracterizados, nos termos desta Medida Provisória.

Art. 2º Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, decorrentes das liquidações antecipadas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, em contratos firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta Medida Provisória, e equiparadas às dívidas caracterizadas vencidas, de que trata o inciso I do § 1º do artigo anterior, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 1º As dívidas de que trata o **caput** deste artigo poderão ser novadas por montante correspondente a trinta por cento do valor do saldo devedor posicionado na data do reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 2º As dívidas relativas aos contratos cuja prestação total, em 31 de março de 1998, era de até R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) poderão ser novadas por montante correspondente a setenta por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1987, poderão ser novadas por montante correspondente a

cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos.

§ 4º O saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo será objeto de novação entre a instituição financiadora e o mutuário, por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, onde se estabelecerão novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, sistema de amortização, plano de reajuste e apólice de seguro sem garantia de equilíbrio pelo FCVS, preservando-se, enquanto existir saldo devedor da operação, a prerrogativa de o mutuário utilizar os recursos de sua conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 5º A formalização das disposições contidas no **caput** e nos §§, 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo condiciona-se à prévia e expressa anuência do devedor.

§ 6º Fica dispensado de registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos o aditivo contratual decorrente da novação da dívida de que trata o **caput** deste artigo, mantendo-se a garantia hipotecária em favor do agente financeiro.

Art. 3º A novação de que trata o art. 1º far-se-á mediante:

I – prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS;

II – prévio pagamento das dívidas vencidas, abaixo definidas, apuradas com base nos saldos existentes nas datas previstas no § 5º do art. 1º desta Medida Provisória, ainda que a conciliação entre credor e devedor, do valor a ser liquidado, se efetue em data posterior:

a) das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH;

b) das instituições financiadoras do SFH junto ao Fundo de Assistência Habitacional – FUNDHAB, ao Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias – FGDLI ou de seu sucessor e aos demais fundos geridos pelo extinto Banco Nacional de Habitação – BNH;

c) das instituições financiadoras do SFH relativas ao Seguro Habitacional;

III – requerimento da instituição credora, em caráter irrevogável e irretratável, dirigido ao Ministro de

Estado da Fazenda, por intermédio da CEF, aceitando todas as condições da novação estabelecidas por esta Medida Provisória, instruído com a relação de seus créditos caracterizados, previamente homologados, bem assim com a comprovação da regularização dos débitos a que se refere o inciso II deste artigo;

IV – requerimento, instruído com a relação dos contratos de responsabilidade do FCVS, não caracterizados, para os fins do disposto no § 8º do art. 1º desta Medida Provisória;

V – manifestação da CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, reconhecendo a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida caracterizada;

VI – declaração do credor, firmada por dois de seus representantes legais, quanto ao correto recolhimento das contribuições mensais e trimestrais ao FCVS, e das contribuições ao FUNDHAB, no montante e forma estipulados pela legislação pertinente, bem como sobre a informação, na habilitação de seus créditos ao FCVS, da origem de recursos, da data e tipo de evento dos financiamentos concedidos aos mutuários finais;

VII – parecer da Secretaria Federal de Controle, sobre o disposto no inciso V;

VIII – parecer da Secretaria do Tesouro Nacional;

IX – parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

X – autorização do Ministro de Estado da Fazenda publicada no *Diário Oficial* da União.

§ 1º As condições estabelecidas nas alíneas a e b do inciso II deste artigo poderão ser atendidas mediante dação em pagamento de créditos das instituições financiadoras do SFH junto ao FCVS, desde que aceita pelo credor, mediante autorização dos órgãos gestores ou curadores.

§ 2º A CEF, como Administradora ou Gestora dos diversos Fundos do SFH, no âmbito de sua competência, apurará os valores dos débitos referidos nas alíneas a e b do inciso II deste artigo.

§ 3º O gestor do FGDLI, ou o seu sucessor, apurará os valores dos débitos das instituições financiadoras do SFH junto àquele Fundo.

§ 4º A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP atestará o valor dos débitos a que se refere a alínea c do inciso II deste artigo.

§ 5º O Banco Central do Brasil aferirá a veracidade da declaração de que trata o inciso VI deste artigo e quando verificar sua inexatidão, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, promoverá a cobrança,

por débito automático à conta de Reservas Bancárias, com a imediata transferência para o Tesouro Nacional das diferenças eventualmente apuradas em instituições financeiras bancárias, ou, nos demais casos, encaminhará os documentos pertinentes à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para fins de inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 6º A novação será objeto de instrumentos contratuais, nos quais será declarada extinta a dívida anterior.

§ 7º As instituições financiadoras do SFH que prestarem informações inverídicas, destinadas à constituição do Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT, e receberem valor indevido do FCVS, serão cobradas, a qualquer época, na forma do § 5º deste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

§ 8º As Companhias de Habitação Popular – COHAB's, e assemelhadas, que exercerem a opção pela novação prevista nesta Medida Provisória, poderão, excepcionalmente, pagar seus débitos, existentes até 31 de dezembro de 2000, junto ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, mediante prévio encontro de contas com créditos do FCVS, no ato da primeira novação, observada a equivalência econômica da operação, sem prejuízo da incidência dos encargos previstos na legislação pertinente.

§ 9º O encontro de contas previstos no parágrafo anterior será operacionalizado pela CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, por meio da subconta Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA/FCVS, ouvida a Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 10. As instituições operadoras do Seguro Habitacional do SFH não farão jus a qualquer remuneração sobre o montante dos valores envolvidos no encontro de contas, citado no § 8º deste artigo.

Art. 4º Ficam alterados o caput e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, e acrescentado o § 4º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS.

§ 3º Para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, fica a CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, autorizada a desenvolver, implantar e operar cadastro nacional de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, constituído a partir dos cadastros de operações imobiliárias e de seguro habitacional, ficando sob responsabilidade do FCVS os custos decorrentes do desenvolvimento, implantação, produção e manutenção do referido cadastro.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN editará os atos normativos necessários à administração e manutenção do cadastro a que se refere o § 3º deste artigo.” (NR)

Art. 5º As instituições do SFH e as instituições credoras do FCVS, com créditos oriundos de contratos de financiamentos imobiliários ativos e inativos, independentemente da adesão a que se refere o § 7º do art. 1º desta Medida Provisória, deverão encaminhar, até 31 de dezembro de 1996, as informações necessárias para a constituição do CADMUT, conforme disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 1990, na redação dada por esta Medida Provisória.

§ 1º As informações correspondentes aos contratos de financiamentos imobiliários com recursos do SFH, firmados a partir do exercício de 1997, deverão ser encaminhadas mensalmente ao CADMUT.

§ 2º O não-cumprimento do disposto neste artigo importará, para as operações não cadastradas no CADMUT, a perda da prioridade quanto à responsabilidade do FCVS.

Art. 6º Os créditos correspondentes às dívidas novadas, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e no art. 7º, são livremente negociáveis, na forma do disposto nesta Medida Provisória, e poderão ser utilizados para:

I – liquidação, desde que aceitas pelo credor, de dívidas vincendas da mesma espécie daquelas a que se referem as alíneas a e b do inciso II do art. 3º desta Medida Provisória;

II – pagamento de até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH ao FCVS, conforme disposto no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, na redação dada por esta Lei;

III – pagamento do preço de alienação de bens e direitos efetuada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, observados os limites estabelecidos em cada leilão para pagamento em moedas de privatização.

§ 1º A utilização dos créditos novados para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo ficará limitada àqueles substituídos por dívida caracterizada e vencida na data da novação.

§ 2º As dívidas caracterizadas vincendas, objeto de novação, poderão ser utilizadas para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo, desde que substituídas previamente em leilão público por títulos a serem emitidos para este fim, na forma de regulamentação a ser estabelecida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 7º Os créditos novados, relativos a contratos de financiamentos com recursos originários do FGTS e dos demais fundos geridos ou administrados pelo extinto BNH, ficarão caucionados ao Agente Operador até a liquidação dos saldos devedores das correspondentes dívidas.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dispensar a caução de que trata este artigo quando se tratar de créditos do FGTS.

Art. 8º O Conselho Curador do FGTS, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, poderá autorizar a CEE, na qualidade de Agente Operador do FGTS, a:

I – receber créditos novados junto ao FCVS, mediante dação em pagamento das dívidas das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, excluídas as dívidas decorrentes das contribuições previstas no art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990;

II – ceder a terceiros, sem deságio, inclusive mediante financiamento concedido pelo próprio FGTS, os créditos mencionados no inciso anterior;

III – promover amortização extraordinária da dívida de responsabilidade das instituições financiadoras, relativamente às operações de financiamento a mutuários do SFH realizadas com repasses de recursos oriundos do FGTS, em montante correspondente a eventual diferença, se positiva, entre os valores:

a) do saldo devedor residual apurado na data do evento caracterizador da obrigação do FCVS; e

b) do saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, apurado nas condições estabelecidas na alínea a do inciso II do § 2º e § 5º do art. 1º desta Medida Provisória.

§ 1º A amortização extraordinária prevista no inciso III deste artigo será integralmente assumida pelo FGTS, aplicando-se apenas às instituições financiadoras que exercerem a opção pela novação prevista nesta Medida Provisória.

§ 2º O dispositivo previsto no inciso III deste artigo alcança também as dívidas de responsabilidade

do FCVS, relativas às operações de financiamento com recursos do FGTS, enquadradas nos conceitos definidos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 9º Não incidirão Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, na utilização dos créditos de que trata o art. 6º, como contrapartida da aquisição de bens e direitos no âmbito do PND, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 65 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao ganho de capital auferido nas operações de alienação a terceiros dos créditos de que trata o art. 6º desta mesma Medida Provisória ou dos bens e direitos adquiridos no âmbito do PND.

Art. 10. O valor correspondente aos créditos a que se refere o art. 6º desta Lei será considerado, para efeito de direcionamento obrigatório de recursos de depósitos de poupança, como aplicação em fins habitacionais, enquanto os créditos se encontrarem na titularidade de instituição financeira.

Parágrafo único. Competirá ao CMN baixar as normas necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos de aplicações habitacionais por decorrência da utilização dos créditos a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 11. A partir de 1º de março de 1998, somente as instituições financiadoras, que exercerem a opção pela novação prevista nesta Lei, poderão computar, como operações de financiamento habitacional no âmbito do SFH, os créditos junto ao FCVS, para efeito de atendimento da exigibilidade de direcionamento de recursos captados em depósitos de poupança.

Art. 12. O art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

II - a alíquota da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH, incidente sobre o saldo dos financiamentos concedidos aos mutuários no âmbito desse Sistema, com cobertura do FCVS, existente no último dia do trimestre, será:

a) de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento), devida desde a criação dessa contribuição, nas operações lastreadas com recursos do FGTS, para os agentes que, até

31 de dezembro de 2000, não estejam captando depósitos de poupança;

b) 0,1% (zero vírgula um por cento), para os demais agentes.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2001 os agentes a que se refere a alínea a do inciso II estarão isentos da contribuição trimestral ao FCVS.

§ 2º A contribuição trimestral ao FCVS no percentual fixado na alínea b do inciso II deste artigo é devida desde 26 de setembro de 1996, podendo ser paga, em até setenta e cinco por cento, com títulos recebidos da quitação da dívida do FCVS para com os agentes financeiros.

§ 3º Enquanto não for efetivada a primeira novação da dívida do FCVS, o valor que corresponder a até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral referida na alínea b do inciso II deste artigo não será exigido.

§ 4º O valor da parcela de contribuição a que se refere o § 2º deste artigo será remunerado pelo mesmo índice de atualização dos saldos de caderneta de poupança com data de crédito de rendimento no dia 1º de cada mês, acrescido de juros correspondentes à taxa dos títulos recebidos na primeira novação, incidindo desde o último dia do trimestre de referência da contribuição até o dia do efetivo pagamento."(NR)

Art. 13. O saldo de recursos existente no FUNDHAB será transferido ao FCVS para liquidar as obrigações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do SFH.

Art. 14. Ficam extintas as contribuições ao FUNDHAB.

Art. 15. Nos financiamentos concedidos a mutuário de SFH, vinculados a operações com recursos do FGTS caucionadas à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, fica o Tesouro Nacional autorizado a assumir e a emitir títulos em favor da CEF, com as características descritas nos incisos I a III do § 2º do art. 1º desta Medida Provisória em ressarcimento às parcelas do **pro rata** correspondentes à diferença entre os valores do saldo devedor contábil da operação de financiamento habitacional e o saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, ambos apurados por esse Fundo, sem prejuízo do disposto no § 5º do art. 1º desta Lei.

§ 1º Os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão integralizados na proporção em que forem apurados pela administradora do FCVS.

§ 2º A CEF promoverá o repasse, ao FGTS, dos créditos recebidos do Tesouro Nacional na mesma data de seu recebimento.

Art. 16. A partir de 15 de dezembro de 1998, mediante acordo entre as partes, as instituições financiadoras do SFH poderão conceder aos mutuários que tenham firmado contrato com previsão de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, no prazo de até 30 de dezembro de 2000, liquidação antecipada de sua dívida, mediante pagamento de montante correspondente a cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação, ou de montante correspondente ao valor atual das prestações vincendas.

§ 1º Na obtenção do valor atual das prestações vincendas, serão considerados o prazo remanescente do contrato na data do evento, a taxa nominal de juros contratual e a prestação de amortização e juros, corrigida **pro rata die**, com base no índice de remuneração básica aplicado às cadernetas de poupança, a contar da data de último reajustamento aplicado ao encargo mensal até a data da liquidação antecipada.

§ 2º As instituições financiadoras suportarão valores equivalentes a vinte por cento do saldo devedor contábil da operação atualizado na forma do **caput** deste artigo, sendo facultado a elas arcar com os valores remanescentes de responsabilidade do FCVS.

§ 3º Após deduzidas as parcelas assumidas pelos mutuários e pelas instituições financiadoras, na forma deste artigo, os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, resultante das liquidações antecipadas previstas no **caput**, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta Medida Provisória, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 4º Aos créditos referidos no parágrafo anterior não se aplica a restrição imposta às dívidas caracterizadas vincendas, de que trata o § 2º de art. 6º desta Medida Provisória.

§ 5º A liquidação do saldo devedor de que trata o **caput** poderá, alternativamente, ser efetuada mediante novação da dívida nas condições estabelecidas no § 4º do art. 2º desta Lei, mantendo-se o mesmo registro hipotecário, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o referido saldo.

Art. 17. A partir de 12 de junho de 1998, alternativamente ao disposto no art. 2º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, com a redação dada pelo art. 19

desta Lei, as transferências de contratos do SER que tenham cobertura do FCVS poderão ser efetuadas, por acordo entre as partes, mediante a assunção pelo novo mutuário de montante equivalente a setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da transferência, observados os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º O saldo remanescente da aplicação do disposto no **caput** deste artigo será assumido integralmente pelo FCVS na forma de participação antecipada e ressarcido às instituições financiadoras com créditos dotados das mesmas características constantes do § 2º de art. 1º, independentemente de a instituição ter optado pela novação prevista nesta Medida Provisória.

§ 2º Efetivada a transferência, cessa a responsabilidade do FCVS relativamente ao contrato transferido, devendo tal condição constar dos instrumentos respectivos.

Art. 18. Os valores suportados pelas instituições financiadoras do SFH em decorrência da implantação das novações antecipadas estabelecidas no art. 2º, das liquidações antecipadas na forma do art. 16 e das transferências de contratos previstas no art. 17 desta Lei poderão ser diferidos em vinte semestres.

Art. 19. O parágrafo único do art. 1º e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 8.004, de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora." (NR)

"Art. 2º Nos contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, a transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e obrigações do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, observando-se os requisitos legais e regulamentares, inclusive quanto à demonstração da capaci-



dade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º Além do disposto no **caput**, o valor do encargo mensal para o novo mutuário será atualizado **pro rata die**, a contar da data do último reajustamento desse encargo até a data da formalização da transferência, com base no índice de atualização das contas de poupança mantidas no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, e acrescido da quinta parte do valor atualizado do encargo, observando que:

a) o acréscimo da quinta parte do valor do encargo atualizado será integralmente direcionado à elevação da parcela correspondente à prestação de amortização e juros e, quando devida, da contribuição mensal ao FCVS;

b) nos contratos enquadrados no Plano de Equivalência Salarial, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984, o enquadramento na categoria profissional do novo mutuário dar-se-á a partir da data da transferência;

c) na aplicação do primeiro reajuste do encargo mensal, após a transferência, nos contratos não enquadrados na alínea anterior, será compensada a atualização **pro rata die** de que trata o **caput** deste inciso.

§ 2º Nas transferências dos contratos de financiamento da casa própria que não tenham cobertura de eventual saldo devedor residual pelo ECVS, e daqueles não enquadrados na Lei nº 8.692, de 1993, aplicam-se as condições previstas no **caput** e no parágrafo anterior.

§ 3º Nas transferências de que trata o **caput** deste artigo, as instituições financeiras ficam dispensadas da observância das seguintes exigências:

a) limite máximo de financiamento, desde que não haja desembolso adicional de recursos;

b) limite máximo de preço de venda ou de avaliação do imóvel objeto da transferência;

c) localização do imóvel no domicílio do comprador. (NR)

Art. 3º A critério da instituição financeira, as transferências poderão ser efetuadas mediante assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação,

atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da transferência, observados os percentuais de pagamento previstos no **caput** e nos incisos I, II e III do art. 5º desta Lei e os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal."(NR)

"Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a:

I – contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986: cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação;

II – contratos firmados de 1º de março de 1986 até 31 de dezembro de 1988: sessenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

III – contratos firmados de 1º de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizando **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada dos saldos devedores dos contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986, que tenham cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas, que será integralmente utilizado para amortizar o saldo devedor, inexistindo qualquer repasse para a apólice do seguro do SFH, cuja cobertura se encerra no momento da liquidação do contrato.

....." (NR)

Art. 20. As transferências no âmbito do SFH, à exceção daquelas que envolvam contratos enquadrados nos planos de reajustamento definidos pela Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que tenham



sido celebradas entre o mutuário e o adquirente até 25 de outubro de 1996, sem a interveniência da instituição financiadora, poderão ser regularizadas nos termos desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 25 de outubro de 1996.

Art. 21. É assegurado aos promitentes compradores de unidades habitacionais, cujas propostas de transferência de financiamento tenham sido formalizadas junto aos agentes financeiros do SFH até 25 de outubro de 1996, o direito de optarem pela concretização da operação nas condições vigentes até a referida data.

Art. 22. Na liquidação antecipada de dívida de contratos do SFH, inclusive aquelas que forem efetuadas com base no saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§1, 2 e 32 do art. 2º desta Medida Provisória, o comprador de imóvel, cuja transferência foi efetuada sem a interveniência da instituição financiadora, equipara-se ao mutuário final, para todos os efeitos inerentes aos atos necessários à liquidação e habilitação junto ao FCVS, inclusive quanto à possibilidade de utilização de recursos de sua conta vinculada do FGTS, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 25 de outubro de 1996.

§ 2º Para os fins a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser admitida a apresentação dos seguintes documentos:

I – contrato particular de cessão de direitos ou de promessa de compra e venda, com firma reconhecida em cartório em data anterior à liquidação do contrato, até 25 de outubro de 1996;

II – procuração por instrumento público outorgada até 25 de outubro de 1996, ou, se por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório até 25 de outubro de 1996.

Art. 23. Os contratos firmados no SFH, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser renovados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema

de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do FCITS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

Parágrafo único. O contato objeto de renegociação será formalizado por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, dispensando-se registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos.

Art. 24. A Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21 .....

§ 2º Para efeito de registro e averbação de contratos de financiamentos para moradia, as taxas e emolumentos serão cobrados de acordo com os seguintes critérios:

a) até zero vfrgula um por cento sobre o valor do financiamento, quando os contratos forem celebrados no âmbito de programas custeados com recursos do FGTS, compreendidos ou não no SFH;

b) até um por cento incidente sobre o valor do negócio jurídico, incluindo as parcelas financiadas e não financiadas, nos demais contratos pactuados no âmbito do SFH.”(NR)

“Art. 31-A. Na aquisição de unidades residenciais destinadas ao público de baixa renda e de suas unidades comerciais complementares, a serem construídas em terrenos cujo valor esteja incluído no preço final de cada unidade, na forma das diretrizes fixadas pela entidade pública adquirente, as propostas serão julgadas, observadas a lei geral de licitações em função do preço global final, calculado por metro quadrado construído, considerando todos os insumos que o compõem.”(NR)

Art. 25. Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao Fundo, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS.

Art. 26. Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao extinto FIJNDHAB, correspondente ao período de agosto de 1992 a setembro de 1996, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS,

**Art. 27.** O FCVS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, a ser regulamentado em ato do Poder Executivo, que disporá sobre a estrutura, funcionamento e competência do colegiado.

§ 1º Além das atribuições definidas no ato regulamentador a que se refere o caput, competirá ao Conselho Curador do FCVS - CCFCVS, relativamente a contratos de financiamentos habitacionais cujo equilíbrio da apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação esteja sob garantia do FCVS:

I – julgar, em instância administrativa única, os litígios decorrentes da aplicação das condições de cobertura, normas e rotinas desse seguro;

II – dirimir as questões relacionadas à operacionalização desse seguro, bem como decidir sobre o tratamento a ser dado aos casos omissos relativos à regulação de sinistros.

§ 2º O CCFCVS poderá delegar as competências referidas no § 12 deste artigo a um comitê de recursos integrante de sua estrutura.

§ 3º Fica a CEF autorizada a promover, nos parcelamentos de dívidas autorizados pelo CCFCVS, o encontro de contas entre débitos relativos a prêmios devidos pelos agentes do SFH e créditos correspondentes a indenizações retidas dos agentes financeiros perante o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

**Art. 28.** Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o caput.

**Art. 29.** O FCVS é autorizado a transferir ao Tesouro Nacional Letras Hipotecárias, de emissão da CEF, ficando credor da União em valor equivalente.

Parágrafo único. A União pagará a dívida decorrente da transferência dos ativos de que trata este artigo mediante a securitização das obrigações, pelo Tesouro Nacional, observadas as condições previstas no art. 12 desta Medida Provisória, mantendo a equivalência econômica entre os ativos.

**Art. 30.** Fica a CEF autorizada a participar minoritariamente, observada a legislação pertinente, na composição do capital acionário de sociedade anônima que tenha por objeto social a securitização de créditos hipotecários e imobiliários.

**Art. 31.** O prazo de um ano a que se refere o art. 52 da Lei nº 8.004, de 1990, com a redação dada por esta Medida Provisória, contar-se-á a partir de 31 de março de 1997.

**Art. 32.** O Ministro de Estado da Fazenda e o CMN expedirão, no âmbito das respectivas competências, as instruções que se fizerem necessárias à execução das disposições desta Medida Provisória, inclusive com relação aos prazos.

**Art. 33.** Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a compensar os créditos decorrentes dos contratos de refinanciamento de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com créditos detidos pelas Unidades da Federação e que tenham sido objeto da novação a que se refere esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Na compensação, observar-se-ão os seguintes critérios:

I – os créditos remunerados à Taxa Referencial – TR acrescida de juros à taxa efetiva de seis vírgula dezessete por cento ao ano serão aceitos pelo seu valor de face;

II – os créditos remunerados à Taxa Referencial – TR acrescida de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano serão aceitos com deságio sobre seu valor de face a ser estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

**Art. 34.** A prerrogativa prevista no inciso II do art. 42 do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, somente poderá ser exercida pelos agentes financiadores que se manifestarem pela novação e se encontrarem em dia com as contribuições ao FCVS, nos termos desta Medida Provisória.

**Art. 35.** Os emolumentos devidos em todos os atos de que trata a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, relacionados com o Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 21 de setembro de 2000, serão reduzidos em cinquenta por cento.

**Art. 36.** Fica facultado aos entes públicos estaduais e municipais, desde que obtidas as autorizações legislativas pertinentes, alocarem recursos próprios em empreendimentos habitacionais específicos enquadrados no Programa de que trata a Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, os recursos serão aplicados para subsidiar a produção ou recuperação de unidades habitacionais, com o propósito de adequar seu valor unitário às metas e parâmetros estabelecidos pelos órgãos e entidades competentes no âmbito federal e, no que couber, estadual ou municipal, para o Programa de que trata a Medida

Provisória nº 1.944-19, de 2000, a fim de evitar operação suplementar do arrendatário.

§ 2º Os recursos aportados pelos entes públicos estaduais ou municipais serão aplicados em empreendimentos habitacionais enquadrados no Programa, localizados no Estado ou Município de que forem provenientes, vedada a sua transferência para outras localidades ou a sua retenção ou dispêndio a qualquer outro título.

Art. 37. As operações celebradas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades a eles vinculadas, destinadas à contratação de mão-de-obra para construção ou reforma de imóveis enquadradas no Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000, ficam dispensadas de adotar os procedimentos específicos da lei geral de licitações, desde que observadas a regulamentação e os princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade administrativa e interesse público.

Art. 38. Ficam as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operem crédito imobiliário autorizadas a promover Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra dos imóveis que tenham arrematado, adjudicado ou recebido em dação em pagamento por força de financiamentos habitacionais por elas concedidos.

§ 1º Entende-se por Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra a operação em que o arrendatário se compromete a pagar ao arrendador, mensalmente e por prazo determinado, contraprestações pela ocupação do imóvel com direito ao exercício de opção de compra no final do prazo contratado.

§ 2º O arrendamento de que trata este artigo poderá ser contratado com o ex-proprietário, com o ocupante a qualquer título ou com terceiros, com base no valor de mercado do bem, atestado em laudo de avaliação passado por profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, com atribuição para avaliação imobiliária.

Art. 39. Os contratos de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra conterão, necessariamente, cláusulas dispondo sobre o seguinte:

I – descrição do imóvel arrendado com todas as características que permitam a sua perfeita identificação;

II – prazos do arrendamento especial e do exercício da opção de compra;

III – direito de opção de compra, o preço de compra ou o critério para a fixação desse valor;

IV – valor da prestação mensal do arrendamento, bem assim critérios e periodicidade para sua atualização;

V – valor das despesas e dos encargos adicionais incidentes;

VI – direito da arrendadora, por si ou por prepostos formalmente autorizados, de proceder vistorias periódicas no imóvel arrendado, bem como de exigir do arrendatário, no prazo que lhe for fixado, a adoção de providências destinadas à preservação da integridade do bem;

VII – obrigações e responsabilidades do arrendatário e as sanções decorrentes do descumprimento do contrato de arrendamento;

VIII – hipóteses de rescisão contratual;

IX – previsão de não-devolução dos valores pagos nos casos de rescisão contratual ou de desistência do arrendatário.

Parágrafo único. Os contratos celebrados no âmbito do programa de arrendamento imobiliário especial com opção de compra, – incluindo os de dação em pagamento de imóveis destinados ao arrendamento, serão formalizados por instrumento particular com força de escritura pública.

Art. 40. A falta de pagamento de três parcelas mensais constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse.

Art. 41. Aplicam-se ao Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra, no que couber, as disposições referentes ao arrendamento mercantil e ao Programa de Arrendamento Residencial.

Art. 42. O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal, no âmbito de suas respectivas competências, poderão baixar as normas necessárias à implementação do disposto nesta Medida Provisória a respeito das operações de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra.

Art. 43. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.981-53, de 26 de outubro de 2000.

Art. 44. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Fica revogado o art. 6º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

Deputado **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa solicita a V. Exª que encaminhe o parecer à Mesa.

Discussão do Projeto de Lei Conversão nº 11, de 2000, e da respectiva medida provisória e emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de lei de Conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto de lei de conversão no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2000**

**Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, poderão ser objeto de novação, a ser celebrada entre cada credor e a União, nos termos desta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei consideram-se:

I – dívida caracterizada vencida, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, estando a responsabilidade do Fundo definida e expirado o prazo para quitação de parcelas mensais ou do saldo;

II – dívida caracterizada vincenda, a originária de contratos encerrados, por decurso de prazo, transferências com desconto ou por liquidação antecipada, de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, nos quais a responsabilidade do Fundo

está definida, mas o prazo para quitação das parcelas mensais ainda não chegou a seu termo;

III – dívida não caracterizada, a originária de contratos de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS, em relação aos quais ainda não foi definida a responsabilidade do Fundo.

§ 2º A novação objeto deste artigo obedecerá às seguintes condições:

I – prazo máximo de trinta anos, contados a partir de 1º de janeiro de 1997, com carência de oito anos para os juros e de doze anos para o principal;

II – remuneração equivalente à Taxa Referencial – TR ou ao Índice que a suceder na atualização dos saldos dos depósitos de poupança, acrescida:

a) de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano para as operações realizadas com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

b) de juros de seis vírgula dezessete por cento ao ano, correspondente à taxa efetiva de juros aplicada aos depósitos de poupança, para as demais operações;

III – registro sob a forma escritural em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

§ 3º As dívidas do FCVS referidas neste artigo são as derivadas de contratos de financiamentos habitacionais que tenham cobertura do FCVS e em relação aos quais tenha havido, quando devida, contribuição ao Fundo.

§ 4º As dívidas referidas no parágrafo anterior poderão ser objeto de novação ainda que os respectivos créditos tenham sido transferidos a terceiros.

§ 5º Independentemente da data em que for realizada a novação, a partir de 1º de janeiro de 1997, a remuneração de todos os saldos residuais de responsabilidade do FCVS será realizada observando-se os critérios estabelecidos no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 6º A novação das dívidas do FCVS de que trata esta lei far-se-á, anual ou semestralmente, a partir de 1º de janeiro de 1997, de acordo com cronograma a ser estabelecido em portaria do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 7º As instituições financiadoras que optarem pela novação prevista nesta lei deverão, até 20 de fevereiro de 2001, manifestar à Caixa Econômica Federal – CEF a sua adesão às condições de novação estabelecidas neste artigo.

§ 8º A adesão a que se refere o § 7º deste artigo incluirá, obrigatoriamente, os créditos não caracteri-

**zados**, que serão objeto de novação, à medida em que se tornarem caracterizados, nos termos desta lei.

Art. 2º Os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, decorrentes das liquidações antecipadas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, em contratos firmados com mutuários finais do SFH, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta lei, e equiparadas às dívidas caracterizadas vencidas, de que trata o inciso I do § 1º do artigo anterior, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 1º As dívidas de que trata o **caput** deste artigo poderão ser novadas por montante correspondente a trinta por cento do valor do saldo devedor posicionado na data do reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 2º As dívidas relativas aos contratos cuja prestação total, em 31 de março de 1998, era de até R\$25,00 (vinte e cinco reais) poderão ser novadas por montante correspondente a setenta por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o saldo devedor remanescente, que será renegociado mediante acordo entre o agente financeiro e o mutuário.

§ 3º As dívidas relativas aos contratos referidos no **caput**, assinados até 31 de dezembro de 1987, poderão ser novadas por montante correspondente a cem por cento do valor do saldo devedor, posicionado na data de reajustamento do contrato, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sob os citados contratos.

§ 4º O saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo será objeto de novação entre a instituição financiadora e o mutuário, por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, onde se estabelecerão novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, sistema de amortização, plano de reajuste e apólice de seguro sem garantia de equilíbrio pelo FCVS, preservando-se, enquanto existir saldo devedor da operação, a prerrogativa de o mutuário utilizar os recursos de sua conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 5º A formalização das disposições contidas no **caput** e nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo condiciona-se à prévia e expressa anuência do devedor.

§ 6º Fica dispensado de registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos o aditivo contratual decorrente da novação da dívida de que trata o **caput** deste artigo, mantendo-se a garantia hipotecária em favor do agente financeiro.

§ 7º A novação entre o agente financiador e os mutuários produzirá eficácia plena com o reconhecimento da dívida do FCVS pela Caixa Econômica Federal ou no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura da mesma.

Art. 3º A novação de que trata o art. 1º far-se-á mediante:

I – prévia compensação entre eventuais débitos e créditos das instituições financiadoras junto ao FCVS;

II – prévio pagamento das dívidas vencidas, abaixo definidas, apuradas com base nos saldos existentes nas datas previstas no § 5º do art. 1º desta Lei, ainda que a conciliação entre credor e devedor, do valor a ser liquidado, se efetue em data posterior:

a) das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH;

b) das instituições financiadoras do SFH junto ao Fundo de Assistência Habitacional – FUNDHAB, ao Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias – FGDLI ou de seu sucessor e aos demais fundos geridos pelo extinto Banco Nacional de Habitação – BNH;

c) das instituições financiadoras do SFH relativas ao Seguro Habitacional;

III – requerimento da instituição credora, em caráter irrevogável e irretratável, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio da CEF, aceitando todas as condições da novação estabelecidas por esta lei, instruído com a relação de seus créditos caracterizados, previamente homologados, bem assim com a comprovação da regularização dos débitos a que se refere o inciso II deste artigo;

IV – requerimento instruído com a relação dos contratos de responsabilidade do FCVS, não caracterizados, para os fins do disposto no § 8º do art. 1º desta lei;

V – manifestação da CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, reconhecendo a titularidade, o montante, a liquidez e a certeza da dívida caracterizada;

VI – declaração do credor, firmada por dois de seus representantes legais, quanto ao correto recolhi-

mento das contribuições mensais e trimestrais ao FCVS, e das contribuições ao FUNDHAB, no montante e forma estipulados pela legislação pertinente, bem como sobre a informação, na habilitação de seus créditos ao FCVS, da origem de recursos, da data e tipo de evento dos financiamentos concedidos aos mutuários finais;

VII – parecer da Secretaria Federal de Controle, sobre o disposto no inciso V;

VIII – parecer da Secretaria do Tesouro Nacional;

IX – parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

X – autorização do Ministro de Estado da Fazenda publicada no **Diário Oficial** da União.

§ 1º As condições estabelecidas nas alíneas a e b do inciso II deste artigo poderão ser atendidas mediante dação em pagamento de créditos das instituições financiadoras do SFH junto ao FCVS, desde que aceita pelo credor, mediante autorização dos órgãos gestores ou curadores.

§ 2º A CEF, como Administradora ou Gestora dos diversos Fundos do SFH, no âmbito de sua competência, apurará os valores dos débitos referidos nas alíneas a e b do inciso II deste artigo.

§ 3º o gestor do FGDLI, ou o seu sucessor, apurará os valores dos débitos das instituições financiadoras do SFH junto àquele Fundo.

§ 4º A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP atestará o valor dos débitos a que se refere a alínea c do inciso II deste artigo.

§ 5º o Banco Central do Brasil aferirá a veracidade da declaração de que trata o inciso VI deste artigo e, quando verificar sua inexatidão, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, promoverá a cobrança, por débito automático à conta de Reservas Bancárias, com a imediata transferência para o Tesouro Nacional das diferenças eventualmente apuradas em instituições financeiras bancárias, ou, nos demais casos, encaminhará os documentos pertinentes à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para fins de inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 6º A novação será objeto de instrumentos contratuais, nos quais será declarada extinta a dívida anterior.

§ 7º As instituições financiadoras do SFH que prestarem informações inverídicas, destinadas à constituição do Cadastro Nacional de Mutuários – CADMUT, e receberem valor indevido do FCVS, serão cobradas, a qualquer época, na forma do § 5º

deste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

§ 8º As Companhias de Habitação Popular – COHAB's, e assemelhadas, que exercerem a opção pela novação prevista nesta lei, poderão, excepcionalmente, pagar seus débitos, existentes até 31 de dezembro de 2000, junto ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, mediante prévio encontro de contas com créditos do FCVS, no ato da primeira novação, observada a equivalência econômica da operação, sem prejuízo da incidência dos encargos previstos na legislação pertinente.

§ 9º O encontro de contas previstos no parágrafo anterior será operacionalizado pela CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, por meio da subconta Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA/FCVS, ouvida a Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 10. As instituições operadoras do Seguro Habitacional do SFH não farão jus a qualquer remuneração sobre o montante dos valores envolvidos no encontro de contas, citado no § 8º deste artigo.

Art. 4º Ficam alterados o **caput** e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, e acrescentado o § 4º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS quitará somente um saldo devedor remanescente por mutuário ao final do contrato, exceto aqueles relativos aos contratos firmados até 5 de dezembro de 1990, ao amparo da legislação do SFH, independentemente da data de ocorrência do evento caracterizador da obrigação do FCVS.

§ 3º Para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, fica a CEF, na qualidade de Administradora do FCVS, autorizada a desenvolver, implantar e operar cadastro nacional de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, constituído a partir dos cadastros de operações imobiliárias e de seguro habitacional, ficando sob responsabilidade do FCVS os custos decorrentes do desenvolvimento, implantação, produção e manutenção do referido cadastro.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional – CMN editará os atos normativos necessários à administração e manutenção do cadastro a que se refere o § 3º deste artigo.”(NR)

Art. 5º As instituições do SFH e as instituições credoras do FCVS, com créditos oriundos de contratos de financiamentos imobiliários ativos e inativos, independentemente da adesão a que se refere o § 7º do art. 1º desta Lei, deverão encaminhar, até 31 de dezembro de 1996, as informações necessárias para a constituição do CADMUT, conforme disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 8.100, de 1990, na redação dada por esta lei.

§ 1º As informações correspondentes aos contratos de financiamentos imobiliários com recursos do SFH, firmados a partir do exercício de 1997, deverão ser encaminhadas mensalmente ao CADMUT.

§ 2º O não-cumprimento do disposto neste artigo importará, para as operações não cadastradas no CADMUT, a perda da prioridade quanto à responsabilização do FCVS.

Art. 6º Os créditos correspondentes às dívidas novadas, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e no art. 7º, são livremente negociáveis, na forma do disposto nesta lei, e poderão ser utilizados para:

I – liquidação, desde que aceitas pelo credor, de dívidas vincendas da mesma espécie daquelas a que se referem as alíneas a e b do inciso II do art. 3º desta lei;

II – pagamento de até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH ao FCVS, conforme disposto no inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, na redação dada por esta lei;

III – pagamento do preço de alienação de bens e direitos efetuada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, observados os limites estabelecidos em cada leilão para pagamento em moedas de privatização.

§ 1º A utilização dos créditos novados para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo ficará limitada àqueles substituídos por dívida caracterizada e vencida na data da novação.

§ 2º As dívidas caracterizadas vincendas, objeto de novação, poderão ser utilizadas para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo, desde que substituídas previamente em leilão público por títulos a serem emitidos para este fim, na forma de regulamentação a ser estabelecida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 7º Os créditos novados, relativos a contratos de financiamentos com recursos originários do FGTS e dos demais fundos geridos ou administrados pelo extinto BNH, ficarão caucionados ao Agente Operador até a liquidação dos saldos devedores das correspondentes dívidas.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dispensar a caução de que trata este artigo quando se tratar de créditos do FGTS.

Art. 8º O Conselho Curador do FGTS, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, poderá autorizar a CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, a:

I – receber créditos novados junto ao FCVS, mediante dação em pagamento das dívidas das instituições financiadoras do SFH junto à CEF, excluídas as dívidas decorrentes das contribuições previstas no art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990;

II – ceder a terceiros, sem deságio, inclusive mediante financiamento concedido pelo próprio FGTS, os créditos mencionados no inciso anterior;

III – promover amortização extraordinária da dívida de responsabilidade das instituições financiadoras, relativamente às operações de financiamento a mutuários do SFH realizadas com repasses de recursos oriundos do FGTS, em montante correspondente a eventual diferença, se positiva, entre os valores:

a) do saldo devedor residual apurado na data do evento caracterizador da obrigação do FCVS; e

b) do saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, apurado nas condições estabelecidas na alínea a do inciso II do § 2º e § 5º do art. 1º desta lei.

§ 1º A amortização extraordinária prevista no inciso III deste artigo será integralmente assumida pelo FGTS, aplicando-se apenas às instituições financiadoras que exercerem a opção pela novação prevista nesta lei.

§ 2º O dispositivo previsto no inciso III deste artigo alcança também as dívidas de responsabilidade do FCVS, relativas às operações de financiamento com recursos do FGTS, enquadradas nos conceitos definidos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 9º Não incidirão Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, na utilização dos créditos de que trata o art. 6º, como contrapartida da aquisição de bens e direitos no âmbito do PND, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 6º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao ganho de capital auferido nas operações de alienação a terceiros dos créditos de que trata o art. 6º desta lei ou dos bens e direitos adquiridos no âmbito do PND.

Art. 10. O valor correspondente aos créditos a que se refere o art. 6º desta Lei será considerado,



para efeito de direcionamento obrigatório de recursos de depósitos de poupança, como aplicação em fins habitacionais, enquanto os créditos se encontrarem na titularidade de instituição financeira.

**Parágrafo único.** Competirá ao CMN baixar as normas necessárias ao ajustamento das posições de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança, quando houver redução dos saldos de aplicações habitacionais por decorrência da utilização dos créditos a que se refere o **caput** deste artigo.

**Art. 11.** A partir de 1º de março de 1998, somente as instituições financiadoras, que exercerem a opção pela novação prevista nesta Lei, poderão computar, como operações de financiamento habitacional no âmbito do SFH, os créditos junto ao FCVS, para efeito de atendimento da exigibilidade de direcionamento de recursos captados em depósitos de poupança.

**Art. 12.** O art. 6º do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....  
II – a alíquota da contribuição trimestral dos agentes financeiros do SFH, incidente sobre o saldo dos financiamentos concedidos aos mutuários no âmbito desse Sistema, com cobertura do FCVS, existente no último dia do trimestre, será:

a) de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento), devida desde a criação dessa contribuição, nas operações lastreadas com recursos do FGTS, para os agentes que, até 31 de dezembro de 2000, não estejam captando depósitos de poupança;

b) 0,1% (um décimo por cento), para os demais agentes.

.....  
§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2001 os agentes a que se refere a alínea a do inciso II estarão isentos da contribuição trimestral ao FCVS.

§ 2º A contribuição trimestral ao FCVS no percentual fixado na alínea b do inciso II deste artigo é devida desde 26 de setembro de 1996, podendo ser paga, em até setenta e cinco por cento, com títulos recebidos da quitação da dívida do FCVS para com os agentes financeiros.

§ 3º Enquanto não for efetivada a primeira novação da dívida do FCVS, o valor que corresponder a até setenta e cinco por cento da contribuição trimestral referida na

alínea b do inciso II deste artigo não será exigido.

§ 4º O valor da parcela de contribuição a que se refere o § 2º deste artigo será remunerado pelo mesmo índice de atualização dos saldos de caderneta de poupança com data de crédito de rendimento no dia 10 de cada mês, acrescido de juros correspondentes à taxa dos títulos recebidos na primeira novação, incidindo desde o último dia do trimestre de referência da contribuição até o dia do efetivo pagamento.”(NR)

**Art. 13.** O saldo de recursos existente no FUNDHAB será transferido ao FCVS para liquidar as obrigações remanescentes do extinto Seguro de Crédito do SFH.

**Art. 14.** Ficam extintas as contribuições ao FUNDHAB.

**Art. 15.** Nos financiamentos concedidos a mutuário do SFH, vinculados a operações com recursos do FGTS caucionadas à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS, fica o Tesouro Nacional autorizado a assumir e a emitir títulos em favor da CEF, com as características descritas nos incisos I a III do § 2º do art. 1º desta Lei, em ressarcimento às parcelas do **pro rata** correspondentes à diferença entre os valores do saldo devedor contábil da operação de financiamento habitacional e o saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS, ambos apurados por esse Fundo, sem prejuízo do disposto no § 5º do art. 1º desta Lei.

§ 1º Os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão integralizados na proporção em que forem apurados pela administradora do FCVS

§ 2º A CEF promoverá o repasse, ao FGTS, dos créditos recebidos do Tesouro Nacional na mesma data de seu recebimento.

**Art. 16.** A partir de 15 de dezembro de 1998, mediante acordo entre as partes, as instituições financiadoras do SFH poderão conceder aos mutuários que tenham firmado contrato com previsão de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, no prazo de até 30 de dezembro de 2000, liquidação antecipada de sua dívida, mediante pagamento de montante correspondente a cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação, ou de montante correspondente ao valor atual das prestações vincendas.



§ 1º Na obtenção do valor atual das prestações vincendas, serão considerados o prazo remanescente do contrato na data do evento, a taxa nominal de juros contratual e a prestação de amortização e juros, corrigida **pro rata die**, com base no índice de remuneração básica aplicado às cadernetas de poupança, a contar da data do último reajustamento aplicado ao encargo mensal até a data da liquidação antecipada.

§ 2º As instituições financiadoras suportarão valores equivalentes a vinte por cento do saldo devedor contábil da operação atualizado na forma do **caput** deste artigo, sendo facultado a elas arcar com os valores remanescentes de responsabilidade do FCVS.

§ 3º Após deduzidas as parcelas assumidas pelos mutuários e pelas instituições financiadoras, na forma deste artigo, os saldos residuais de responsabilidade do FCVS, resultante das liquidações antecipadas previstas no **caput**, poderão ser novados antecipadamente pela União, nos termos desta Lei, independentemente da restrição imposta pelo § 8º do art. 1º.

§ 4º Aos créditos referidos no parágrafo anterior não se aplica a restrição imposta às dívidas caracterizadas vincendas, de que trata o § 2º do art. 6º desta Lei.

§ 5º A liquidação do saldo devedor de que trata o **caput** poderá, alternativamente, ser efetuada mediante novação da dívida nas condições estabelecidas no § 4º do art. 2º desta Lei, mantendo-se o mesmo registro hipotecário, extinguindo-se a responsabilidade do FCVS sobre o referido saldo.

Art. 17. A partir de 12 de junho de 1998, alternativamente ao disposto no art. 2º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, com a redação dada pelo art. 19 desta Lei, as transferências de contratos do SFH que tenham cobertura do FCVS poderão ser efetuadas, por acordo entre as partes, mediante a assunção pelo novo mutuário de montante equivalente a setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da transferência, observados os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º O saldo remanescente da aplicação do disposto no **caput** deste artigo será assumido integralmente pelo FCVS na forma de participação antecipada e ressarcido às instituições financiadoras com créditos dotados das mesmas características constantes do § 2º do art. 1º, independentemente de a instituição ter optado pela novação prevista nesta Lei.

§ 2º Efetivada a transferência, cessa a responsabilidade do FCVS relativamente ao contrato transferido, devendo tal condição constar dos instrumentos respectivos.

Art. 18. Os valores suportados pelas instituições financiadoras do SFH em decorrência da implantação das novações antecipadas estabelecidas no art. 2º, das liquidações antecipadas na forma do art. 16 e das transferências de contratos previstas no art. 17 desta Lei poderão ser diferidos em vinte semestres.

Art. 19. O parágrafo único do art. 1º e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 8.004, de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da instituição financiadora.”(NR)

“Art. 2º Nos contratos que tenham cláusula de cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, a transferência dar-se-á mediante simples substituição do devedor, mantidas para o novo mutuário as mesmas condições e obrigações do contrato original, desde que se trate de financiamento destinado à casa própria, observando-se os requisitos legais e regulamentares, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal.

§ 1º Além do disposto no **caput**, o valor do encargo mensal para o novo mutuário será atualizado **pro rata die**, a contar da data do último reajustamento desse encargo até a data da formalização da transferência, com base no índice de atualização das contas de poupança mantidas no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, e acrescido da quinta parte do valor atualizado do encargo, observando que:

a) o acréscimo da quinta parte do valor do encargo atualizado será integralmente direcionado à elevação da parcela correspondente à prestação de amortização e juros e, quando devida, da contribuição mensal ao FCVS;

b) nos contratos enquadrados no Plano de Equivalência Salarial, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de

1984, o enquadramento na categoria profissional do novo mutuário dar-se-á a partir da data da transferência;

c) na aplicação do primeiro reajuste do encargo mensal, após a transferência, nos contratos não enquadrados na alínea anterior, será compensada a atualização **pro rata die** de que trata o **caput** deste inciso.

§ 2º Nas transferências dos contratos de financiamento da casa própria que não tenham cobertura de eventual saldo devedor residual pelo FCVS, e daqueles não enquadrados na Lei nº 8.692, de 1993, aplicam-se as condições previstas no **caput** e no parágrafo anterior.

§ 3º Nas transferências de que trata o **caput** deste artigo, as instituições financiadoras ficam dispensadas da observância das seguintes exigências:

a) limite máximo de financiamento, desde que não haja desembolso adicional de recursos;

b) limite máximo de preço de venda ou de avaliação do imóvel objeto da transferência;

c) localização do imóvel no domicílio do comprador."(NR)

"Art. 3º A critério da instituição financiadora, as transferências poderão ser efetuadas mediante assunção, pelo novo mutuário, do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da transferência, observados os percentuais de pagamento previstos no **caput** e nos incisos I, II e III do art. 5º desta Lei e os requisitos legais e regulamentares da casa própria, vigentes para novas contratações, inclusive quanto à demonstração da capacidade de pagamento do cessionário em relação ao valor do novo encargo mensal."(NR)

"Art. 5º O mutuário do SFH que tenha firmado contrato até 31 de março de 1990 com cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS poderá, no prazo máximo de um ano, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante pagamento de valor correspondente a:

I – contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986: cinquenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado

pro rata die da data do último reajuste até a data da liquidação;

II – contratos firmados de 12 de março de 1986 até 31 de dezembro de 1988: sessenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata die da data do último reajuste até a data da liquidação;

III – contratos firmados de 12 de janeiro de 1989 até 31 de março de 1990: setenta por cento do saldo devedor contábil da operação, atualizado pro rata di. da data do último reajuste até a data da liquidação.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada dos saldos devedores dos contratos firmados até 28 de fevereiro de 1986, que tenham cláusula de cobertura de eventuais saldos devedores residuais pelo FCVS, poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas, que será integralmente utilizado para amortizar o saldo devedor, inexistindo qualquer repasse para a apólice do seguro do SFH, cuja cobertura se encerra no momento da liquidação do contrato.

....."(NR)

Art. 20. As transferências no âmbito do SFH, à exceção daquelas que envolvam contratos enquadrados nos planos de reajustamento definidos pela Lei nº 6.692, de 28 de julho de 1993, que tenham sido celebradas entre o mutuário e o adquirente até 25 de outubro de 1996, sem a interveniência da instituição financiadora, poderão ser regularizadas nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 25 de outubro de 1996.

Art. 21. É assegurado aos promitentes compradores de unidades habitacionais, cujas propostas de transferência de financiamento tenham sido formalizadas junto aos agentes financeiros do SFH até 25 de outubro de 1996, o direito de optarem pela concretização da operação nas condições vigentes até a referida data.

Art. 22. Na liquidação antecipada de dívida de contratos do SFH, inclusive aquelas que forem efetuadas com base no saldo que remanescer da aplicação do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º desta Lei,

o comprador de imóvel, cuja transferência foi efetuada sem a intervenção da instituição financiadora, equipara-se ao mutuário final, para todos os efeitos inerentes aos atos necessários à liquidação e habilitação junto ao FCVS, inclusive quanto à possibilidade de utilização de recursos de sua conta vinculada do FGTS, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º A condição de cessionário poderá ser comprovada junto à instituição financiadora, por intermédio de documentos formalizados junto a Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ou de Notas, onde se caracterize que a transferência do imóvel foi realizada até 23 de outubro de 1996.

§ 2º Para os fins a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser admitida a apresentação dos seguintes documentos:

I – contrato particular de cessão de direitos ou de promessa de compra e venda, com firma reconhecida em cartório em data anterior à liquidação do contrato, até 25 de outubro de 1996;

II – procuração por instrumento público outorgada até 25 de outubro de 1996, ou, se por instrumento particular, com firma reconhecida em cartório até 25 de outubro de 1996.

Art. 23. Os contratos firmados no SFH, sem cobertura do FCVS, poderão, a critério da instituição financiadora, ser novados entre as partes, estabelecendo-se novas condições financeiras relativas a prazo, taxa nominal de juros, apólice de seguro, sistema de amortização e plano de reajuste, preservando-se para a operação, enquanto existir saldo devedor, a prerrogativa de os mutuários utilizarem os recursos da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V e VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

Parágrafo único. O contrato objeto de renegociação será formalizado por meio de instrumento particular de aditamento contratual, com força de escritura pública, dispensando-se registro, averbação ou arquivamento no Registro de Imóveis e no Registro de Títulos e Documentos.

Art. 24. A Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21 .....  
.....

§ 2º Para efeito de registro e averbação de contratos de financiamentos para moradia, as taxas e emolumentos serão cobrados de acordo com os seguintes critérios:

a) até zero vírgula uni por cento sobre o valor do financiamento, quando os contratos forem celebrados no âmbito de programas custeados com recursos do FGTS, compreendidos ou não no SER;

b) até um por cento incidente sobre o valor do negócio jurídico, incluindo as parcelas financiadas e não financiadas, nos demais contratos pactuados no âmbito do SFH.” (NR)

“Art. 31-A. Na aquisição de unidades residenciais destinadas ao público de baixa renda e de suas unidades comerciais complementares, a serem construídas em terrenos cujo valor esteja incluído no preço final de cada unidade, na forma das diretrizes fixadas pela entidade pública adquirente, as propostas serão julgadas, observadas a lei geral de licitações em função do preço global final, calculado por metro quadrado construído, considerando todos os insumos que o compõem.” (NR)

Art. 25. Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao Fundo, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS.

Art. 26. Fica assegurada à CEF o recebimento mensal do FCVS de taxa de administração pelos serviços prestados ao extinto FUNDHAB, correspondente ao período de agosto de 1992 a setembro de 1996, a ser definida pelo Conselho Curador do FCVS.

Art. 27. O FCVS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, a ser regulamentado em ato do Poder Executivo, que disporá sobre a estrutura, funcionamento e competência do colegiado.

§ 1º Além das atribuições definidas no ato regulamentador a que se refere o caput, competirá ao Conselho Curador do FCVS – CCFCVS, relativamente a contratos de financiamentos habitacionais cujo equilíbrio da apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação esteja sob garantia do FCVS:

I – julgar, em instância administrativa única, os litígios decorrentes da aplicação das condições de cobertura, normas e rotinas desse seguro;

II – dirimir as questões relacionadas à operacionalização desse seguro, bem como decidir sobre o tratamento a ser dado aos casos omissos relativos à regulação de sinistros.

§ 2º O CCFCVS poderá delegar as competências referidas no § 1º deste artigo a um comitê de recursos integrante de sua estrutura.

§ 3º Fica a CEF autorizada a promover, nos parcelamentos de dívidas autorizados pelo CCFCVS, o encontro de contas entre débitos relativos a prêmios devidos pelos agentes do SF3 e créditos correspondentes a indenizações retidas dos agentes financeiros perante o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 28. Compete ao CMN dispor sobre a aplicação dos recursos provenientes da captação em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do SBPE, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos do CMN que dispuseram sobre a aplicação dos recursos de que trata o caput.

Art. 29. O FCVS é autorizado a transferir ao Tesouro Nacional Letras Hipotecárias, de emissão da CEF, ficando credor da União em valor equivalente.

Parágrafo único. A União pagará a dívida decorrente da transferência dos ativos de que trata este artigo mediante a securitização das obrigações, pelo Tesouro Nacional, observadas as condições previstas no art. 1º desta Lei, mantendo a equivalência econômica entre os ativos.

Art. 30. Fica a CEF autorizada a participar minoritariamente, observada a legislação pertinente, na composição do capital acionário de sociedade anônima que tenha por objeto social a securitização de créditos hipotecários e imobiliários.

Art. 31. O prazo de um ano a que se refere o art. 5º da Lei nº 8.004, de 1990, com a redação dada por esta Lei, contar-se-á a partir de 31 de março de 1997.

Art. 32. O Ministro de Estado da Fazenda e o CMN expedirão, no âmbito das respectivas competências, as instruções que se fizerem necessárias à execução das disposições desta Lei, inclusive com relação aos prazos.

Art. 33. Fica a União autorizada, a exclusivo critério do Ministério da Fazenda, a compensar os créditos decorrentes dos contratos de refinanciamento de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com créditos detidos pelas Unidades da Federação e que tenham sido objeto da novação a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Na compensação, observar-se-ão os seguintes critérios:

I – os créditos remunerados à Taxa Referencial – TR acrescida de juros à taxa efetiva de seis vírgula dezessete por cento ao ano serão aceitos pelo seu valor de face;

II – os créditos remunerados à Taxa Referencial – TR acrescida de juros à taxa efetiva de três vírgula doze por cento ao ano serão aceitos com deságio sobre seu valor de face a ser estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

Art. 34. A prerrogativa prevista no inciso 17 do art. 62 do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, somente poderá ser exercida pelos agentes financiadores que se manifestarem pela novação e se encontrarem em dia com as contribuições ao FCVS, nos termos desta Lei.

Art. 35. Os emolumentos devidos em todos os atos de que trata a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, relacionados com o Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 21 de setembro de 2000, serão reduzidos em cinquenta por cento.

Art. 36. Fica facultado aos entes públicos estaduais e municipais, desde que obtidas as autorizações legislativas pertinentes, alocarem recursos próprios em empreendimentos habitacionais específicos enquadrados no Programa de que trata a Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, os recursos serão aplicados para subsidiar a produção ou recuperação de unidades habitacionais, com o propósito de adequar seu valor unitário às metas e parâmetros estabelecidos pelos órgãos e entidades competentes no âmbito federal e, no que couber, estadual ou municipal, para o Programa de que trata a Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000, a fim de evitar operação suplementar do arrendatário.

§ 2º Os recursos aportados pelos entes públicos estaduais ou municipais serão aplicados em empreendimentos habitacionais enquadrados no Programa, localizados no Estado ou Município da que forem provenientes, vedada a sua transferência para outras localidades cu a sua retenção ou dispêndio a qualquer outro título.

Art. 37. As operações celebradas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades a eles vinculadas, destinadas à contratação de mão-de-obra para construção ou reforma de imóveis enquadradas no Programa instituído pela Medida Provisória nº 1.944-19, de 2000, ficam dispensadas de adotar os procedimentos específicos da lei geral de licitações, desde que observadas a regulamentação e os princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade administrativa e interesse público.

Art. 38. Ficam as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista e que operem crédito imobiliário autorizadas a promover Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra dos imóveis que tenham arrematado, adjudicado ou recebido em dação em pagamento por força de financiamentos habitacionais por elas concedidos.

§ 1º Entende-se por Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra a operação em que o arrendatário se compromete a pagar ao arrendador, mensalmente e por prazo determinado, contraprestações pela ocupação do imóvel com direito ao exercício de opção de compra no final do prazo contratado.

§ 2º O arrendamento de que trata este artigo poderá ser contratado com o ex-proprietário, com o ocupante a qualquer título ou com terceiros, com base no valor de mercado do bem, atestado em laudo de avaliação passado por profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, com atribuição para avaliação imobiliária.

Art. 39. Os contratos de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra conterão, necessariamente, cláusulas dispondo sobre o seguinte:

I – descrição do imóvel arrendado com todas as características que permitam a sua perfeita identificação;

II – prazos do arrendamento especial e do exercício da opção de compra;

III – direito de opção de compra, o preço de compra ou o critério para a fixação desse valor;

IV – valor da prestação mensal do arrendamento, bem assim critérios e periodicidade para sua atualização;

V – valor das despesas e dos encargos adicionais incidentes;

VI – direito da arrendadora, por si ou por prepostos formalmente autorizados, de proceder vistorias periódicas no imóvel arrendado, bem como de exigir do arrendatário, no prazo que lhe for fixado, a adoção de providências destinadas à preservação da integridade do bem;

VII – obrigações e responsabilidades do arrendatário e as sanções decorrentes do descumprimento do contrato de arrendamento;

VIII – hipóteses de rescisão contratual;

IX – previsão de não devolução dos valores pagos nos casos de rescisão contratual ou de desistência do arrendatário.

Parágrafo único. Os contratos celebrados no âmbito do programa de arrendamento imobiliário especial com opção de compra, incluindo os de dação

em pagamento de imóveis destinados ao arrendamento, serão formalizados por instrumento particular com força de escritura pública.

Art. 40. A falta de pagamento de três parcelas mensais constitui o arrendatário em mora de pleno direito, configurando o esbulho possessório que autoriza o arrendador a promover a reintegração de posse.

Art. 41. Aplicam-se ao Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra, no que couber, as disposições referentes ao arrendamento mercantil e ao Programa de Arrendamento Residencial.

Art. 42. O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal, no âmbito de suas respectivas competências, poderão baixar as normas necessárias à implementação do disposto nesta Lei a respeito das operações de Arrendamento Imobiliário Especial com Opção de Compra.

Art. 43. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.981-54, de 26 de novembro de 2000.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Fica revogado o art. 6º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que está havendo um pequeno problema. Apresentamos um destaque sobre a matéria. Já houve um imbróglio aqui no início e, naquele instante, chamamos a atenção para o destaque que tínhamos sobre essa matéria.

Então, não é possível que, novamente, se repita a mesma questão; quer dizer, tínhamos um destaque apresentado à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A informação que temos é que V. Exª pediu para a Medida Provisória nº 1981, e o que foi aprovado foi o projeto de conversão, nobre Deputado Fernando Coruja.

Sobre a mesa, requerimento.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem, em relação a essa votação para firmarmos aqui o entendimento em relação ao procedimento de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos um acordo, e queria, inclusive, mais uma vez, conclamar a base do Governo em relação a essa questão.

O acordo é que votaríamos os Fundos Constitucionais, depois os três pedidos de crédito que foram apresentados pelo Deputado Ricardo Barros à Mesa, e, na sequência, as duas Medidas Provisórias nºs 2033 e 2062.

Conversei com o Deputado Miro Teixeira e parece-me que há, por parte da base do Governo, a intenção ou a posição muito clara de se posicionar contra os fundos constitucionais; ou seja, não teremos, dessa forma, a sequência natural da sessão, porque, uma vez que o Governo alertou que pedirá verificação para a matéria, obviamente, a sessão cairá. Há responsabilidade.

O que o Deputado Miro Teixeira e eu estamos propondo aos membros aqui é se era possível um acordo no sentido de, antes do fundo constitucional, votarmos exclusivamente o Item nº 131, que se refere ao crédito da obra da Fernão Dias no Estado de São Paulo.

Votado isso, voltariamos para os fundos constitucionais, depois os dois créditos, depois as duas medidas provisórias. Quero saber se é possível um acordo?

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) –** O PFL concorda com o acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** O PFL está de acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** Concedo a palavra ao Deputado Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, na verdade, pessoalmente, ninguém mais do que eu gosta de fazer acordo. E acordo bom se faz exatamente com quem pensa diferente do proponente. E aqui não há nada de pessoal, é impessoal a questão. Aqui há posições divergentes entre setores importantes, relevantes e muito prezados da nossa base de apoio e a equipe econômica do Governo.

Portanto, não é um gesto de vontade política que se está a exigir do Líder; não é um gesto de vontade política que se está a cobrar de quem quer que seja. Está-se fazendo cálculo de impacto fiscal sobre matéria relevante, para tocar para frente o projeto belíssimo da agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, compatibilizar-se com a política de austeridade fiscal de um Governo que não entende que seja por outra via a forma de consolidar-se o crescimento.

Por isso, entendo como sábia a proposta acordada entre o Deputado Miro Teixeira e o Líder Walter Pinheiro. Com ela eu me ponho de acordo e agradeço, falando aqui muito especialmente como tucano – e claro que agradeço como brasileiro –, a demonstra-

ção de nobreza e boa vontade que revelaram em relação a esse eminentíssimo patricio nosso, que é o Governador Mário Covas. E como eles desejam será. Os entendimentos prosseguirão e estaremos sempre abertos para eles. Neste momento, há um claro impasse. Não adianta tapar o sol com a peneira. Eu não gosto de tapar o sol com a peneira. Há o impasse. Vamos então seguir de acordo com o procedimento sugerido pelas Lideranças de Oposição.

**O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) –** Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** Tem V. Exª a palavra.

**O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, nós também estamos de acordo com a proposta apresentada pelo Líder do PT, votando em primeiro lugar o crédito para a Rodovia Fernão Dias, atendendo a uma reivindicação do Governador Mário Covas, e, em segundo lugar, votando a Medida Provisória do Fundo Constitucional nº 2.035 e, a seguir, os créditos suplementares e as medidas provisórias, conforme proposta do Líder do PT.

O PFL é favorável.

**O SR. MILTON MONTI (Bloco/PMDB – SP) –** Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MILTON MONTI (Bloco/PMDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, o PMDB quer manifestar sua posição favorável à proposta feita pelas Oposições de votar o crédito da Rodovia Fernão Dias e depois os demais projetos em pauta.

**O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) –** Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** Tem a palavra V. Exª.

**O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, o PSDB concorda, da mesma forma, para atender a um grande Governador e a um homem que está lutando para construir um Estado melhor, inclusive físico.

O PSDB é favorável.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –** Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) –** Tem a palavra V. Exª.

**O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP. Sem revisão do orador.) –** Sr. Presidente, o PTB concorda com a posição adotada, pela importância da

Rodovia Fernão Dias, não apenas para São Paulo, mas também para Minas e para todo o País, para que a obra alcance seu término o mais rapidamente possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 99, DE 2000-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN's de nºs 105 e 131, de 2000, na presente Sessão.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – Deputado **Artur Virgílio Neto**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 99, de 2000-CN)

#### **PROJETO DE LEI Nº 131, DE 2000-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 131, de 2000, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$39.604.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e quatro mil reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

Ao projeto foram apresentadas quatro emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 142, de 2000, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto, em turno único.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há pouco, quando eu defendia esse acordo – e mantenho a defesa – usei a expressão "uma obra sobre a qual não recaía suspeita de irregularidade".

Acontece que meu companheiro Giovanni Queiroz, que integra a Comissão Mista de Orçamento, tentou votação nominal, mas não teve apoio na Comissão. Dessa forma, comunico que não revogo a impressão ou a convicção do meu companheiro Giovanni Queiroz. Assumo aqui uma postura política, conforme já declarada anteriormente. Vamos votar favoravelmente.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG) – Peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem V. Exª a palavra para discutir.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que a Bancada do PT, na Comissão Mista de Orçamento, participou de uma série de discussões sobre o custo médio do quilômetro da obra. É sabido que é uma obra realmente muito cara, porque passa numa região extremamente acidentada. São obras de arte realmente monumentais, portentosas. Eu queria só anunciar a esta Casa que a Comissão Mista de Orçamento, numa proposta feita conjuntamente com o Deputado Giovanni Queiroz, do PDT, e acolhida pela Comissão Mista de Orçamento, constituiu uma comissão de acompanhamento e vai começar a fazer verificações ainda este ano, para que não haja qualquer dúvida quanto a lisura da aplicação desses recursos. Logo no início do ano, essa mesma comissão, que começa a trabalhar semana que vem, já vai apresentar resultados. Se ainda pairar qualquer dúvida – e espero que não haja problemas – os recursos serão bloqueados pela Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, as preocupações do Deputado Giovanni Queiroz, do PDT, e também as do PT, estão contempladas por essa medida tomada pela comissão, que começa a trabalhar para que não haja mais nenhuma dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, pelo PFL, para discutir.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro que a Comissão Mista de Orçamento esten-







**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa, com espírito natalino e o do entendimento, pergunta aos Srs. Líderes se devemos colocar em votação, a seguir, o Item 1, que diz respeito aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

(assentimento do Plenário)

Item 1:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.035-27, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000-12-14**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.035-27, publicada em 24 de novembro de 2000, que "Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", tendo (Mensagem nº 1.159/2000-CN – nº 1. 786/2000, na origem)

Parecer nº 63, de 2000-CN, da Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000.

As Medidas foram apresentadas cento e oitenta e uma emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 63, de 2000, conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000, aprovando integralmente as Emendas de nºs 61, 89, 91, 97, 105, 107, 111, 113, 122, 123, 125, 134, 148, 153, 154, 156, 157, 160, 162, 170, 175, e parcialmente as de nºs 34, 44 a 46, de 85 a 88, 158 e 166, rejeitando as demais emendas apresentadas.

Em discussão a Medida Provisória, as Emendas e o Projeto de Lei de Conversão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento de encerramento de discussão, que será lido pelo...

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Encerrada a discussão, passa-se à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2000, que tem preferência regimental, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto de lei de conversão no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores...

**O SR. DR. HELENO** (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço verificação de quorum!

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Verificação na Câmara?

**O SR. DR. HELENO** (PSDB – RJ) – Exato!

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Está encerrada a discussão.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – V. Ex. já tinha anunciado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Já foi encerrada a discussão.

Em votação o projeto de lei de conversão no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção. (Palmas.)

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2000**

**Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I – operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II – operações industriais, agro-industriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III – operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º Os contratos de financiamento celebrados até 13 de janeiro de 2000 terão, se do interesse do mutuário, os respectivos encargos financeiros ajustados a partir de 14 de janeiro de 2000, de forma a compatibilizá-los aos custos previstos neste artigo, observado o prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei para a formalização do respectivo ajuste.

§ 2º O *del credere* do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas "b", "c" e "d" do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Art. 2º Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, desembolsados pelos bancos administradores, serão remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente.

Art. 3º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento ficam autorizados a adotar, nas assunções, renegociações, prorrogações e composições de dívidas, as seguintes condições:

I – o saldo devedor da operação, para efeito da renegociação da dívida, será apurado sem computar encargos por inadimplemento, multas, mora e honorários de advogados;

II – beneficiários: mutuários de financiamentos concedidos até 31 de dezembro de 1998, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;

III – encargos financeiros: os fixados no art. 1º, com a incidência dos bônus estabelecidos no seu § 5º;

IV – prazo: até dez anos, acrescidos ao prazo final da operação, estabelecendo-se novo esquema de amortização fixado de acordo com a capacidade de pagamento do devedor.

§ 1º Não são passíveis de renegociação, nos termos deste artigo, as operações negociadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

§ 2º Os mutuários interessados na renegociação, prorrogação e composição de dívidas de que trata este artigo deverão manifestar, formalmente, seu interesse aos bancos administradores até 16 de outubro de 2000.

§ 3º Fica estabelecido o prazo de 29 de dezembro de 2000 para encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais. inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º.

§ 4º As operações originariamente contratadas ao amparo dos Fundos Constitucionais de Financiamento que se enquadrarem no disposto neste artigo e tenham sido recompostas com recursos de outras fontes dos agentes financeiros poderão ser renegociadas com base nesta Lei, a critério dos bancos operadores.

§ 5º Os saldos devedores das operações de que trata o parágrafo anterior, para efeito de reversão aos Fundos Constitucionais de Financiamento, serão atualizados, a partir da data da exclusão dos financiamentos das contas dos Fundos, com encargos finan-

ceiros não superiores à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e sem imputar encargos por inadimplemento e honorários de advogados.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica às operações em que tenham sido constatados desvio de recursos.

§ 7º Sobre o valor de cada parcela de pagamento da dívida referente às operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, enquadradas na categoria prevista nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso I do art. 1º e renegociadas ao amparo desta Lei, quando pagas até a data do vencimento, será aplicado bônus, nos seguintes percentuais:

I – operações com saldo devedor em 13 de janeiro de 2000 de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): 30% (trinta por cento);

II – operações com saldo devedor, em 13 de janeiro de 2000, acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): 15 % (quinze por cento).

§ 8º O bônus estabelecido no parágrafo anterior não se aplica às operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

§ 9º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento deverão fornecer aos mutuários demonstrativo de cálculo da evolução dos saldos da conta do financiamento.

Art. 4º Ficam os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, se do interesse dos mutuários de financiamentos amparados por recursos dos Fundos e alternativamente às condições estabelecidas no artigo anterior, autorizados a renegociar as operações de crédito rural nos termos da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores.

§ 1º As operações formalizadas nos termos do caput deste artigo terão, a partir da data da renegociação, redução de um ponto percentual nas taxas de juros fixadas pela Resolução nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicável a cada parcela de encargos financeiros paga até a data do respectivo vencimento.

§ 2º Nas renegociações de que trata este artigo, os bancos administradores poderão financiar, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a aquisição de Certificado do Tesouro Nacional – CTN, adotando para essa operação o prazo máximo de cinco anos, com os encargos de que trata o art. 1º.

Art. 5º O mutuário que vier a inadimplir, depois de ter renegociado, prorrogado ou recomposto sua dívida nos termos desta Lei, não poderá tomar novos financiamentos em bancos oficiais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.

Art. 6º Em cada operação dos Fundos Constitucionais, contratada a partir de 1º de dezembro de 1998, excluída a decorrente da renegociação, prorrogação e composição de que trata o art. 3º, o risco operacional do banco administrador será de cinqüenta por cento, cabendo igual percentual ao respectivo Fundo.

Parágrafo único. Eventuais prejuízos, decorrentes de valores não liquidados em cada operação de financiamento, serão rateados entre as partes nos percentuais fixados no caput.

Art. 7º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Investimentos Regionais fornecerão ao Ministério da Integração Nacional, na forma que vier a ser por este determinada, as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos.

Parágrafo único. Sem prejuízo das informações atualmente prestadas, será facultado aos bancos administradores período de adaptação de até um ano para atendimento do previsto no caput.

Art. 8º Os Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, em conjunto, estabelecerão normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Art. 9º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos não-governamentais de infra-estrutura econômica até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos.

"(NR) .....

"§ 3º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos."

"Art. 7º A Secretaria do Tesouro Nacional liberará ao Ministério da Integração Nacional, nas mesmas datas e, no que couber,

segundo a mesma sistemática adotada na transferência dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os valores destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, observada essa mesma sistemática, repassar os recursos diretamente em favor das instituições federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda informará, mensalmente, ao Ministério da Integração Nacional e aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento a soma da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, o valor das liberações efetuadas para cada Fundo, bem como a previsão de datas e valores das três liberações imediatamente subsequentes." (NR)

"Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade." (NR)

"Art. 13. A administração dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste será distinta e autônoma e, observadas as atribuições previstas em lei, exercida pelos seguinte órgãos:

I – Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;

II – Ministério da Integração Nacional; e

III – instituição financeira de caráter regional e Banco do Brasil S.A." (NR)

"Art. 14. Cabe ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste:

I – aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento de cada Fundo, com os respectivos tetos de financiamento por mutuário;

.....  
III – avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas." (NR)

"Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional e do Banco do Brasil S.A., nos termos da lei:

I – aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos;

II – definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelos Conselhos Deliberativos de cada Fundo;

III – enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;

IV – formalizar contratos de repasses de recursos na forma prevista no art. 9º;

V – prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional, que as submeterá aos Conselhos Deliberativos;

VI – exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e a recuperação dos créditos.

Parágrafo único. Até o dia 30 de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o **caput** encaminharão ao Ministério da Integração Nacional a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte." (NR)

"Art. 15-A. Até 15 de novembro de cada ano, o Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste as propostas de aplicação dos recursos relativas aos programas de financiamento para o exercício seguinte." (NR)

"Art. 17. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento farão jus, a partir da publicação desta Lei, à taxa de administração de um inteiro e cinco décimos por cento, ao ano, apropriada mensalmente, sobre o total dos saldos devedores das operações de crédito contratadas com os mutuários com recursos dos respectivos Fundos.

Parágrafo único. A taxa de administração de que trata o caput fica limitada, em cada exercício, a partir de 1999, a dez por cento do valor das transferências de que trata a alínea c, inciso I, do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pelo Tesouro Nacional a cada um dos bancos administradores." (NR)

"Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 5º O Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os relatórios de que trata o caput." (NR)

Art. 10. A Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Os saldos diários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do FINOR, do FINAM e do FUNRES, bem como dos recursos depositados na forma do art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquanto não desembolsados pelos bancos administradores e operadores, serão remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil." (NR)

"Art. 8º Os bancos administradores poderão aplicar até vinte por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no financiamento de produtores, empresas e cooperativas do setor produtivo, para a produção e comercialização de produ-

tos e bens de produção própria destinados à exportação inter-regional e internacional.

"(NR) .....

Art. 11. O art. 1º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º A aplicação de que trata este artigo poderá ser realizada na forma do art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, ou em composição com os recursos de que trata o art. 5º da mesma Lei.

§ 4º Na hipótese de utilização de recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991, o montante não poderá ultrapassar cinquenta por cento do total da participação do Fundo no projeto, e as debêntures a serem subscritas serão totalmente inconversíveis em ações, observadas as demais normas que regem a matéria.

§ 5º A subscrição de debêntures de que trata o parágrafo anterior não será computada no limite de trinta por cento do orçamento anual fixado no § 1º do art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991." (NR)

Art. 12. As disposições do art. 1º da Lei nº 9.808, de 1999, na redação dada por esta Lei, aplicam-se aos projetos aprovados até 27 de setembro de 1999.

Art. 13. O art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam mantidos, até o exercício financeiro de 2013, correspondente ao período-base de 2012, os prazos e percentuais para destinação dos recursos de que tratam o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, e alterações posteriores, para aplicação em projetos relevantes para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional." (NR)

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados o art. 11 e o § 2º do art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; os arts. 1º, 3º, 5º e 6º; o § 3º do art. 8º e o art. 13, da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

**O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT - RJ)** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora vai entrar medida provisória ou crédito?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Deputado Miro Teixeira, estamos seguindo a orientação dos Líderes através de entendimento havido.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Mas agora seria crédito, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Evidentemente.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Qual o número do projeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – **(Tumulto no plenário.)** Para ordenar os trabalhos, gostaria que falasse um Parlamentar de cada vez.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Saber se dá para entrar agora o crédito relativo à estrada Cuiabá-Santarém.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Está na pauta.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Se daria para V. Ex<sup>a</sup> colocar agora em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Estamos aqui com o requerimento de urgência sobre a matéria: Cuiabá-Santarém.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> vai colocar em votação primeiro o requerimento ou vai colocar outro crédito antes do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Vou examinar aqui exatamente a sequência para informar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Então, eu aguardo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Enquanto isso, concedo a palavra ao Deputado Artur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falou-se muito aqui em convivência ativa e correta; falou-se muito aqui em respeitar a Minoridade e a Maioria. Na verdade, o que todos devemos prezar e zelar nesta Casa é para que decisões não sejam tomadas, para que, supostamente, a voz do Deputado que está gravada claramente pelo registro da Casa, não se fez ouvir na hora própria.

A vitória legítima não deveria interessar a ninguém em sua consciência neste País. Portanto, tenho a impressão de que ouvimos o Deputado Heleno pedir verificação de **quorum**. Pedimos ao Deputado Heleno que pedisse verificação de **quorum** e temos que fazer uma coisa que é legítima, é democrática, é simples: é se contar Deputado e Senador, para ver se há ou não vontade da Casa e, portanto, vontade do povo, para se fazer essa matéria virar letra de lei. Fora disso, aí, sim, se está dando exemplo de falta de respeito à opinião de alguns Parlamentares, forjando uma Maioria. Estaria, supostamente se imaginado Maioria, desrespeitando aquilo que a suposta Maioria imagina como Minoridade sendo.

Creio que posso – sem dúvida serei atendido – pedir a todos os Líderes da Casa que entendam que houve a clara manifestação de um Deputado que representa o Partido mais numeroso na Câmara Federal pedir verificação de **quorum**. Seria ilegítimo se dizer que se ganhou uma luta que, na verdade, não foi travada ainda.

Queremos saber se o povo, representado nesta Casa pela maioria desta Casa, está presente para fazer virar letra de lei essa matéria relativa ao PLV dos fundos constitucionais. É um apelo que faço em nome – aqui digo eu – porque quem pede sempre a boa convivência não tem que ser necessariamente a Oposição, peço eu, para que continuemos respeitando o **status** aqui feito, respeitando as palavras empenhadas, respeitando sobretudo, Sr. Presidente, a ideia de que nesta Casa se respeita e se faz vingar a vontade da Maioria.

Fora disso, a ilegitimidade campeia e teríamos o Parlamento da esperteza e não o Parlamento do voto; teríamos o Parlamento da rapidez e não o Parlamento da consciência. Fico com o Parlamento da consciência e do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Gostaria apenas de prestar aqui um esclarecimento ao Deputado Artur Virgílio. Não houve intenção desta Presidência – e V. Ex<sup>a</sup> sabe que completarei quatro anos no exercício interino destas sessões: o que houve, na realidade, foi um cochilo do Deputado Heleno. Quando o Deputado Dr. Heleno se manifestou, já estávamos no Senado, tanto é que parei para examinar qual Senador estaria pedindo. A minha dúvida foi exatamente saber qual o Senador, não sei se no fundo por um desejo de vê-lo, da outra Casa. A partir do momento em que verifiquei que se tratava de um Deputado, quando já estava se verificando a votação no Senado, não tive como retornar, infelizmente.

**(Tumulto no plenário.)**

Gostaria de pedir a colaboração dos Srs. Parlamentares.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero lembrar que V. Exª não só está coberto de razão como está amparado pelo Regimento, no seu art. 187, § 3º, que fala exatamente que as reclamações só poderão ser feitas, neste particular, quanto ao resultado da votação, antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria. V. Exª inclusive chamou não só a outra Casa quanto também da reclamação foi pleiteada após V. Exª anunciar outra matéria, portanto, uma nova matéria para ser votada.

Na realidade, a matéria está decidida, não há nenhum tipo de manobra, não houve cochilo, ninguém segurou o microfone, ninguém pediu absolutamente nada. O que eu gostaria de pleitear de V. Exª é a seqüência do acordo que fizemos: votaríamos o Fundo Constitucional e, posteriormente ao Fundo, os outros dois créditos, que foram solicitados pelo Deputado Ricardo Barros: o 105 e o 84.

Portanto, gostaria de pedir a V. Exª que acatasse esse pedido de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa solicita a compreensão dos Srs. Deputados e passaremos ao próximo item da pauta. (Palmas.)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – V. Exª considerou a matéria aprovada?

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Aprovada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu esclareço, antes de mais nada, que está longe de mim desconfiar de seus quatro anos de lisura à frente da Presidência, até porque se estribam em vinte anos de amizade e de respeito mútuo. Então, V. Exª não estava em causa. Eu trouxe uma tese que colocaria para que a Casa julgasse sobre ela a respeito da espartez e da ilegitimidade, porque trata-se de um precedente que se abre e esse precedente pode se verificar atitudes violentas.

Portanto, Sr. Presidente, estou encaminhando recurso para a Comissão de Constituição e Justiça,

neste momento, por imaginar que irá ficar comprovado que o Deputado Dr. Heleno pediu na hora hábil a verificação de **quorum**. O Senado não chegou a votar, havia apenas Senadores após; não ouvi, também, pode ter havido um lapso meu, a declaração de voto do Senado ter sido registrada formalmente por V. Exª. Mas registro. A vida Parlamentar se faz de vários momentos. Portanto, vamos tocar a vida para frente. É só dizer que a Constituição está vencida? Não está. Se algum drama de consciência me assaltar, é evidente que vou ficar com ele por um dia, por uma semana ou dez anos, ou por trinta anos, se for o caso. Esse não merece tanto. Merece que eu diga que o melhor a se fazer, para se aferir a vontade legítima da Casa, seria contar voto por voto de Deputados e Senadores. Isso não foi feito. De qualquer maneira, o recurso está sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a atenção de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa solicita a V. Exª que encaminhe o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça e esta Presidência, humildemente, acatará a decisão daquela Comissão a respeito desta matéria. Não há efeito suspensivo.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Porque é intempestivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Deputado Walter Pinheiro, eu gostaria de contar com a colaboração de V. Exª e encerrar este assunto.

Já há o encaminhamento de um requerimento do Deputado Arthur Virgílio à Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Quero colaborar e tenho feito isso a todo o momento, mas gostaria que...

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Gostaria de fazer um apelo a V. Exª para que possamos entrar no próximo item da pauta.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Estou embasado no Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A matéria é vencida.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria é vencida, mas não cabe recurso. É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionado com dispositivo constitucional. Esse procedimento de votação está



no Regimento Comum das duas Casas. Portanto, é irrecorrível. Daí, Sr. Presidente, não é uma questão de bom senso, não é uma questão de colaboração ou de perturbação; é uma questão de cumprimento da regra regimental que rege as duas Casas de que estamos participando neste exato momento. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – A Mesa acolheu e encaminhou, evidentemente, sem efeito suspensivo.

Eu gostaria de pedir a colaboração dos companheiros para darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo que a democracia deve permitir inclusive que, eventualmente, a minha posição seja derrotada na Comissão de Constituição e Justiça.

Se houver todo esse amparo regimental, as chances estarão perto de zero. Se houver amparo regimental, e espero que a interpretação do Regimento Comum se lembre da legitimidade, do jogo da Maioria, sem o qual não se faz democracia em país nenhum, assim sendo, espero que a resposta venha soberana e limpa do órgão competente desta Casa.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar um requerimento de aditamento ao recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em duas votações, os destaques do PDT não foram lidos pela Mesa e não foram conhecidos pelo Plenário. O PDT protestou e V. Ex<sup>a</sup> disse que a matéria estava vencida porque já estava proclamado o resultado.

Então, peço que V. Ex<sup>a</sup> mande juntar as notas taquigráficas ao recurso do Deputado Arthur Virgílio, porque não pode naquela hora prevalecer que a matéria vencida já não pode ser reexaminada, mas agora há a tentativa de fazê-la prevalecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – Obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como eu disse que é matéria de consciência, faço a mais absoluta

questão de voltar ao plenário e reconhecer que porventura possa ter errado hoje. O que não quero é decisão ilegítima. Apenas isso. Legitimidade não é prerrogativa exclusiva de quem é Minoria. Supostamente, a Maioria tem também uma legitimidade a ela conferida pelo voto popular.

Eu gostaria apenas que ficasse provada e comprovada a razão de quem quer que seja. Por isso insisto na idéia de que devemos fazer o Regimento deixar voar até o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PDT – RJ) – E agora, vamos pedir ao ilustre Líder do Governo que pare de obstruir a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Item 10:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.033-38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.033-38, publicada em 24 de novembro de 2000, que "Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT BA) – Sr. Presidente, havia um acordo sobre a votação anterior, a dos créditos.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Votaremos os créditos. Há um entendimento nesse sentido. A Mesa quer colaborar para que esta sessão tenha o maior rendimento possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 99, de 2000-CN)

#### **PROJETO DE LEI Nº 105, DE 2000-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 105, de 2000, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$23.151.879,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Deputado João Leão.

A Comissão Mista de Orçamento, em seu Parecer nº 141, de 2000-CN, conclui pela apresentação de substitutivo.

À matéria foram apresentadas vinte e quatro emendas.

Em discussão o projeto e o substitutivo e as emendas. (Pausa.)



Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o substitutivo no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
Nº 105, DE 2000-CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União,  
em favor do Ministério da Integração Na-  
cional e do Ministério do Meio Ambiente,  
crédito suplementar no valor global de  
R\$23.151.879,00, para reforço de dota-  
ções constantes do orçamento vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor

do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$23.151.879,00 (vinte e três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – cancelamento parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$1.154.747,00 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais), conforme Anexo III desta Lei;

II – ingresso de recursos de operação de crédito externa, no valor de R\$21.997.132,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e trinta e dois reais).

Art. 3º É vedado ao Poder Executivo a execução orçamentária da dotação consignada no subtítulo 18.782.0518.3644.0001 – Restauração de Rodovias Estaduais em Mato Grosso – no Estado do Mato Grosso, até deliberação em contrário da Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e do Congresso Nacional, aplicando-se o disposto no art. 5º, § 2º, da Lei nº 9.969, de 11-5-2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC. - PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	18	05	18	36	VALOR
0750	APOIO ADMINISTRATIVO					200.000
	ATIVIDADES					
18 122 0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS					200.000
18 122 0750 2002 0175	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	=	4-INV	90	0 50	200.000
	TOTAL - FISCAL					200.000
	TOTAL - SEGURIDADE					0
	TOTAL - GERAL					200.000

ORÇAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	INDICADOR	UNIDADE	VALOR	VALOR
<b>0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM</b>						<b>1.600.000</b>
ATIVIDADES						
20 507	0379 2824	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL				1.600.00
20 507	0379 2824 0003	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL - NA REGIÃO NORDESTE	F	3-ODC	30	148
<b>0517 PLANO AGROPECUARIO E FLORESTAL DE RONDONIA - PLANAFLORO</b>						<b>4.420.000</b>
PROJETOS						
18 127	0517 3545	ZONEAMENTO SOCIO-ECONOMICO-ECOLOGICO DE RONDONIA				882.00
18 127	0517 3545 0001	ZONEAMENTO SOCIO-ECONOMICO-ECOLOGICO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA				882.00
		ZONEAMENTO CONCLUÍDO (KM <sup>2</sup> ) 23611	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 541	0517 3532	ESTUDOS COM VISTAS A UTILIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDONIA				625.00
18 541	0517 3532 0001	ESTUDOS COM VISTAS A UTILIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA				625.00
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 6	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 542	0517 3534	FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS DE RONDONIA				318.00
18 542	0517 3534 0001	FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA				318.00
		ÁREA FISCALIZADA (HA) 222	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 542	0517 3546	VISITA NOS EMPREENDIMENTOS POLÍCIDORES DE RONDONIA				975.00
18 542	0517 3546 0001	VISITA NOS EMPREENDIMENTOS POLÍCIDORES DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA				975.00
		EMPREENDIMENTO VISITADO (UNIDADE) 652	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 501	0517 3539	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS GERADORES DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS EM RONDONIA				1.720.00
18 501	0517 3539 0001	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS GERADORES DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA				1.720.00
		PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) 18	F	3-ODC	30	148
			F	3-ODC	72	148
<b>0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO-GROSSO - PRODEAGRO</b>						<b>12.000.00</b>
PROJETOS						
18 127	0518 3528	CADASTRAMENTO FUNDIÁRIO DE IMÓVEIS RURAIS DE MATO GROSSO				2.250.00
18 127	0518 3528 0001	CADASTRAMENTO FUNDIÁRIO DE IMÓVEIS RURAIS DE MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO				2.250.00
		IMÓVEL CADASTRADO (UNIDADE) 370	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 127	0518 3548	ZONEAMENTO SOCIO-ECONOMICO-ECOLOGICO DE MATO GROSSO				5.100.00
18 127	0518 3548 0003	ZONEAMENTO SOCIO-ECONOMICO-ECOLOGICO DE MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO				5.100.00
		ZONEAMENTO CONCLUÍDO (KM <sup>2</sup> ) 79000	F	3-ODC	30	148
			F	4-INV	30	148
18 543	0518 3543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM MATO GROSSO				500.00
18 543	0518 3543 0001	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO				500.00
		ÁREA RECUPERADA (HA) 5	F	3-ODC	30	148
18 501	0518 3538	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS GERADORES DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS EM MATO GROSSO				2.550.00

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

## ANEXO :

CREDIT SUPPLEMENT

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,25

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	UNID.	QTD.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL		
18 801	0518 3838 000	IMPLANTACAO DE PROJETOS COMUNITARIOS GERADORES DE ALTERNATIVAS ECONOMICAS EM MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO IMPLANTACAO (UNIDADE) 18	P	3-000	30	148	2.650.000	
18 782	0518 3844	RESTAURACAO DE RODOVIAS ESTADUAIS EM MATO GROSSO					2.650.000	
18 782	0518 3844 0001	RESTAURACAO DE RODOVIAS ESTADUAIS EM MATO GROSSO - NO ESTADO DE MATO GROSSO TRECHO RESTAURACAO (KM) 14	P	4-114	30	0	148	1.500.000
TOTAL - FISCAL							18.020.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							18.020.000	

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAC FRANCISCO E DO PARAIBA - CODEVASF

ANEXC 1

CREDIT SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	UNID	Q	W	V	U	VALOR
0379	IRRIGACAO E DRENAGEM							954.747
		PROJETOS						
20 607	0379 1854	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO						954.747
20 607	0379 1854 0033	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO CERATMA NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	O	250	8.802
20 607	0379 1854 0035	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO ESTREITO "1/111" NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	C	250	8.802
20 607	0379 1854 0039	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO CURACA NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	C	250	88.143
20 607	0379 1854 0041	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO MANTOBA NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	C	250	88.142
20 607	0379 1854 0043	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO TORACA NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	O	250	258.126
20 607	0379 1854 0045	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO MANDACARU NO ESTADO DA BAHIA	F	A-INV	90	O	250	238.125
20 607	0379 1854 0047	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO BEBEDOURO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	A-INV	90	O	250	98.00
		TOTAL - FISCAL						954.747
		TOTAL - SEGURIDADE						
		TOTAL - GERAL						954.747

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ ,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	NOME	Q D N O	M C D	I C D	F I E	VALOR
0379	IRRIGACAO E DRENAGEM							3.977.132
		PROJETOS						
20 607	0379 1854	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO						3.977.132
20 607	0379 1854 0155	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU NO ESTADO DO CEARA		3-000	90	0	148	2.516.732
20 607	0379 1854 0157	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARA		3-000	90	0	148	1.460.400
		TOTAL - FISCAL						3.977.132
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						3.977.132

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ ,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	NOME	Q D N O	M C D	I C D	F I E	VALOR
0750	APOIO ADMINISTRATIVO							200.000
		ATIVIDADES						
18 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS						200.000
18 122	0750 2002 0175	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL		3-000	90	0	180	200.000
		TOTAL - FISCAL						200.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						200.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNATAIBA - CODEVASF

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ ,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	NOME	Q D N O	M C D	I C D	F I E	VALOR
0379	IRRIGACAO E DRENAGEM							954.747
		ATIVIDADES						
20 607	0379 2820	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGACAO DE USO COMUM						954.747
20 607	0379 2820 0031	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGACAO DE USO COMUM - PERIMETRO DE IRRIGACAO DO COMPLEXO ITAPARICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO		3-000	90	0	250	954.747
		TOTAL - FISCAL						954.747
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						954.747

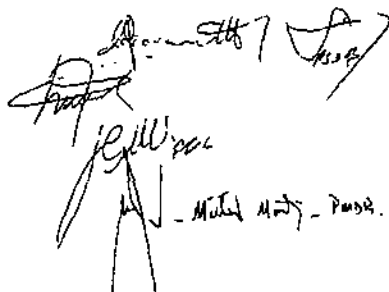
**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 100, DE 2000 -CN**

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN de nº 84, de 2000, na presente Sessão.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. –  
**Artur Virgílio Neto**, Deputado Líder do Governo do Congresso Nacional.



Artur Virgílio Neto - Deputado

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – **Item 16:**

**PROJETO DE LEI Nº 84, DE 2000-CN**

(Incluído em pauta nos termos do Requerimento nº 100, de 2000-CN)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 84, de 2000, do Congresso Nacional, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$58.880.000,00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente"

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

Com a palavra o Relator, Deputado Marçal Filho, para emitir parecer.

**O SR. MARÇAL FILHO** (Bloco/PMDB – MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria rapidamente de mencionar a V. Ex<sup>a</sup> e aos Congressistas que este PLN nº 84 se refere a recursos, crédito suplementar no valor R\$ 58.880.000,00, para atender despesas da Polícia Rodoviária Federal, no que se refere a patrulhamento ostensivo, controle de trânsito nas rodovias federais, operações especiais conjuntas com outros órgãos de segurança, manutenção administrativa da entidade, pagamento do auxílio transporte de servidores.

Ocorre que havíamos feito um substitutivo tentando contemplar a Polícia Rodoviária Federal com a GOE – Gratificação de Operações Especiais. Infelizmente, não logramos êxito em ter um acordo para que isso fosse votado. Resolvemos reapresentar o substitutivo da forma como o Executivo mandou, para que a Polícia Rodoviária Federal possa dispor desses recursos que aqui estão colocados, mas com aquele compromisso de que o Governo Federal procure se sensibilizar com o problema dos patrulheiros e possa dar a eles o que é de direito, o que é justo e que as áreas governamentais assim entendem que a Polícia Rodoviária Federal, pelo trabalho que presta, pelo serviço que presta ao nosso País, merece ter essa gratificação que outros órgãos de segurança já possuem.

Sr. Presidente, lerei apenas o voto.

Não admiti aqui uma emenda de autoria do Deputado Lino Rossi, porque contraria o disposto no Regulamento Interno da Comissão Mista de Orçamento:

Considerando que o Projeto de Lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000, não ferindo tampouco a quaisquer outros dispositivos legais relativos a alocação de recursos e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 84, de 2000, na forma proposta pelo Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – O parecer é favorável ao projeto, na forma proposta pelo Executivo.

Em discussão o Projeto de Lei nº 84, de 2000-CN e a emenda, de parecer contrário. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.



**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 101, DE 2000 – CN**

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, inclusão na Sessão Ordinária, o PDN que "Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento da União para 2000 no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR – 163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, da Unidade Orçamentária 39201 – DNER, no valor de R\$43.000.000,00," cujo parecer foi aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2000. – **Arthur Virgílio Neto**, Deputado, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 27, DE 2000-CN**

(Incluído em pauta nos termos do Requerimento nº 101, de 2000-CN.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2000, do Congresso Nacional, apresentado como conclusão do Parecer nº 140, de 2000-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que "Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, da Unidade Orçamentá-

ria 39201 – DNER, no valor de R\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto, no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 27, DE 2000-CN**

**Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, da Unidade Orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no valor de R\$43.000.000,00, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2000 (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no programa de trabalho 26.782.0236.5709.0001 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Trecho Divisa MT/PA – Santarém, no valor de R\$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando ao Congresso Nacional relatório até 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União encaminhará ainda à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, no mesmo prazo estabelecido no **caput**, informações

atualizadas sobre a coincidência da extensão real dos trechos contratados com aquela contida nos instrumentos contratuais, referentes ao programa de Trabalho em epígrafe.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Item 10:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.033-38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.033-38, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências". (Mensagem nº 1.157/2000-CN – nº 1.742/2000, na origem.)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em plenário.

À Medida foram apresentadas dez emendas.

Com a palavra o Sr. Senador Ney Suassuna, para proferir parecer. (Pausa.)

Não se encontra em plenário.

A Mesa consulta o Líder do Governo se mantém, uma vez que o Relator não se encontra em plenário, a matéria ou se a retira da Ordem do Dia?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-nos de bom senso – e creio que o bom senso deve ser uma companhia constante em cada um de nós –, até porque vejo dúvida na Oposição e há dúvida no Governo, que, a essa altura, partamos para o encerramento da sessão.

Esse é um apelo que faz a Liderança do Governo.

**O Sr. Presidente** (Heráclito Fortes) – A mesa consulta os Srs. Líderes se concordam. (Pausa.)

São os seguintes os itens retirados da pauta.

- 10 -

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.033-38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.033-38, publicada no dia 24 de novembro de 2000, que "Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências". (Mensagem nº 1.157/2000-CN – nº 1.742/2000, na origem.)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em Plenário.

– Prazo: 23-12-2000

- 12 -

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.062-60, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 2.062-60, publicada no dia 1º de dezembro de 2000, que "Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências". (Mensagem nº 1.181/2000-CN – nº 1.806/2000, na origem.)

– Dependendo de pareceres a serem proferidos em Plenário.

– Prazo: 30-12-2000

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Os Srs. Deputados Fernando Gonçalves, Joel de Hollanda e Nelo Rodolfo enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do art. 203 do Senado Federal, primeiro subsidiário ao Regimento Comum.

S. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos.

**O SR. FERNANDO GONÇALVES** (PTB – RJ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, a localidade de Córrego Sujo, importante distrito de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando problemas em áreas de extrema importância para a qualidade de vida de seus moradores.

Uma das mais graves dificuldades, Sr. Presidente, refere-se à falta de segurança, indiscutivelmente uma questão que preocupa por levar a intran-



quilidade às famílias, diante da crescente ameaça de furtos, roubos e atentados à integridade física das pessoas.

Há necessidade urgente de instalação de um posto policial naquela comunidade ordeira e trabalhadora, constituída por aproximadamente dez mil pessoas. A presença de policiais na área, providos dos equipamentos adequados, inclusive, uma viatura, certamente irá representar condição para inibir e inviabilizar a ação de marginais, que, ali, buscam instalar pontos de distribuição de drogas e realizar assaltos.

A segurança pública é um direito elementar da sociedade e da cidadania. Uma população que não dispõe das condições necessárias à segurança dos domicílios, do patrimônio público e da própria integridade das pessoas, tem comprometidos o nível de qualidade de vida e sua capacidade de desenvolvimento, porque se defronta com um verdadeiro regime de intimidação, do medo; de fragilidade individual e coletiva para a realização dos seus anseios e objetivos.

Um outro problema que aflige Córrego Sujo, Sr. Presidente, é a carência no atendimento médico e ambulatorial, por não dispor da estrutura mínima para a prestação desse serviço básico à população. A busca por uma assistência médica obriga as pessoas a se dirigirem à sede do município, situação que, não raramente, inviabiliza o atendimento necessário, por falta de recursos materiais dos doentes e de seus responsáveis para o referido deslocamento.

Por isso, constitui legítima necessidade daquele distrito de Teresópolis receber um posto de saúde em condições de prestar assistência médica e ambulatorial, cujos resultados reverterão em benefícios não apenas para a comunidade local, mas em todo o município, pelo conseqüente descongestionamento das poucas unidades de saúde que hoje recebem a demanda oriunda de Córrego Sujo.

Esse é o apelo que faço ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, na expectativa de que a sensibilidade social, já demonstrada pelo governador Antony Garotinho, o levará a reconhecer a justa aspiração de toda uma comunidade e a determinar a adoção das respectivas medidas visando à instalação do posto policial e do ambulatório médico tão desejados pela população de Córrego Justo, em Teresópolis.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, é com grande satisfação que ocupamos hoje esta tribuna para homenagearmos o centenário do Colégio Evangélico Quinze de Novembro, de Garanhuns, em nosso estado de Pernambuco.

É uma das mais preciosas e tradicionais instituições educacionais do Nordeste. Foi ali, em plena zona do agreste, que se formaram – e ainda se formam – algumas gerações de ilustres cidadãos pernambucanos, tornados conscientes dos valores máximos do cristianismo pela orientação de mestres de renome nacional. A passagem de tantos pelos bancos do Colégio Quinze é a consolidação dos ideais dos pioneiros William e Rena Butler, cuja dedicação missionária jamais encontrou limite em qualquer obstáculo ou nas fronteiras internacionais.

Chegando ao Brasil com a sagrada missão de difundir o Evangelho de Cristo junto à população local, o casal norte-americano logo percebeu a necessidade de ampliar sua atuação para além da formação propriamente religiosa. Para um primeiro grupo de jovens evangelizados, começou a ministrar lições de diversas disciplinas, instruindo-os para a vida e para uma futura profissão.

Em breve se apresentou aos Butler a oportunidade de fundar um colégio, aberto a jovens de todas as origens, credos ou classes sociais. Raiava o século XX, e as otimistas expectativas quanto ao futuro definiram o perfil do novo educandário de Garanhuns.

Nesses primeiros tempos, foi fundamental a presença do inesquecível Reverendo Martinho de Oliveira, que viabilizou a proposta pedagógica integral que se sonhava implantar. Convicto da necessidade de educar para a vida à luz da palavra do Senhor, o Reverendo reuniu seus primeiros alunos na então Escola Paroquial Evangélica de Garanhuns, o embrião do Colégio Quinze. Ali, deu início à atividade de magistério que tanto contribuiria para a evolução da sociedade do agreste pernambucano.

A tarefa continuou pelas mãos de sucessivos missionários. Depois de George e Martha Henderlite, que lograram transformar a pequena escola paroquial em um colégio estabelecido, tantos outros, pastores ou leigos, década após década, foram responsáveis pelo aperfeiçoamento institucional, sendo impossível mencionar todos os nomes que para ele contribuíram, a partir de sua experiência, trabalho e dedicação. Não poderíamos deixar de mencionar, contudo, as figuras de Ageu Vieira, Usae Canuto, Edmonia Martin, Maria Isabel Marinho, Ruth Gueiros, Elisabete Cordeiro, Wladimir Leite, Augusto Coimbra Pinto e Alcione Maia, cuja atuação, como professores e administradores do Colégio Quinze, será sempre lembrada como fecunda e exemplar, definitiva para a consolidação do nome e do prestígio da instituição, ao longo de tantas décadas.

A verdade, Sr. Presidente, é que a história do Colégio Quinze está profundamente ligada à história de Garanhuns, tendo marcado a vida e a formação de muitas famílias locais. Muitas delas colecionam documentos e registros sobre o colégio, tendo criado um acervo histórico que diz muito sobre o percurso da cidade e sobre a evolução da sociedade local. Por ocasião deste centenário, vários cidadãos ofereceram seu depoimento sobre o colégio, de modo a preservar, pela memória afetiva, o patrimônio histórico e cultural ali engendrado com tanta dedicação. O fato dá bem a medida do envolvimento da população com o colégio, que vem reverenciando, geração após geração, sua fundamental participação na formação cívica, profissional e religiosa do povo de Garanhuns.

Por todas essas razões, Senhor Presidente, não poderíamos deixar de somar nossas manifestações de júbilo às da comunidade pernambucana, que comemorou, com muita alegria, o transcurso do centenário do Colégio Quinze de Novembro de Garanhuns. Testemunha que somos de seu papel na região, não apenas no que se refere à educação formal, mas também à consolidação da fé e da obediência ao Evangelho, prestamos hoje, aos atuais diretores, professores e alunos, as homenagens que devemos a cada um daqueles que, nesses cem anos, colaborou com um projeto tão especial, cujo sucesso tem-se mostrado fundamental para a melhoria das condições de vida, para a evolução dos costumes, para a formação da opinião pública e, sobretudo, para o progresso espiritual de tantas gerações.

Desejo, ainda, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, tratar de um outro assunto nesta oportunidade.

Em mil novecentos e cinquenta e um, Agamenon Magalhães, ao assumir o Governo do Estado do Pernambuco, iniciou verdadeira batalha pela pavimentação das estradas, absolutamente cômico de que apenas dessa maneira poderia se dar o almejado desenvolvimento socioeconômico.

A BR-232, cujas tímidas obras iniciais remontam a mil novecentos e trinta e três – quando ainda era denominada BR-25 – foi contemplada com especial atenção e, em diversas etapas, foi-se estendendo, levando consigo o Estado de Pernambuco, fazendo-o crescer.

A Rodovia – cujas obras foram concluídas na década de setenta – possui quinhentos e cinquenta quilômetros de extensão, que vão de Recife a Parnamirim, cortando vinte e quatro municípios.

Agora, o Governo estadual novamente se volta para a BR-232 ao dar início à sua duplicação. Maior

obra rodoviária em andamento no País, com cento e trinta e três quilômetros de extensão, o projeto deverá ser concluído em dezembro de dois mil e dois, quando a via terá capacidade de tráfego para cinquenta e seis mil veículos por dia, contra os atuais quatorze mil. Serão contemplados trecho de cento e dezoito quilômetros entre Recife e Caruaru e trecho de quinze quilômetros entre Caruaru e São Caetano.

O investimento inicial previsto para a obra é de duzentos e setenta e seis milhões de reais, dos quais cento e onze milhões serão bancados pelo Orçamento Geral da União e cento e sessenta e cinco milhões por Pernambuco, que retirará a verba da antecipação da contrapartida estadual para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur II), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Devido à extensão e à complexidade do que há a fazer, optou-se por subdividir o projeto em três grandes lotes (Recife – Gravatá, Gravatá – Caruaru, Caruaru – São Caetano). Serão contemplados também oitenta e cinco quilômetros de pistas locais e acessos, como pontes e viadutos.

Chegando com um atraso de pelo menos dez anos, a duplicação da BR-232 enche de promissoras expectativas os empresários da região. Acredita-se que as atividades industriais da região metropolitana do Recife e do agreste aumentarão a produtividade, em função da maior fluidez e agilidade no escoamento dos produtos.

Quanto ao setor responsável por sessenta e nove por cento do Produto Interno Bruto pernambucano – o turismo –, será facilitado o acesso a atrativos naturais (cachoeiras, reservas, parques ecológicos), bem como aos acontecimentos integrantes do calendário festivo, cultural e religioso do Estado.

Do ponto de vista social, a duplicação deverá gerar, em sua primeira etapa, três mil empregos diretos, além de doze mil indiretos. A conclusão das obras implicará a oferta de novos postos de trabalho e a geração de renda, oriundas da dinamização das atividades econômicas e da interiorização do desenvolvimento.

Como se vê, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o investimento milionário que se está fazendo na duplicação da BR-232 vai muito além da simples pavimentação asfáltica para atingir o cotidiano do cidadão de Pernambuco. A modernização da infraestrutura viária estadual elevará a arrecadação e, em consequência disso, repercutirá no nível de renda e de qualidade de vida daqueles brasileiros.

Da tribuna da Câmara dos Deputados externamos nossos votos para que o projeto seja coroado dos mais altos êxitos, pois que intenta beneficiar o Estado, e porque não dizer, o País a que tanto amamos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. NELO RODOLFO** (Bloco/PMDB – SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero partilhar com V. Ex<sup>as</sup> uma preocupação suscitada pela leitura da revista *Veja* dessa semana, que em sua coluna Radar, à página 38, destaca uma informação gravíssima, que exige prontas e imediatas explicações.

Diz o jornalista Lauro Jardim, que a "Mercedes-Benz desencadeou, na maior surdina, um *recall* envergonhado em 150 veículos – em carta aos concessionários pede que eles convoquem os donos para uma revisão gratuita".

O que não está claro para mim – e acredito que para a maioria dos senhores – é que não se sabe o tipo de problema exige um *recall* secreto e em que modelos esses reparos estão sendo necessários.

Recordo aos senhores que a industrialização no Brasil deve muito às montadoras de carros que para cá vieram a partir da década de 50.

Recordo, também – e todos que nos acompanham – que entre as montadoras pioneiras está a Mercedes-Benz, que aqui se instalou em 1956, iniciando a produção dos primeiros caminhões com motor a diesel de fabricação nacional, uma verdadeira mudança de paradigma para quem, naqueles tempos, só confiava no caminhão movido à gasolina.

Depois dos caminhões vieram os ônibus e recentemente veículos leves, muitos deles usados no transporte alternativo das grandes cidades e no transporte escolar.

Todas essas observações servem para exigir da Mercedes-Benz que esclareça essa gravíssima nota publicada pela *Veja*.

Afinal de contas, estamos todos preocupados com a segurança de milhares de brasileiros que se utilizam de veículos fabricados pela Mercedes-Benz: caminhoneiros, motoristas, passageiros e tantos quantos nas nossas estradas e cidades cruzam com os modelos fabricados pela marca.

Outra questão que me preocupa, é a posição a que estão sendo sujeitos os concessionários da Mercedes-Benz, obrigados a implementar o *recall*, sem admitir a seus clientes o que estão fazendo.

Talvez seja a hora de avaliar com maior cuidado, a legislação que regula a concessão de veículos no Brasil, para corrigir distorções como essa que afeta a credibilidade dos empresários brasileiros, que são parceiros de uma marca.

E tem mais: macula o nome tradicional de uma montadora, que como bem lembrou a revista *Veja*, sempre foi beatificada pela qualidade de seus carros, mas hoje padece do mesmo mal que atinge outras fábricas de veículos, só que não admite.

É o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 38 minutos.)

# COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

(Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados)  
(Comissão instalada em 12/9/2000)

**PRESIDENTE: Deputado ALBERTO GOLDMAN**

**1º VICE-PRESIDENTE: Senador Jonas Pinheiro**

**2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Chaves**

**3º VICE-PRESIDENTE: Senador Lúcio Alcântara**

**Relator-Geral do Orçamento: Senador Amir Lando**

## DEPUTADOS

### TITULARES

### SUPLENTE

FELIX MENDONÇA  
FERNANDO GONÇALVES  
JOSÉ CARLOS ELIAS  
ARNON BEZERRA  
ALBERTO GOLDMAN  
ALEXANDRE SANTOS  
ANIVALDO VALE  
ADOLFO MARINHO  
DANILO DE CASTRO  
HELENILDO RIBEIRO  
JOÃO LEÃO  
NÁRCIO RODRIGUES  
NILO COELHO  
PAULO KOBAYASHI  
PAULO MOURÃO  
PEDRO CANEDO

1 - EDUARDO PAES  
2 - NILTON CAIXABA  
3 - RENILDO LEAL  
4 - MAX ROSENMAN  
5 - FÁTIMA PELAES  
6 - JUQUINHA  
7 - LÍDIA QUINAN  
8 - MARCUS VICENTE  
9 - MÁRIO NEGROMONTE  
10 - PEDRO HENRY  
11 - RAMUNDO G. DE MATOS  
12 - RICARTE DE FREITAS  
13 - ROBERTO ROCHA  
14 - SÉRGIO GUERRA  
15 - RICARDO RIQUE  
16 - JOÃO ALMEIDA

## BLOCO PMDB/PST/PTN

MILTON MONTI  
ARMANDO ABÍLIO  
DOMINICIANO CABRAL  
EUNÍCIO OLIVEIRA  
JOSÉ BORBA  
JOSÉ PRIANTE  
MARÇAL FILHO  
NAIR XAVIER LOBO  
PEDRO CHAVES  
PEDRO NOVAIS  
SILAS BRASILEIRO  
RENATO VIANNA  
IGOR AVELINO

1 - ANTÔNIO FELIÃO  
2 - CORIOLANO SALES  
3 - DARCÍSIO PERONEI  
4 - JORGE WILSON  
5 - ALBERTO MOURÃO  
6 - OLAVO CALHEIROS  
7 - JORGE ALBERTO  
8 - JOSÉ CHAVES  
9 - WALDEMIR MOKA  
10 - TETÉ BEZERRA  
11 - JOÃO HENRIQUE  
12 - VAGO  
13 - VAGO

## PEL

ANTÔNIO C. KONDER REIS  
ARACELY DE PAULA  
CÉSAR BANDEIRA  
JORGE KHOURY  
LAURA CARNEIRO  
LUCIANO CASTRO  
MUSSA DEMES  
NEUTON LIMA  
OSVALDO COELHO  
PAULO BRAGA  
SANTOS FILHO  
WILSON BRAGA

1 - AROLDÓ CEDRAZ  
2 - ATILA LINS  
3 - FRANCISCO GARCIA  
4 - FRANCISCO RODRIGUES  
5 - JAIME MARTINS  
6 - JOÃO RIBEIRO  
7 - JOSÉ LOURENÇO  
8 - JOSÉ THOMAZ NONO  
9 - ILDEFONSO CORDEIRO  
10 - ZILÁ BEZERRA  
11 - GERSON GABRIELLI  
12 - GERVÁSIO SILVA

## DEPUTADOS

### TITULARES

### SUPLENTE

JORGE BITTAR  
JOÃO COSER  
VIRGÍLIO GUIMARÃES  
JOÃO GRANDÃO  
LUIZ SÉRGIO  
PEDRO CELSO  
CARLITO MERSS

1 - JOÃO PAULO  
2 - ARLINDO CHINAGLIA  
3 - JOÃO FASSARELLA  
4 - FERNANDO MARRONI  
5 - DR. ROSINHA  
6 - GILMAR MACHADO  
7 - PROFESSOR LUIZINHO

IBERÉ FERREIRA  
ALMIR SÁ  
NELSON MEURER  
ROBERTO BALESTRA  
CLEONÂNIO FONSECA  
WAGNER SALUSTIANO

1 - ELISEU MOURA  
2 - JOÃO TOTA  
3 - ARY KARA  
4 - AUGUSTO NARDES  
5 - MÁRCIO REINALDO MOREIRA  
6 - RICARDO BARROS

AIRTON DIPP  
EURÍPEDES MIRANDA  
GIOVANNI QUEIROZ

1 - FERNANDO CORUJA  
2 - OLÍMPIO PIRES  
3 - POMPEO DE MATTOS

GONZAGA PATRIOTA  
SÉRGIO MIRANDA

1 - AGNELO QUEIROZ  
2 - DJALMA PAES

JOÃO CALDAS  
PASTOR VALDECI PAIVA

1 - EUJÁCIO SIMÕES  
2 - MARCOS CINTRA

JOÃO HERRMANN NETO  
RUBENS BUENO

1 - AGNALDO MUNIZ  
2 - CLEMENTINO COELHO

## SENADORES

### TITULARES

### SUPLENTE

RAMEZ TEBET	1 - ALBERTO SILVA
WELLINGTON ROBERTO	2 - GILVAM BORGES
NABOR JÚNIOR	3 - NEY SUASSUNA
GILBERTO MESTRINHO	4 - VAGO
AMIR LANDO	5 - VAGO
CARLOS BEZERRA	6 - VAGO
MARLUCE PINTO	7 - VAGO
MOZARILDO CAVALCANTI	1 - JOSÉ JORGE
MOREIRA MENDES	2 - ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	3 - HUGO NAPOLEÃO
CARLOS PATROCÍNIO	4 - FRANCELINO PEREIRA
JONAS PINHEIRO	5 - GERALDO ALTHOFF
VAGO	6 - EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ANTERO PAES DE BARROS	1 - RICARDO SANTOS
LÚCIO ALCÂNTARA	2 - SÉRGIO MACHADO
LUIZ PONTES	3 - OSMAR DIAS
ROMERO JUCA	4 - LÚCIO COELHO
EMÍLIA FERNANDES	1 - HELOISA HELENA
LAURO CAMPOS	2 - EDUARDO SUPLICY
TIÃO VIANA	3 - JOSÉ EDUARDO DUTRA
SEBASTIÃO ROCHA	4 - JEFFERSON PÉRES
PAULO HARTUNG	1 - ROBERTO FREIRE

# **ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 7-12-1999)

**PRESIDENTE: Senador JOSÉ SARNEY**

<b>DEPUTADOS</b>	
<b>Líder da Maioria (Bloco PSDB/PTB)</b>	<b>– Deputado Aécio Neves</b>
<b>Líder da Minoria (PT)</b>	<b>– Deputado Aloizio Mercadante</b>
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB)</b>	

<b>SENADORES</b>	
<b>Líder da Maioria (PMDB)</b>	<b>– Senador Jader Barbalho</b>
<b>Líder da Minoria (Bloco PT/PDT)</b>	<b>– Senadora Heloísa Helena</b>
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador José Sarney (PMDB)</b>	

**Instalado em 21-11-2000 (SF)**

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ BARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	990	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1016
HENRIQUE LOYOLA	SC		311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	323 4198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	511 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 06	311 2041	323 5090	JOSÉ JORGE	PE	# 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO BESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	### 58	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.



MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	841	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	839	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR BERRAGLIO	PR	845	318 5545	318 2545
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA BERRANO (*)				
FELU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318 5621	318 2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	758	318 5758	318 2758
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

**LEGENDA:**

\* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-600

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7185 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - [marcosul@abordo.com.br](mailto:marcosul@abordo.com.br)

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 31,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 96,0</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 127,60</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

<b>Assinatura DCD ou DSF s/o porte</b>	<b>R\$ 62,00</b>
<b>Porte de Correio</b>	<b>R\$ 193,20</b>
<b>Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)</b>	<b>R\$ 255,20</b>
<b>Valor do número avulso</b>	<b>R\$ 0,30</b>
<b>Porte avulso</b>	<b>R\$ 0,80</b>

**cg = 020001**  
**gestão = 02002**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

**Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN**

**Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana - Cavalcante.**



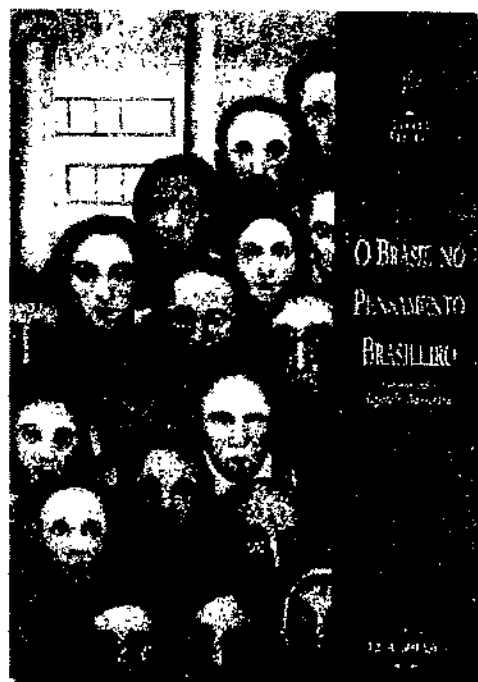
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



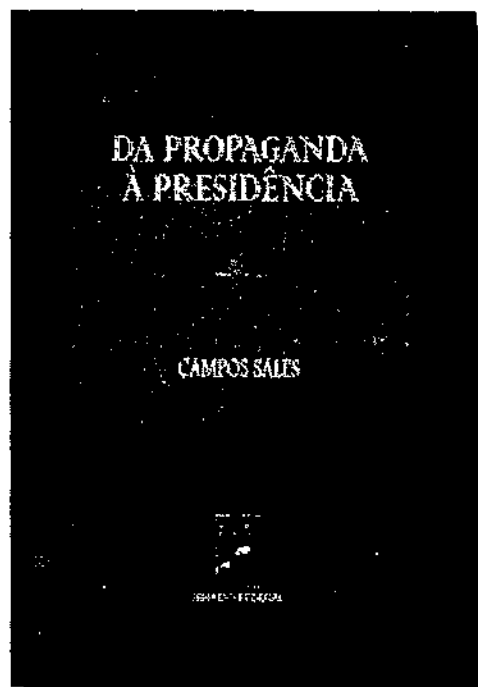
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



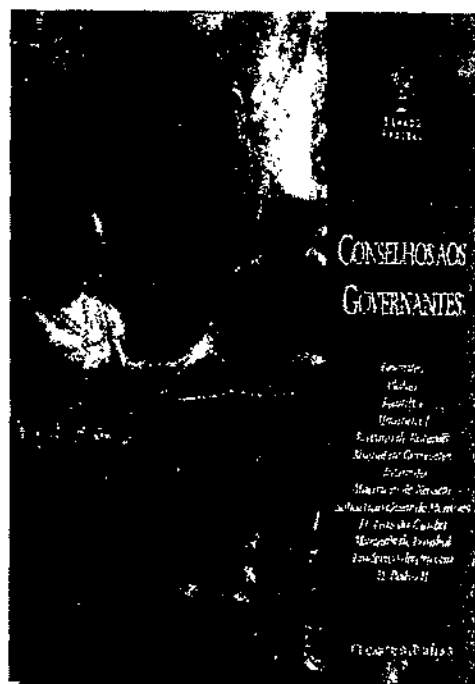
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Conselhos aos Governantes

### Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

#### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.



Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal  
Via N2 - Unidade de Apoio III - Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS**